



Fecomércio - 24/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Entra em vigor lei que dispensa escolas de cumprir 200 dias letivos em 2020 10

Notícias - 21/08/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

EMPRESA APRESENTA PROJETO DE LOJAS VIRTUAIS GRATUITAS PARA CDL NATAL E FECOMÉRCIO/RN 12

Notícias - 21/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE /

Fecomércio: Confira a lista de selecionados na terceira etapa dos cursos gratuitos na área do turismo 13

Notícias - 23/08/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA /

Qualificação para o Turismo do RN: Senac promove série de treinamentos online com especialista alemão 14

Notícias - 21/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA /

Fecomércio: Qualificação para o Turismo do RN: Senac promove série de treinamentos online com especialista alemão 15

Notícias - 21/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA /

Fecomércio RN anuncia continuidade do Rede DEL Turismo, um dos frutos da parceria com Alemanha 16

Notícias - 23/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA /

Sistema Fecomércio RN apresenta resultados do Desenvolvimento do Turismo em Tibau do Sul 18

Notícias - 22/08/2020

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Mesa Brasil Solidário: Campanha promoveu entrega mais 500 cestas básicas de alimentos no RN 20

Notícias - 22/08/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - CULTURA /

LIVES DE HOJE: EDUARDO COSTA, JOTA QUEST, FRESNO, ELBA RAMALHO E MAIS SHOWS	21
Notícias - 22/08/2020	
Blog da Gláucia Lima Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - CULTURA /	
Lives de hoje: Eduardo Costa, Jota Quest, Fresno, Elba Ramalho e mais shows para ver em casa	22
Notícias - 22/08/2020	
Portal N10 Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Petrobras anuncia altas de 5% para o diesel e de 6% para gasolina	23
Notícias - 20/08/2020	
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
FGV: consumidores esperam inflação de 4,3% em 12 meses a partir de agosto	24
Notícias - 21/08/2020	
Portal N10 Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Wondershare UniConverter: um conversor de vídeo completo para qualquer tipo de arquivo de mídia	25
Notícias - 20/08/2020	
Diário Potiguar Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Prefeitos enfrentam dificuldades para aplicar mínimo de 25% em educação	27
Notícias - 21/08/2020	
Hilneth Correia Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA SERÁ LANÇADO DIA 25	29
Notícias - 20/08/2020	
Nominuto.com Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Após quatro meses de demissões, Brasil cria 131 mil vagas formais de emprego em julho	30
Notícias - 21/08/2020	
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Brasil cria mais de 131 mil empregos formais em julho, aponta Caged	32
Notícias - 21/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses	34
Notícias - 21/08/2020	

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro: Resultado do Caged de julho 'é o Brasil voltando à normalidade' 35

Notícias - 21/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses 36

Notícias - 21/08/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Ministro Paulo Guedes anuncia prorrogação de programa emergencial de emprego 37

Notícias - 21/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro: Resultado do Caged de julho 'é o Brasil voltando à normalidade' 38

Notícias - 21/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo confirma prorrogação de corte de jornada e salário e diz que lançará Renda Brasil na terça 39

Notícias - 21/08/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Programa que permite redução de jornada e salário será prorrogado por mais 2 meses, diz Guedes 40

Notícias - 21/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

EMPREGOS: Brasil cria 131 mil postos formais de trabalho em julho 41

Notícias - 21/08/2020

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Programa que permite redução de jornada e salário será prorrogado por mais 2 meses, diz Guedes 43

Notícias - 21/08/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo confirma prorrogação de corte de jornada e salário e diz que lançará Renda Brasil na terça 44

Notícias - 21/08/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasil cria 131 mil postos formais de trabalho em julho Notícias - 21/08/2020	45
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Negócios & Finanças Notícias - 22/08/2020	47
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / RN abre 1.161 vagas com carteira assinada em julho, no segundo mês seguido de saldo positivo Notícias - 22/08/2020	49
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / RN abre 1.161 vagas com carteira assinada em julho, no segundo mês seguido de saldo positivo Notícias - 22/08/2020	51
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / 'É o Brasil voltando à normalidade', diz Bolsonaro sobre o resultado do Caged em julho Notícias - 22/08/2020	53
Nominuto.com Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Guedes prepara pacote de renda, obras e 'desengessamento' do Orçamento Notícias - 22/08/2020	54
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Socorro aos pobres Notícias - 23/08/2020	56
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / País deve revisar o teto de gastos? Notícias - 23/08/2020	59
Blog da Gláucia Lima Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses Notícias - 22/08/2020	63
Blog do BG Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo quer reforma tributária mais enxuta e avalia tirar apoio de propostas do Congresso Notícias - 22/08/2020	64
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / IFI mantém previsão de recessão, mas há melhora Notícias - 23/08/2020	67
Blog do BG Rio Grande do Norte	

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasil cria 131.010 empregos em julho e quebra série de 4 meses negativos. RN tem o segundo mês seguido de saldo positivo 69

Notícias - 22/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Resultados refletem o esforço anticíclico, diz Superintendente do Banco do Nordeste no RN 70

Notícias - 23/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Futuro de terminais pesqueiro e marítimo depende de estudos 74

Notícias - 23/08/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias 76

Notícias - 22/08/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias 78

Notícias - 22/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prejuízo do Nubank tem primeira queda significativa desde a fundação da fintech 80

Notícias - 22/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 mi em 4 dias 82

Notícias - 22/08/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN volta a gerar empregos e fecha julho com saldo positivo de 1 mil vagas com carteira assinada 84

Notícias - 22/08/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias 86

Notícias - 22/08/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN volta a gerar empregos e fecha julho com saldo positivo de 1 mil vagas com carteira assinada 88

Notícias - 22/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Rogério Marinho: Recursos para obras neste ano estão garantidos 90

Notícias - 23/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Programa para corte de jornada e salários ganha mais dois meses 95

Notícias - 23/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Pressão por novos gastos do governo reacende debate sobre teto 96

Notícias - 23/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Só cinco Estados vão ter força para sair da crise econômica até 2021 99

Notícias - 23/08/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Segundo Ministério da Economia, RN fecha julho com saldo positivo de 1 mil vagas com carteira assinada 101

Notícias - 23/08/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Opinião: Governo Federal não tem condições de suspender auxílio emergencial imediatamente 103

Notícias - 23/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro repete que governo não consegue manter auxílio de R\$ 600 105

Notícias - 23/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasil cria 131 mil postos formais de trabalho em julho 106

Notícias - 23/08/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Loterias Esportivas podem virar serviço do mercado privado 108

Notícias - 23/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Baseadas em ativos da floresta, startups da Amazônia impulsionam a bioeconomia 109

Notícias - 23/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Só 5 Estados vão ter força para sair da crise até 2021, diz estudo

Notícias - 23/08/2020

115

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sebrae abre inscrições para mapeamento da economia criativa

Notícias - 24/08/2020

117

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

**SENAC REALIZA LIVE SOBRE HARMONIZAÇÃO DE QUEIJOS E CERVEJAS
ARTESANAIS DO RN**

Noticias - 22/08/2020

119

Fecomércio: Entra em vigor lei que dispensa escolas de cumprir 200 dias letivos em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Entrou em vigor nesta quarta-feira (19) a Lei 14.040/20, que suspende a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos neste ano em razão da pandemia de Covid-19. A norma foi publicada no Diário Oficial da União.

Segundo a lei, os estabelecimentos de educação infantil serão dispensados de cumprir os 200 dias do ano letivo e também a carga mínima de 800 horas. As escolas de ensino fundamental e médio terão de cumprir a carga horária, embora não precisem seguir o número mínimo de dias (200).

Já as faculdades não precisarão cumprir os 200 dias letivos, mas terão de manter a carga horária prevista na grade curricular para cada curso (veja quadro abaixo).

A nova lei é oriunda da Medida Provisória 934/20, aprovada pela Câmara dos Deputados com parecer da deputada Luisa Canziani (PTB-PR).

Vetos

Bolsonaro vetou seis mudanças aprovadas no Congresso Nacional. Ele retirou do texto o dispositivo que determinava ao Ministério da Educação ouvir os estados para definir a data de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O texto também obrigava as universidades a compatibilizar os processos seletivos com a data de divulgação dos resultados do Enem.

Bolsonaro alegou que a regra invade competência do governo federal, a quem cabe definir a data. Apesar disso, a mensagem de veto informa que a prerrogativa 'não afasta a manutenção de diálogo entre os entes federados'.

Sem dinheiro federal

Outro veto foi sobre o dispositivo que obrigava a União a garantir recursos para o acesso de professores e alunos da educação básica pública às atividades pedagógicas não presenciais, além de medidas necessárias ao retorno às atividades escolares regulares.

Os recursos viriam do regime extraordinário fiscal (Emenda Constitucional 106) - também conhecido como emenda do orçamento de guerra -, criado para facilitar os gastos públicos com ações de combate à pandemia. Mas o presidente afirmou que os gastos derivados da medida não estão abarcados pelo regime.

Merenda

Também foi vetado o dispositivo que garantia a distribuição dos alimentos ou dos recursos para compra de merenda escolar aos pais ou responsáveis de alunos de escolas públicas de educação básica. Bolsonaro

afirmou que o assunto já foi tratado pela Lei 13.987/20, em vigor desde abril.

Todos os vetos serão analisados agora pelo Congresso, que poderá mantê-los ou derrubá-los. A data da sessão de análise dos vetos será definida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN

EMPRESA APRESENTA PROJETO DE LOJAS VIRTUAIS GRATUITAS PARA CDL NATAL E FECOMÉRCIO/RN



FECOMÉRCIO RN

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

No intuito de contribuir com a recuperação da economia potiguar, o Imobanco apresentou para entidades ligadas ao comércio no Rio Grande do Norte o projeto de lojas virtuais gratuitas para micro e pequenos empreendedores. A apresentação aconteceu em reuniões virtuais distintas, com a CDL Natal e com a Fecomércio/RN, nos últimos dias. Representantes das duas entidades ouviram do presidente do Imobanco, Fernando Colares, detalhes sobre a proposta de ampliar o acesso digital para vários tipos de negócios no estado.

A loja virtual do Imobanco é voltada para pequenos e micro empreendedores do ramo do comércio e indústria. O empreendedor recebe a loja personalizada, com sua logomarca e cores, hospedagem, suporte de transações, treinamento, mentoria comercial e de marketing e meios de pagamento ativados. Toda a estrutura é disponibilizada de forma gratuita.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

Fecomércio: Confira a lista de selecionados na terceira etapa dos cursos gratuitos na área do turismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Confira a lista dos selecionados para mais uma etapa dos Cursos Boas Práticas de Combate à Covid-19 no Plano de Retomada do Turismo, através do Programa Senac de Gratuidade:

Turma 32/2020/16 - Meios de Hospedagem: Protocolos e Boas Práticas de Prevenção à Covid-19

Turma 29/2020/21 - Alimentos e Bebidas: Protocolos e Boas Práticas de Prevenção à Covid-19

Turma 30/2020/21 - Serviços Receptivos e Áreas de Visitação: Protocolos e Boas Práticas de Prevenção à Covid-19

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE

Qualificação para o Turismo do RN: Senac promove série de treinamentos online com especialista alemão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Investir em estratégias e projetos que garantam a segurança sanitária na retomada das atividades do setor turístico. Com essa proposta, o Senac RN convidou o especialista alemão Hans-Petter Satler, para, no período de 03 a 07 de agosto, ministrar uma série de treinamentos online direcionados ao trade turístico potiguar.

Consultor do Projeto Verena - Parceria desenvolvida entre o Sistema Fecomércio RN e a Câmara de Comércio e Indústria da cidade de Trier (EIC Trier), na Alemanha, com o objetivo de contribuir no crescimento econômico do Turismo no RN - o especialista liderou uma programação on-line, que contou com workshops de aprimoramento para instrutores e coordenadores dos cursos de garçom, cozinheiro, recepcionista e camareira; diálogos com empresários para aperfeiçoamento das qualificações oferecidos pelo Senac aos trabalhadores do setor e uma Live com o tema 'Adaptação do Setor Hoteleiro Alemão frente à

Covid-19'.

'Com a realidade da pandemia, tornou-se muito necessário e até decisivo para a sobrevivência no mercado, a atualização do conhecimento das regras dos protocolos sanitários. A segurança sanitária vai ser destaque pelo menos nos próximos dois anos', declarou o alemão na abertura da programação.

Em cada encontro on-line, os participantes puderam se inteirar sobre as estratégias que o mercado internacional vem executando no cenário de retomada pós-pandemia e também dialogar sobre a realidade local. Presente no evento, o vice-presidente da Abrasel-RN, Fernando Popó, comentou sobre a importância da qualificação profissional neste momento.

'Parte da minha equipe de colaboradores já participou dos cursos oferecidos pelo Senac neste momento de pandemia e tão logo abram novas turmas, a outra parte irá fazer. O setor de gastronomia foi um dos mais afetados com essa crise, precisando rapidamente se reinventar, principalmente no serviço delivery. Ter uma equipe qualificada é uma necessidade básica nesta nova realidade', disse Popó.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, destaca sobre os benefícios que a parceria com Alemanha tem proporcionado ao turismo potiguar. 'Essa constante troca de conhecimento e informações, viabilizadas por meio do Projeto Verena enriquece e acelera o progresso do turismo potiguar. Agora, neste momento de pandemia, a parceria traz ainda mais confiança ao setor no retorno das atividades', disse Queiroz.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA

Fecomércio: Qualificação para o Turismo do RN: Senac promove série de treinamentos online com especialista alemão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Investir em estratégias e projetos que garantam a segurança sanitária na retomada das atividades do setor turístico. Com essa proposta, o Senac RN convidou o especialista alemão Hans-Petter Satler, para, no período de 03 a 07 de agosto, ministrar uma série de treinamentos online direcionados ao trade turístico potiguar.

Consultor do Projeto Verena - Parceria desenvolvida entre o Sistema Fecomércio RN e a Câmara de Comércio e Indústria da cidade de Trier (EIC Trier), na Alemanha, com o objetivo de contribuir no crescimento econômico do Turismo no RN - o especialista liderou uma programação on-line, que contou com workshops de aprimoramento para instrutores e coordenadores dos cursos de garçom, cozinheiro, recepcionista e camareira; diálogos com empresários para aperfeiçoamento das qualificações oferecidos pelo Senac aos trabalhadores do setor e uma Live com o tema 'Adaptação do Setor Hoteleiro Alemão frente à

Covid-19'.

'Com a realidade da pandemia, tornou-se muito necessário e até decisivo para a sobrevivência no mercado, a atualização do conhecimento das regras dos protocolos sanitários. A segurança sanitária vai ser destaque pelo menos nos próximos dois anos', declarou o alemão na abertura da programação.

Em cada encontro on-line, os participantes puderam se inteirar sobre as estratégias que o mercado internacional vem executando no cenário de retomada pós-pandemia e também dialogar sobre a realidade local. Presente no evento, o vice-presidente da Abrasel-RN, Fernando Popó, comentou sobre a importância da qualificação profissional neste momento.

'Parte da minha equipe de colaboradores já participou dos cursos oferecidos pelo Senac neste momento de pandemia e tão logo abram novas turmas, a outra parte irá fazer. O setor de gastronomia foi um dos mais afetados com essa crise, precisando rapidamente se reinventar, principalmente no serviço delivery. Ter uma equipe qualificada é uma necessidade básica nesta nova realidade', disse Popó.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, destaca sobre os benefícios que a parceria com Alemanha tem proporcionado ao turismo potiguar. 'Essa constante troca de conhecimento e informações, viabilizadas por meio do Projeto Verena enriquece e acelera o progresso do turismo potiguar. Agora, neste momento de pandemia, a parceria traz ainda mais confiança ao setor no retorno das atividades', disse Queiroz.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA

Fecomércio RN anuncia continuidade do Rede DEL Turismo, um dos frutos da parceria com Alemanha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Inserida no Projeto Verena, próxima fase será focada em ações para retomada das atividades no pós-pandemia covid-19 em municípios de grande relevância no cenário turístico potiguar

O Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, anunciou nesta quinta-feira (20), a realização da segunda fase do Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local - DEL Turismo, beneficiando os municípios de Parnamirim, São Miguel do Gostoso e Tibau do Sul.

Metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local, o Programa foi implantado no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemãs BFZ, BBW e SEQUA. Com adaptações focadas no fortalecimento do turismo local, a iniciativa oferece um

intercâmbio de conhecimentos entre os municípios do RN e a Alemanha, além de promover treinamentos focados no desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade e governança municipal de cada destino turístico.

Com a renovação de mais uma fase do Programa, o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, anunciou a continuidade da parceria com um modelo de trabalho focado em apoiar a implementação de iniciativas para o desenvolvimento sustentável do turismo, com foco na superação da pandemia Covid-19.

'Esta iniciativa, mesmo que recente, já gerou bons frutos para o estado, principalmente nos municípios que aderiram ao programa. Agora, iremos trabalhar em conjunto na estruturação desses municípios, visando a retomada das atividades ligadas ao turismo que foram duramente impactadas neste contexto de crise da Covid-19', afirmou Marcelo Queiroz.

O modelo de trabalho a ser desenvolvido nesta nova etapa foi detalhado pelo Consultor do Programa Rede DEL Turismo e do Projeto Verena, Andreas Dohle, que detalhou os três focos de atuação: preparação das cidades para implementação dos protocolos sanitários no setor turístico; consolidação dos municípios envolvidos como destinos sustentáveis a partir de cooperação com a fundação holandesa Green Destinations; e desenvolvimento de ações de marketing que destaquem a imagem de sustentabilidade e biossegurança para essas localidades.

São Miguel do Gostoso foi o primeiro município do Rio Grande do Norte a implantar o DEL Turismo. A empresária Maristela Ribeiro cita os benefícios trazidos pelo Programa para a qualificação profissional na região.

'O convênio com o DEL trouxe diversos benefícios para o desenvolvimento do turismo local, com a oferta de

cursos e de oficinas, tanto para empresários quanto para trabalhadores do setor, essa iniciativa colaborou muito para a nossa capacitação', disse a empresária.

O prefeito de Parnamirim, Rosano Taveira, destaca o fortalecimento do setor turístico do município a partir da implantação do programa.

'O DEL Turismo tem reforçado o planejamento do município de Parnamirim, integrando e fortalecendo o ambiente dos negócios em nossa cidade. É com satisfação que recebemos a confirmação da continuidade da parceria, com o apoio da Alemanha. Fazer parte desta seleta rede de cooperação engrandece a todos', declarou Taveira.

Para o prefeito de Tibau do Sul, Modesto Macedo, a renovação da segunda fase do DEL é um encorajamento em meio ao atual cenário de crise.

'Saber que a segunda etapa do Programa DEL foi aprovada e que a mesma visa apoio ao desenvolvimento e à implementação de iniciativas públicas- privadas para o desenvolvimento sustentável do turismo, na atual e difícil conjuntura mundial que nos encontramos, muito nos encoraja a acreditar, cada vez mais, que estamos no caminho certo', comemorou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA

Sistema Fecomércio RN apresenta resultados do Desenvolvimento do Turismo em Tibau do Sul



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Com foco na apresentação dos resultados da primeira fase do Programa DEL Turismo em Tibau do Sul, o Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, promoverá, no próximo dia 27 de agosto, seminário on-line, com a presença de parceiros das ações implementadas. O evento será realizado das 9h às 12h e é uma parceria entre o Senac e a prefeitura de Tibau do Sul.

O Seminário contará com as presenças do presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz; do cônsul honorário da Alemanha no RN, Axel Geppert; e do prefeito do município, Modesto Macedo. Representarão os parceiros internacionais o coordenador de projetos da Câmara do Comércio e Indústria da cidade alemã de Trier, Mathias Fuchs; e o consultor de longo prazo do Projeto Verena, Andreas Döhle.

Um dos destaques na programação será a participação da vice-presidente da Câmara do Comércio e da

Indústria de Trier, Andrea Weber. Ela fará uma exposição com o tema 'Boas práticas em hotelaria e serviços de restaurante no contexto da pandemia na Alemanha'. O objetivo é promover a troca experiências e indicar ações que podem ser aplicadas no contexto potiguar.

O Programa DEL Turismo tem o objetivo de promover a excelência em organização turística, harmonizando a sustentabilidade e o turismo responsável. Para alcançar essa meta, na cidade, foram criadas cinco câmaras técnicas, no intuito de desenvolver o turismo, a saúde, a educação e cultura, segurança e o destino harmônico.

Alguns resultados já foram conquistados, entre eles a criação da lei que estabelece a marca turística de Tibau do Sul, o golfinho, que é a maior atração do município. A estruturação para as boas práticas do lixo zero, e sua gestão é outro produto do DEL Turismo. E, ainda, a participação no concurso dos Destinos Sustentáveis TOP 100, promovido pela organização holandesa Green Destinations. A cidade apresentou 30 critérios de boas práticas sustentáveis e 3 cases de sucesso, quando o pedido para estar no pleito eram 15 critérios e um case.

Seminário DEL Turismo em Tibau do Sul

Data: 27 de agosto de 2020

Horário: 9h às 12h

Programação:

9h - Abertura

9h45 - Origens do DEL Turismo em Tibau do Sul - Andreas Dohle

10h15 - Boas Práticas em Hotelaria e Serviços de Restaurante no contexto da Pandemia - Andrea Weber (Vice- Presidente da Câmara do Comércio e da

Indústria de Trier e proprietária do Hotel Deutscher Hof em Trier)

11h - Resultados do DEL em Tibau do Sul - Beth Bauchwitz e membros das câmaras técnicas

Projeto Verena - parceria desenvolvida entre o Sistema Fecomércio RN e a Câmara de Comércio e Indústria da cidade de Trier (EIC Trier), na Alemanha, com o objetivo de contribuir no crescimento econômico do setor de turismo e hospitalidade no estado do Rio Grande do Norte gerando postos de trabalho.

DEL - O Programa Del Turismo executa ações de implementação da Política Desenvolvimento Local do turismo com um modelo de gestão focado no crescimento sustentável.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA

Mesa Brasil Solidário: Campanha promoveu entrega mais 500 cestas básicas de alimentos no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Reprodução

Na última quarta-feira (19), o presidente do Sistema Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz; o representante da InterTV Cabugi, jornalista Lucas Cortez; e, o diretor regional do Serviço Social do Comércio do RN (Sesc/RN), Fernando Virgílio, participaram da entrega de 500 cestas básicas a representantes de cinco instituições cadastradas no programa Mesa Brasil Sesc.

Os alimentos foram arrecadados na campanha Mesa Brasil Solidário, realizada em parceria com a emissora de televisão, salienta informação do site da Federação/RN.

De março a julho de 2020, o Sistema Fecomércio/RN, por meio do Sesc/RN, viabilizou a entrega de 18.986 cestas básicas a 100 entidades cadastradas em 15

municípios do RN.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

LIVES DE HOJE: EDUARDO COSTA, JOTA QUEST, FRESNO, ELBA RAMALHO E MAIS SHOWS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

Eduardo Costa, Jota Quest, Fresno e Elba Ramalho fazem lives neste sábado (22).

Veja a lista completa com horários das lives:

Carlinhos Brown Kids - 16h - LinkEllen Oléria, Exaltasamba, Paulo Miklos, Elza Soares e outros (Virada Cultura Salto) - 16h20 - LinkElba Ramalho - 16h30 - LinkEduardo Costa e Israel & Rodolfo - 18h - LinkMC Marcinho e amigos - 18h - LinkCalcinha Preta - 19h - LinkFernanda Abreu (Em Casa com Sesc) - 19h - LinkFresno - 20h - LinkJota Quest - 20h - LinkTuyo - 20h - LinkTeresa Cristina - 22h - Link

Fonte: G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - CULTURA

Lives de hoje: Eduardo Costa, Jota Quest, Fresno, Elba Ramalho e mais shows para ver em casa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Eduardo Costa, Jota Quest, Fresno e Elba Ramalho fazem lives neste sábado (22).

Confira a programação das lives neste sábado:

Carlinhos Brown Kids - 16h - LinkEllen Oléria, Exaltasamba, Paulo Miklos, Elza Soares e outros (Virada Cultura Salto) - 16h20 - LinkElba Ramalho - 16h30 - LinkEduardo Costa e Israel & Rodolfo - 18h - LinkMC Marcinho e amigos - 18h - LinkCalcinha Preta - 19h - LinkFernanda Abreu (Em Casa com Sesc) - 19h - LinkFresno - 20h - LinkJota Quest - 20h - LinkTuyo - 20h - LinkTeresa Cristina - 22h - Link

O post Lives de hoje: Eduardo Costa, Jota Quest, Fresno, Elba Ramalho e mais shows para ver em casa apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - CULTURA

Petrobras anuncia altas de 5% para o diesel e de 6% para gasolina



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

A Petrobras anunciou hoje que vai aumentar a gasolina em 6% em suas refinarias a partir da sexta-feira (21) - acompanhando a melhora do preço do petróleo no mercado internacional. O diesel será elevado em 5% e o diesel marítimo (bunker), em 5,2%.

Na semana passada, a estatal havia elevado os preços do diesel em 2% e os da gasolina em 4%, com o consumo de combustíveis mostrando retomada.

A elevação do diesel, combustível mais consumido do Brasil, é a sétima seguida. Já a gasolina terá o segundo aumento consecutivo, após uma redução no final de julho que foi antecedida por nove altas, conforme acompanhamento da Reuters com base em anúncios da Petrobras.

Preços nos postos

Na semana passada, os preços combustíveis seguiram em alta nos postos, segundo balanço da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

(ANP).

De acordo com o levantamento semanal da ANP, o valor médio do litro da gasolina ao consumidor subiu 0,4%, a R\$ 4,234. O preço do litro do diesel avançou 0,7%, para R\$ 3,364.

O litro do etanol avançou 0,4%, a R\$ 2,769.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

FGV: consumidores esperam inflação de 4,3% em 12 meses a partir de agosto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A mediana da inflação esperada pelos consumidores para os próximos 12 meses recuou 0,2 ponto porcentual em agosto, para 4,3%, ante um resultado de 4,5% obtido em julho, segundo o Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores, divulgado nesta sexta-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado marca o novo piso histórico do levantamento. Em relação a agosto de 2019, houve redução de 0,8 ponto porcentual. "Apesar da pressão de alguns preços em agosto, como gasolina e energia elétrica, os consumidores continuam otimistas em relação às perspectivas de inflação para os próximos doze meses. Isso sugere que o cenário de atividade econômica deprimida aliado às baixas expectativas do mercado continuam exercendo forte influência nas expectativas dos consumidores, levando a novos mínimos históricos", avaliou Renata de Mello Franco, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Na distribuição por faixas de inflação, 57,5% dos

consumidores projetaram em agosto valores abaixo da meta de inflação de 4% perseguida pelo Banco Central em 2020. Já a proporção de consumidores projetando inflação acima do limite superior da meta de inflação para 2020 (5,5%) diminuiu de 30,1% em julho para 28,3% em agosto.

Na análise por faixas de renda, todas diminuíram suas expectativas medianas para a inflação nos 12 meses seguintes, principalmente as famílias de menor poder aquisitivo. Entre as famílias com renda mensal entre R\$ 2,1 mil e R\$ 4,8 mil, a inflação estimada caiu de 5,3% em julho para 4,9% em agosto. Já as famílias com renda acima de R\$ 9,6 mil renovaram o piso histórico pelo terceiro mês seguido, com recuo de 0,1 ponto porcentual em agosto, para 3,5%.

O Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores é obtido com base em informações da Sondagem do Consumidor. Aproximadamente 75% dos entrevistados respondem aos quesitos relacionados às expectativas de inflação.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Wondershare UniConverter: um conversor de vídeo completo para qualquer tipo de arquivo de mídia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Trabalhar com arquivos de mídia tem os seus prós e os contras. Quando se está utilizando vários formatos de arquivos diferentes, juntá-los pode acarretar em certa dor de cabeça, e muitas vezes você se verá gastando muito tempo tentando converter arquivos para que eles funcionem.

É isso que torna o Wondershare UniConverter tão brilhante - ele é um aplicativo mão na roda que permite converter vídeos em até 1.000 formatos diferentes, tudo em velocidades 30 vezes mais rápidas do que alguns concorrentes, sem perder qualidade no processo, de maneira simples e rápida. Ele aproveita a aceleração da GPU e permite baixar, compactar, editar, gravar, transferir vídeos e muito mais. Continue lendo para descobrir alguns dos pontos que tornam o UniConverter tão impressionante.

Converta e compare vídeos facilmente

Tentar abrir um arquivo de vídeo que lhe foi enviado e ser informado de que não é compatível com seu

dispositivo pode ser a pedra no caminho de qualquer editor, mas com o UniConverter isso não é mais uma preocupação. Ele suporta mais de 1.000 formatos para garantir que você possa acessar todos os arquivos necessários.

Quando se trata de converter esses arquivos, é tão rápido quanto qualquer outro no mercado e suporta vídeos 4K e 8K - além disso, você pode usá-lo para compactar seus arquivos sem perda de qualidade: um fator chave para profissionais.

Grave sua tela facilmente

Se você estiver fazendo tutoriais ou outros tipos de conteúdo, poder gravar sua tela pode ser extremamente útil, e o UniConverter agora também tem uma função de gravação de tela realmente excelente.

Ele permite gravar sua tela sem nenhuma perda de resolução, incluindo apenas uma parte decidida por você se preferir, e também pode gravar vídeo e áudio de sua webcam ou microfone, tornando-se uma ótima ferramenta.

Além disso, uma grande atualização acabou de ser lançado e já permite que você grave sua tela e webcam simultaneamente, além de permitir que você configure designs em sua gravação em tempo real.

Edite todos os vídeos em um só lugar

Após converter seus arquivos para o tipo desejado, você não irá mais depender de nenhum outro programa de edição extremamente caro para recortá-los. O UniConverter também possui ferramentas de edição.

Você pode cortar e recortar vídeos com muita facilidade e adicionar efeitos e marcas d'água, ou até mesmo adicionar legendas, se desejar - é um recurso de bônus poderoso que vai economizar muito tempo.

Salve vídeos da web

Esse não é o único bônus que o UniConverter está escondendo - ele também permite que você baixe vídeo direto de sites de streaming enquanto navega, para que possa incorporá-lo aos seus planos.

Funciona em mais de 10.000 sites diferentes e permite convertê-los em MP3 se tudo o que você deseja é apenas o áudio presente no vídeo. É extremamente conveniente e, novamente, uma grande economia de tempo.

Vários recursos

Na verdade, se tivéssemos que mostrar a você todos os recursos que o UniConverter oferece, levaria o dia todo. No entanto, irei compartilhar outra novidade: você também pode usar o software para gravar vídeos em DVDs ou Blu-ray, facilitando assim, o compartilhamento com amigos ou familiares.

Você também pode converter seções de vídeo em GIFs para criar um conteúdo viral incrível e pode até converter arquivos de imagem, bem como vídeos, o que é muito útil. Além disso, o Wondershare, que fabrica o UniConverter, adiciona novos recursos o tempo todo, de modo que o software fica melhor conforme você o usa. Confira no guia do usuário.

Disponível online ou para download

Se existe uma coisa em que a Wondershare é especializada, é tornar seus aplicativos fáceis de usar onde quer que você esteja, e isso possibilitou uma grande atualização recente para o UniConverter: agora você pode utilizá-lo no navegador, sem baixar o software. Isso permite que você use todas as mesmas ferramentas e truques incríveis online, de modo que, se estiver usando o dispositivo ou computador de outra pessoa, você ainda possa trabalhar.

É um ótimo atalho que completa um produto abrangente, e você pode experimentá-lo em [Media.io/br](https://media.io/br).

Achamos que os incríveis benefícios do UniConverter falam por si só - e se você quiser experimentá-lo, pode obter uma licença de um ano por apenas R\$ 123,99, enquanto que por apenas R\$ 185,99 você pode obter uma licença vitalícia, o que é um negócio excelente.

Descubra mais visitando o site do UniConverter agora.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitos enfrentam dificuldades para aplicar mínimo de 25% em educação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Em meio à pandemia da Covid-19 e consequente suspensão das aulas em todo o país, prefeitos estão preocupados com a dificuldade de aplicar o mínimo constitucional em educação. De acordo com a Constituição Federal, os municípios são obrigados a aplicar, no mínimo, 25% do que arrecadam com impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Entidade que representa o interesse dos gestores municipais, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) argumenta que o fechamento das escolas por causa do isolamento social prejudicou a aplicação do mínimo exigido para a área. Levantamento da FNP sobre a execução orçamentária de alguns municípios no ensino aponta que, no primeiro semestre deste ano, por exemplo, São Luís só conseguiu aplicar 14,8% das receitas em educação.

Outras capitais, como Belo Horizonte (17,1%) e Belém (21,2%) também estão longe do que a Constituição

estabelece. 'Os números preocupam os prefeitos', expõe Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente.

Na tentativa de resolver o problema, os prefeitos tentam encontrar soluções jurídicas junto aos poderes. Já se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes. A ele pediram a flexibilização do mínimo a ser aplicado. A ideia seria uma 'legislação excepcional' que considere como gastos em educação tudo o que foi empenhado e não somente o que foi pago, como a lei determina.

Para esta quarta-feira (19), há uma reunião marcada com os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. De acordo com Gustavo Dantas, especialista em direito constitucional, como a aplicação mínima está estabelecida na Constituição, apenas a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) poderia flexibilizar a exigência.

'Como se trata de uma norma constitucional, o único meio que pode existir de flexibilizar esse mínimo destinado à educação é por meio de uma emenda à Constituição. E ela só é possível via Congresso Nacional', explica.

Penalização

De acordo com informações do Brasil 61, o receio de muitos gestores municipais que estão longe de alcançar o investimento de 25% é serem penalizados pelo descumprimento à lei. Com a arrecadação de impostos comprometida pela crise econômica que a pandemia da Covid-19 causou, as dificuldades aumentam, dizem.

Para Karlos Gomes, especialista em direito público, os administradores públicos que não cumprirem o piso de gastos podem ser responsabilizados. '[Os prefeitos] podem incorrer em improbidade administrativa, o que pode causar a inelegibilidade e, além disso, o município pode sofrer intervenção do governo estadual. Ou seja, o

estado vai retirar a autonomia do município para aquelas despesas e tomar para si aquela competência', afirma.

Segundo Pierre, a prorrogação das eleições municipais também contribui para o temor dos prefeitos. 'Como as eleições normalmente eram realizadas em outubro e definidas ainda em primeiro turno em muitas cidades, os municípios tinham três meses para alguma adequação de despesas para o encerramento do mandato cumprindo o regramento. Com a eleição postergada em novembro, só tem dezembro. Que margem de manobra tem na execução orçamentária para promover ajustes?', questiona.

Secretário de Educação de Sud Mennucci (SP) e presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) defendeu que o mínimo constitucional para a educação seja flexibilizado, assim como várias outras normas foram em meio ao estado de calamidade pública.

'Uma coisa que poderíamos fazer é a possibilidade de pensar na temporalidade e na excepcionalidade de algumas flexibilizações tão fortes, como, por exemplo, essa relação dos 25% [da Educação] com os 15% [da Saúde], dando os 40% [proposta de unificação]. Que fosse uma questão de temporalidade como muitas das regulamentações e legislações que estão sendo feitas nesse instante de pandemia.'

Impacto

De acordo com relatório da série 'Covid-19: Impacto Fiscal na Educação Básica', as redes municipais de educação devem perder entre R\$ 15 bilhões e R\$ 31 bilhões em tributos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino neste ano, a depender do cenário de crise econômica. Os dados foram compilados pelo Instituto Unibanco e Todos Pela Educação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA SERÁ LANÇADO DIA 25



Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

O novo programa habitacional do governo Federal que busca regularização fundiária, Casa Verde Amarela, que vai substituir o 'Minha Casa, Minha Vida', será lançado no dia 25 deste mês às 11h.

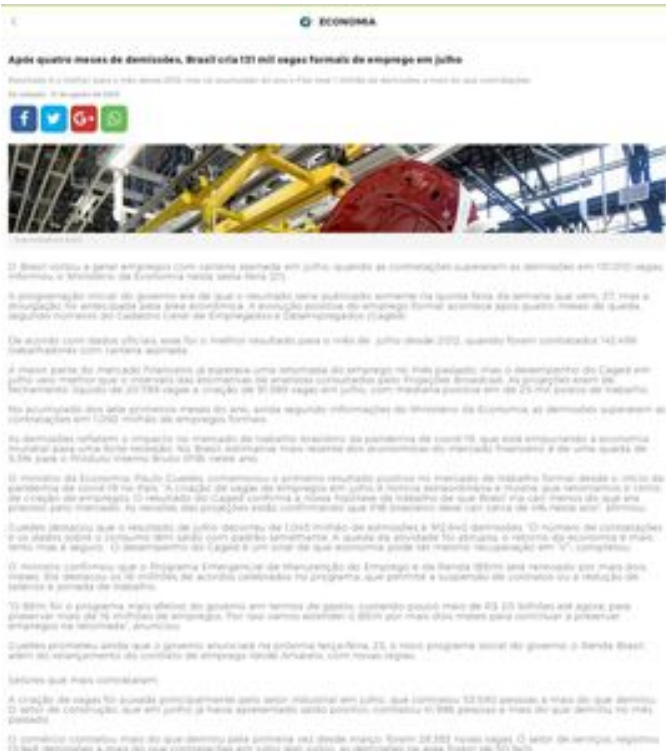
O anúncio foi feito pelo ministro do Desenvolvimento Econômico, Rogério Marinho, em entrevista ao Repórter 98, desta quarta-feira (19).

'A medida provisória já está pronta e negociada com o ministro Paulo Guedes. Inclusive terei uma reunião em instantes com o ministro Paulo Guedes, para tratar de economia e desenvolvimento regional, com a Caixa Econômica, que é o agente operador', disse o ministro durante a entrevista.

Batizado de 'Casa Verde Amarela', o projeto tem foco na regularização fundiária e no estímulo a financiamentos com juros baixos.

Fonte: Portal Grande Ponto

Após quatro meses de demissões, Brasil cria 131 mil vagas formais de emprego em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Brasil voltou a gerar empregos com carteira assinada em julho, quando as contratações superaram as demissões em 131.010 vagas, informou o Ministério da Economia nesta sexta-feira (21).

A programação inicial do governo era de que o resultado seria publicado somente na quinta-feira da semana que vem, 27, mas a divulgação foi antecipada pela área econômica. A evolução positiva do emprego formal acontece após quatro meses de queda, segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

De acordo com dados oficiais, esse foi o melhor resultado para o mês de julho desde 2012, quando foram contratados 142.496 trabalhadores com carteira assinada.

A maior parte do mercado financeiro já esperava uma retomada do emprego no mês passado, mas o desempenho do Caged em julho veio melhor que o intervalo das estimativas de analistas consultados pelo

Projeções Broadcast. As projeções eram de fechamento líquido de 20.789 vagas a criação de 91.389 vagas em julho, com mediana positiva em de 25 mil postos de trabalho.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, ainda segundo informações do Ministério da Economia, as demissões superaram as contratações em 1,092 milhão de empregos formais.

As demissões refletem o impacto no mercado de trabalho brasileiro da pandemia de covid-19, que está empurrando a economia mundial para uma forte recessão. No Brasil, estimativa mais recente dos economistas do mercado financeiro é de uma queda de 5,5% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o primeiro resultado positivo no mercado de trabalho formal desde o início da pandemia de covid-19 no País. 'A criação de vagas de empregos em julho é notícia extraordinária e mostra que retomamos o ritmo de criação de empregos. O resultado do Gaged confirma a nossa hipótese de trabalho de que Brasil iria cair menos do que era previsto pelo mercado. As revisões das projeções estão confirmando que PIB brasileiro deve cair cerca de 4% neste ano', afirmou.

Guedes destacou que o resultado de julho decorreu de 1,043 milhão de admissões e 912.640 demissões. 'O número de contratações e os dados sobre o consumo têm saído com padrão semelhante. A queda da atividade foi abrupta, o retorno da economia é mais lento mas é seguro. O desempenho do Caged é um sinal de que economia pode ter mesmo recuperação em "V", completou.

O ministro confirmou que o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) será renovado por mais dois meses. Ele destacou os 16 milhões de acordos celebrados no programa, que

permite a suspensão de contratos ou a redução de salários e jornada de trabalho.

'O BEm foi o programa mais efetivo do governo em termos de gastos, custando pouco mais de R\$ 20 bilhões até agora, para preservar mais de 16 milhões de empregos. Por isso vamos estender o BEm por mais dois meses para continuar a preservar empregos na retomada', anunciou.

Guedes prometeu ainda que o governo anunciará na próxima terça-feira, 25, o novo programa social do governo, o Renda Brasil, além do relançamento do contrato de emprego Verde Amarelo, com novas regras.

Setores que mais contrataram

A criação de vagas foi puxada principalmente pelo setor industrial em julho, que contratou 53.590 pessoas a mais do que demitiu. O setor de construção, que em junho já havia apresentado saldo positivo, contratou 41.986 pessoas a mais do que demitiu no mês passado.

O comércio contratou mais do que demitiu pela primeira vez desde março: foram 28.383 novas vagas. O setor de serviços, registrou 15.948 demissões a mais do que contratações em julho (em junho, as demissões na área foram de 50.345).

No mês passado 25 Estados registraram resultado positivo e apenas dois tiveram saldo negativo. Todas as cinco regiões do País tiveram abertura líquida de vagas. O melhor resultado foi registrado em São Paulo com a abertura de 22.967 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi do Sergipe que registrou o fechamento de 804 vagas em julho.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada subiu de R\$ 1.703,68, em junho, para R\$ 1.709,71 em julho.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil cria mais de 131 mil empregos formais em julho, aponta Caged



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o pior momento da crise ficando para trás, o mercado de trabalho registrou no mês passado o primeiro número positivo desde a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil. Depois de quatro meses no vermelho, houve a abertura líquida de 131.010 empregos com carteira assinada em julho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta sexta-feira, 21, pelo Ministério da Economia.

Esse foi ainda o melhor resultado para o mês desde 2012, quando o saldo líquido foi positivo em 142.496 vagas. Em julho de 2019, houve a abertura de 43.820 vagas com carteira assinada.

Créditos: Marcello Casal Jr./Agência Brasil indústria foi setor com mais contratações

O resultado de julho decorreu de 1,043 milhão de admissões e 912.640 demissões. O volume representa um acréscimo de 14% nas contratações e uma queda de 2% nos desligamentos em relação a junho.

A maior parte do mercado financeiro já esperava uma

retomada do emprego no mês passado. O desempenho do Caged em julho, porém, veio melhor que o intervalo das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de fechamento líquido de 20.789 vagas a criação de 91.389 vagas em julho, com mediana positiva em de 25 mil postos de trabalho.

Em junho deste ano, a perda havia sido de 19.579 postos de trabalho. Os piores meses para o Caged na pandemia foram março, com perda de 263.177 vagas, abril, com a destruição de 927.598 empregos formais, e maio, com a demissão líquida de 355.933 trabalhadores.

Os dados dos meses anteriores foram atualizados nesta sexta pela pasta. Mesmo com a recuperação de julho, a perda líquida de empregos para a pandemia ainda é de 1,435 milhão vagas desde que o novo coronavírus começou a se espalhar pelo Brasil, em março.

No acumulado do ano até julho, o saldo do Caged ainda ficou negativo em 1,092 milhão de vagas, o pior desempenho para o período na série histórica disponibilizada pelo ministério (2002).

Agropecuária abre 23.027 vagas e indústria geral, 53.590

De acordo com os dados do Caged, houve um saldo positivo de 53.590 contratações na indústria geral em julho. Na construção civil, foram recuperadas 41.986 vagas no mês passado.

Já o comércio registrou abertura de 28.383 vagas, enquanto a agropecuária teve saldo positivo de 23.027 postos de trabalho formal.

Mais uma vez, o setor de serviços teve o pior desempenho do Caged, com a eliminação de 15.948 vagas em julho.

No mês passado 25 Estados registraram resultado positivo e apenas dois tiveram saldo negativo. Todas as

cinco regiões do País tiveram abertura líquida de vagas.

O melhor resultado foi registrado em São Paulo com a abertura de 22.967 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi do Sergipe que registrou o fechamento de 804 vagas em julho.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada subiu de R\$ 1.703,68, em junho, para R\$ 1.709,71 em julho.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O programa de suspensão de contratos de trabalho e de redução de jornada e de salário será prorrogado por dois meses, anunciou hoje (21) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a iniciativa foi a medida mais eficaz adotada pelo governo para preservar empregos durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19).

'[Conseguimos] preservar 16 milhões de empregos gastando pouco mais de R\$ 20 bilhões. O programa tem tanto sucesso que vamos estender por mais dois meses justamente para continuar preservando esses empregos enquanto a economia faz essa volta em V', declarou o ministro em entrevista coletiva para divulgar as estatísticas de empregos formais em julho.

Guedes também informou que o governo anunciará novas medidas na terça-feira (25), como o relançamento do programa de carteira de trabalho Verde Amarela, lançada no ano passado por meio de uma medida provisória que perdeu a validade, e do programa Renda Brasil, que pretende expandir o Bolsa Família.

Os programas integram um pacote de medidas que

serão anunciadas pelo governo no início da próxima semana. Além de medidas para o mercado de trabalho, será lançado um programa habitacional, anunciado mais cedo pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Acordos

Inicialmente, o programa de suspensão de contratos duraria dois meses, e a suspensão de jornada valeria por até três meses. Em julho, o presidente Jair Bolsonaro publicou um decreto ampliando a validade dos acordos para 120 dias, período máximo atualmente em vigor. Caso saia a nova prorrogação, os acordos passarão a ser válidos por até 180 dias.

Pago aos trabalhadores que aderem aos acordos, o Benefício Emergencial (BEm) equivale a uma porcentagem do seguro-desemprego a que o empregado teria direito se fosse demitido. Como o dinheiro vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Ministério da Economia informou que a prorrogação não terá impacto no orçamento do programa, estimado em R\$ 51,3 bilhões.

Desde o início do programa, em abril, 16,3 milhões de trabalhadores fecharam acordo de suspensão de contratos de trabalho ou de redução de jornada e de salário em troca de complementação de renda e de manutenção do emprego. As estatísticas são atualizadas diariamente pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia num painel virtual.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro: Resultado do Caged de julho 'é o Brasil voltando à normalidade'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, pelo Twitter, que o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na tarde desta sexta-feira (21), pelo Ministério da Economia, representa "o Brasil voltando à normalidade". Depois de quatro meses no vermelho, houve a abertura líquida de 131.010 empregos com carteira assinada em julho.

"Em julho 2020 o CAGED apresentou um saldo positivo de 131.010 novos postos de trabalho. O grande destaque foi a indústria de transformação, em especial a fabricação de produtos alimentícios e a construção civil. É o Brasil voltando à normalidade", escreveu Bolsonaro na rede social.

Há pouco, o secretário especial de Previdência e Trabalho da Economia, Bruno Bianco, avaliou que o mercado de trabalho formal deve continuar apresentando resultados positivos nos próximos meses. "O Caged positivo de julho certamente é o primeiro de muitos", garantiu.

Bianco lembrou que a pasta não faz projeções de emprego e desemprego de longo prazo, mas disse esperar a continuidade da criação líquida de vagas. "Vem ocorrendo uma melhora sucessiva e significativa no Caged e tudo indica que ele continuará positivo, e mais positivo ainda. Estamos vendo setores se aquecendo e se mantendo vivos, o que é importante para a retomada. Certamente a melhora só começou, vamos continuar surpreendendo", completou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O programa de suspensão de contratos de trabalho e de redução de jornada e de salário será prorrogado por dois meses, anunciou hoje (21) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a iniciativa foi a medida mais eficaz adotada pelo governo para preservar empregos durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19).

'[Conseguimos] preservar 16 milhões de empregos gastando pouco mais de R\$ 20 bilhões. O programa tem tanto sucesso que vamos estender por mais dois meses justamente para continuar preservando esses empregos enquanto a economia faz essa volta em V', declarou o ministro em entrevista coletiva para divulgar as estatísticas de empregos formais em julho.

Guedes também informou que o governo anunciará novas medidas na terça-feira (25), como o relançamento do programa de carteira de trabalho Verde Amarela, lançada no ano passado por meio de uma medida provisória que perdeu a validade, e do programa Renda Brasil, que pretende expandir o Bolsa Família.

Os programas integram um pacote de medidas que

serão anunciadas pelo governo no início da próxima semana. Além de medidas para o mercado de trabalho, será lançado um programa habitacional, anunciado mais cedo pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Acordos

Inicialmente, o programa de suspensão de contratos duraria dois meses, e a suspensão de jornada valeria por até três meses. Em julho, o presidente Jair Bolsonaro publicou um decreto ampliando a validade dos acordos para 120 dias, período máximo atualmente em vigor. Caso saia a nova prorrogação, os acordos passarão a ser válidos por até 180 dias.

Pago aos trabalhadores que aderem aos acordos, o Benefício Emergencial (BEm) equivale a uma porcentagem do seguro-desemprego a que o empregado teria direito se fosse demitido. Como o dinheiro vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Ministério da Economia informou que a prorrogação não terá impacto no orçamento do programa, estimado em R\$ 51,3 bilhões.

Desde o início do programa, em abril, 16,3 milhões de trabalhadores fecharam acordo de suspensão de contratos de trabalho ou de redução de jornada e de salário em troca de complementação de renda e de manutenção do emprego. As estatísticas são atualizadas diariamente pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia num painel virtual.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Ministro Paulo Guedes anuncia prorrogação de programa emergencial de emprego



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou a prorrogação, por mais dois meses, do Programa Emergencial de Preservação da Renda e do Emprego, que prevê o pagamento de um benefício mensal a trabalhadores que tiveram o contrato de trabalho suspenso ou a jornada e o salário reduzidos devido à crise decorrente da pandemia. Com isso, o programa deverá ter duração total de seis meses.

'O programa está tendo tanto sucesso, tanto êxito que nós vamos estender por mais dois meses para justamente continuar preservando esses empregos enquanto a economia brasileira faz essa volta em V', disse o ministro. A alusão à recuperação econômica em V já foi feita por Guedes em outros momentos. Ela significa que, depois de uma queda forte da atividade econômica, o crescimento retorna, ou mesmo supera, rapidamente o nível imediatamente pré-queda.

O benefício voltado à preservação dos empregos gerou mais de 16 milhões de acordos entre trabalhadores e empregadores, segundo dados da pasta atualizados até

19 de agosto. 'Eu diria que talvez tenha sido o nosso programa mais efetivo', avaliou Guedes. Até o momento, foram destinados R\$ 23,2 bilhões para pagamento do benefício.

Guedes também adiantou que as criações do Programa Renda Brasil, que trata-se de uma reformulação do atual Bolsa Família, e do Programa Verde e Amarelo, medida voltada ao mercado de trabalho, serão anunciadas na próxima terça-feira (25). O ministro não forneceu mais detalhes.

Congresso em Foco

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro: Resultado do Caged de julho 'é o Brasil voltando à normalidade'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, pelo Twitter, que o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na tarde desta sexta-feira, 21, pelo Ministério da Economia, representa "o Brasil voltando à normalidade". Depois de quatro meses no vermelho, houve a abertura líquida de 131.010 empregos com carteira assinada em julho.

"Em julho 2020 o CAGED apresentou um saldo positivo de 131.010 novos postos de trabalho. O grande destaque foi a indústria de transformação, em especial a fabricação de produtos alimentícios e a construção civil. É o Brasil voltando à normalidade", escreveu Bolsonaro na rede social.

Há pouco, o secretário especial de Previdência e Trabalho da Economia, Bruno Bianco, avaliou que o mercado de trabalho formal deve continuar apresentando resultados positivos nos próximos meses. "O Caged positivo de julho certamente é o primeiro de muitos", garantiu.

Bianco lembrou que a pasta não faz projeções de emprego e desemprego de longo prazo, mas disse esperar a continuidade da criação líquida de vagas. "Vem ocorrendo uma melhora sucessiva e significativa no Caged e tudo indica que ele continuará positivo e mais positivo ainda. Estamos vendo setores se aquecendo e se mantendo vivos, o que é importante para a retomada. Certamente a melhora só começou, vamos continuar surpreendendo", completou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo confirma prorrogação de corte de jornada e salário e diz que lançará Renda Brasil na terça



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Júlio Rocha

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou nesta sexta-feira (21) que o programa de suspensão de contratos de trabalho e corte de jornada e salário vai ser prorrogado por mais dois meses.

Para ele, esse foi o programa mais efetivo elaborado durante a pandemia em termos de gastos e que a extensão servirá para manter empregos enquanto a economia se recupera.

'[Foi possível] preservar 16 milhões de empregos gastando R\$ 20 bilhões e pouco. O programa tem tanto sucesso que vamos estender por mais dois meses justamente para continuar preservando esses empregos enquanto a economia faz essa volta em V', disse.

O programa que visa evitar demissões em massa durante a pandemia da Covid-19 foi criado em 1º de abril. Quando o programa foi criado, a ideia era que a suspensão de contrato fosse válida por até dois meses.

A ampliação do prazo do programa já foi feita uma vez anteriormente. Em julho, Bolsonaro publicou um decreto permitindo que os acordos tenham validade por até 120 dias.

Folhapress

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Programa que permite redução de jornada e salário será prorrogado por mais 2 meses, diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira (21) que o governo vai prorrogar, por dois meses, o programa que permite a empresas suspender contratos ou reduzir a jornada de trabalho e o salário de funcionários.

O programa foi anunciado em abril como medida para evitar um aumento ainda maior do desemprego diante da pandemia do novo coronavírus, que provocou restrições no funcionamento ou mesmo o fechamento de parte do comércio e da indústria.

A medida provisória inicial, que foi sancionada no início de julho e transformada em lei, previa a suspensão dos contratos de trabalho por até dois meses e a redução da jornada e de salários em até 70% por até três meses.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

EMPREGOS: Brasil cria 131 mil postos formais de trabalho em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Depois de vários meses extinguindo postos de trabalho por causa da pandemia do novo coronavírus, o país voltou a criar empregos formais em julho. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 131.010 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Essa foi a primeira vez desde fevereiro em que o emprego formal cresceu. No acumulado do ano, no entanto, o mercado de trabalho continua sentindo o impacto da pandemia. De janeiro a julho, foram fechadas 1.092.578 vagas, o pior resultado para os sete primeiros meses do ano desde o início da série histórica, em 2010.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pela indústria, com a abertura de 53.590 postos. O indicador inclui a indústria de transformação, de extração e de outros tipos.

Com 41.986 novos postos, a construção vem em segundo lugar, seguida pelo grupo comércio, reparação de serviços automotores e de motocicletas, com 28.383 novas vagas. Em quarto lugar, vem o grupo que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 23.027 postos.

O único setor a registrar fechamento de postos de trabalho foi o de serviços, com a extinção de 15.948 postos.

Destaques

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 53.068 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 888 vagas.

Os serviços tiveram desempenhos opostos conforme o ramo de atividade. O segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas criou 22.208 postos. O setor de saúde humana e serviços sociais abriu 13.649 vagas.

Em contrapartida, o setor de alojamento e alimentação continua a sentir os efeitos do isolamento social e fechou 24.949 vagas. O segmento de educação demitiu 19.010 trabalhadores a mais do que contratou.

Desde abril, as estatísticas do Caged não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Regiões

Todas as regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 34.157 postos a mais, seguido pelo Nordeste com 22.664 postos criados e pelo Sul com mais 20.128 postos. O Centro-Oeste abriu 14.084 postos de trabalho e o Norte criou 13.297 postos formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 24 unidades criaram e três extinguiram empregos com carteira assinada. As maiores variações positivas ocorreram em São Paulo, com a abertura de 22.967 postos; Minas Gerais, 15.843 postos, e Santa Catarina, 10.044 postos. Os três estados que fecharam postos de trabalho foram Rio de Janeiro, -6.658 postos; Sergipe, -808 postos, e Amapá, -142 postos.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Programa que permite redução de jornada e salário será prorrogado por mais 2 meses, diz Guedes



ECONOMIA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira (21) que o governo vai prorrogar, por dois meses, o programa que permite a empresas suspender contratos ou reduzir a jornada de trabalho e o salário de funcionários.

O programa foi anunciado em abril como medida para evitar um aumento ainda maior do desemprego diante da pandemia do novo coronavírus, que provocou restrições no funcionamento ou mesmo o fechamento de parte do comércio e da indústria.

A medida provisória inicial, que foi sancionada no início de julho e transformada em lei, previa a suspensão dos contratos de trabalho por até dois meses e a redução da jornada e de salários em até 70% por até três meses.

Powered by WPeMatico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

Governo confirma prorrogação de corte de jornada e salário e diz que lançará Renda Brasil na terça



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou nesta sexta-feira (21) que o programa de suspensão de contratos de trabalho e corte de jornada e salário vai ser prorrogado por mais dois meses.

Para ele, esse foi o programa mais efetivo elaborado durante a pandemia em termos de gastos e que a extensão servirá para manter empregos enquanto a economia se recupera.

'[Foi possível] preservar 16 milhões de empregos gastando R\$ 20 bilhões e pouco. O programa tem tanto sucesso que vamos estender por mais dois meses justamente para continuar preservando esses empregos enquanto a economia faz essa volta em V', disse.

O programa que visa evitar demissões em massa durante a pandemia da Covid-19 foi criado em 1º de abril. Quando o programa foi criado, a ideia era que a suspensão de contrato fosse válida por até dois meses.

A ampliação do prazo do programa já foi feita uma vez anteriormente. Em julho, Bolsonaro publicou um decreto permitindo que os acordos tenham validade por até 120 dias.

Folhapress

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil cria 131 mil postos formais de trabalho em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

Depois de vários meses extinguindo postos de trabalho por causa da pandemia do novo coronavírus, o país voltou a criar empregos formais em julho. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 131.010 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Essa foi a primeira vez desde fevereiro em que o emprego formal cresceu. No acumulado do ano, no entanto, o mercado de trabalho continua sentindo o impacto da pandemia. De janeiro a julho, foram fechadas 1.092.578 vagas, o pior resultado para os sete primeiros meses do ano desde o início da série histórica, em 2010.

Setores: Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pela indústria, com a abertura de 53.590 postos. O indicador inclui a indústria

de transformação, de extração e de outros tipos.

Com 41.986 novos postos, a construção vem em segundo lugar, seguida pelo grupo comércio, reparação de serviços automotores e de motocicletas, com 28.383 novas vagas. Em quarto lugar, vem o grupo que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 23.027 postos.

O único setor a registrar fechamento de postos de trabalho foi o de serviços, com a extinção de 15.948 postos.

Destaques: Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 53.068 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 888 vagas.

Os serviços tiveram desempenhos opostos conforme o ramo de atividade. O segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas criou 22.208 postos. O setor de saúde humana e serviços sociais abriu 13.649 vagas.

Em contrapartida, o setor de alojamento e alimentação continua a sentir os efeitos do isolamento social e fechou 24.949 vagas. O segmento de educação demitiu 19.010 trabalhadores a mais do que contratou.

Desde abril, as estatísticas do Caged não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Regiões: Todas as regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 34.157 postos a mais, seguido pelo Nordeste com 22.664 postos criados e pelo Sul com mais 20.128 postos. O Centro-Oeste abriu 14.084 postos de trabalho e o Norte criou 13.297 postos formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 24 unidades criaram e três extinguiram empregos com carteira assinada. As maiores variações positivas ocorreram em São Paulo, com a abertura de 22.967 postos; Minas Gerais, 15.843 postos, e Santa Catarina, 10.044 postos. Os três estados que fecharam postos de trabalho foram Rio de Janeiro, -6.658 postos; Sergipe, -808 postos, e Amapá, -142 postos. Agência Brasil/Foto:Marcello Casal Jr

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Negócios & Finanças



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Antônio Felipe

Respeito ao teto

laf@tribunadonorte.com.br

O governo federal garante que quase a metade das obras para a segurança hídrica no País está em andamento. O plano elaborado estima a necessidade de aportar R\$ 27,5 bilhões em projetos e obras de 99 empreendimentos até 2035. Já foram investidos R\$ 2,76 bilhões para ampliar a oferta de água. A mais importante delas é a transposição do Rio São Francisco. Mais dinheiro para destravar obras? Do ponto de vista de execução no RN, por exemplo, os recursos de 2020 já estão assegurados para a Barragem de Oiticica; enrocamento de Ponta Negra; habitação; duplicação da Reta Tabajara; ampliação do trem urbano VLT e Viaduto do Gancho. Falta ainda o canal da chegada da transposição do São Francisco. Se grande parte terminar em 2021 tá de bom tamanho.

Pacificação

A equipe do governo Bolsonaro precisa passar tranquilidade ao mercado. As brigas internas poderão desencadear uma onda de desconfiança no futuro da economia do País. Já temos o problema da preservação do meio ambiente para resolver, com alguns mercados tentando boicotar os produtos do Brasil.

Política

A manutenção do veto pela Câmara dos Deputados, ao reajuste de salários do servidor público, até dezembro de 2021, é um indicativo de maiores facilidades para a aprovação de outras matérias de interesse do País. Na fila estão as reformas tributária, administrativa e fiscal. O governo anuncia também a manutenção da redução de jornada e salário por mais dois meses.

Expectativa

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que os consumidores esperam inflação de 4,3% em 12 meses a partir de agosto. O resultado marca o novo piso histórico do levantamento. Em relação a agosto de 2019, houve redução de 0,8 ponto porcentual. O controle dos preços administrados é crucial para dominar a inflação.

Cotações

O dólar sobe a R\$ 5,608 (+1,00%) e renova a máxima em três meses. O preço do barril de petróleo (spot), teve queda para U\$ 42,23 (-0,51%), enquanto a Bolsa fecha em leve alta de 0,05% a 101.521 pontos. O Ibovespa recuou no início do dia segundo especialista pressionado por cautela internacional.

Geração de empregos

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que o Brasil gerou 131.010 novas vagas formais de trabalho em julho, interrompendo quatro meses de queda (desemprego). O resultado também ficou acima da abertura de 43.820

postos em julho do ano passado. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, foram fechadas 1.092.578 vagas, na série com ajustes, ante criação de 461.411 em igual período de 2019.

Contrato

Para acelerar a retomada dos empregos, o governo quer um contrato por hora para até 50% dos empregados de empresas, como acontece em outros países. Em vez de salário mensal, a modalidade deve ser a base da carteira verde e amarela, com a garantia de todos os direitos, como INSS e FGTS.

Leilão

O Detran/RN fará um leilão de veículos exclusivamente online de veículos apreendidos e abandonados, tipo maior lance. Os veículos, que ocupam pátios das delegacias de Mossoró e na Deprov serão leiloados dia 28 próximo, com início às 09:30 horas, através do site www.lancecertoleiloes.com.br. Maiores informações ou pelo (84) 99865-2897; (84) 3223-4146; (84) 99171-6264.

Ventos

Os ventos fortes no litoral estão dando uma grande contribuição para a geração de energia eólica no Rio Grande do Norte. A previsão de chuvas para o Agreste e Leste, até o mês agosto feita ainda em junho, continua valendo. De qualquer forma, as colheitas da cana de açúcar e de frutas já começaram e não sofrerão solução de continuidade, até o fim da safra no começo de 2021.

Crédito

O crédito para empreendedores potiguares de 11 cidades somando quase R\$ 1 milhão em quatro dias. O programa Microcrédito do Empreendedor, da Agência de Fomento, concedeu apoio a 255 negócios na região Oeste do estado. Dinheiro para capital de giro, compra de mercadorias, equipamentos e até ampliação do seu empreendimento.

Nordeste

O Ministério da Agricultura e Pecuária e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) vão oferecer extensão rural digital para agricultores familiares do Nordeste. O Brasil será primeiro país da América Latina a implantar o programa desenvolvido pelo ganhador do Prêmio Nobel de Economia 2019, Michael Kremer. O PAD já alcançou 3,6 milhões de agricultores em oito países da África e da Ásia.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN abre 1.161 vagas com carteira assinada em julho, no segundo mês seguido de saldo positivo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Rio Grande do Norte teve o segundo mês seguido com saldo positivo no quantitativo de empregos formais em 2020. Depois de seguidos números negativos, de janeiro a maio, o Estado registrou, em junho e julho, a geração de mais de 2.700 postos de trabalho com carteira assinada. Somente, no mês passado, foram 9.701 admissões contra 8.540 demissões, o que resulta em um saldo de 1.161 vagas abertas.

O resultado de julho, no Estado, foi o melhor para o mês desde 2013, quando foram geradas 1.263 vagas formais. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (21) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Entre os estados do Nordeste, o RN não chegou a ser destaque, ficando entre os quatro com menor geração de empregos. Somente Sergipe teve saldo negativo (-804). O estado com melhor resultado foi o Ceará (5.727), seguido do Maranhão (4.919), Pernambuco (4.624) e Bahia (3.182). Em Alagoas, o saldo foi de

1.571 vagas; na Paraíba (1.211) e no Piauí (1.073). Em julho, houve aumento de 1,33% nas contratações e de 6,44% nas demissões ante junho, mês em que o RN tinha sido o terceiro maior saldo do Norte-Nordeste.

O País, depois de vários meses extinguindo postos de trabalho por causa da pandemia do novo coronavírus, voltou a criar empregos formais em julho. Segundo dados do Caged, 131.010 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Essa foi a primeira vez desde fevereiro em que o emprego formal cresceu. No acumulado do ano, no entanto, o mercado de trabalho continua sentindo o impacto da pandemia. De janeiro a julho, foram fechadas 1.092.578 vagas, o pior resultado para os sete primeiros meses do ano desde o início da série histórica, em 2010. No Estado, o saldo dos seis meses continua negativo, com 15.057 postos de trabalho formal fechados. No período, foram 67.182 contratações e 82.239 desligamentos.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pela indústria, com a abertura de 53.590 postos. O indicador inclui a indústria de transformação, de extração e de outros tipos.

Com 41.986 novos postos, a construção vem em segundo lugar, seguida pelo grupo comércio, reparação de serviços automotores e de motocicletas, com 28.383 novas vagas. Em quarto lugar, vem o grupo que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 23.027 postos. O único setor a registrar fechamento de vagas foi o de serviços, com a extinção de 15.948 postos.

No Rio Grande do Norte, o setor de Serviços foi na contramão do País e puxou o maior número de contratações (2.992), seguido do comércio (2.079), Construção (2.015); Agropecuária (1.522) e depois Indústria (1.093).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nacionalmente, na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 53.068 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 888 vagas.

Os serviços tiveram desempenhos opostos conforme o ramo de atividade. O segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas criou 22.208 postos. O setor de saúde humana e serviços sociais abriu 13.649 vagas.

Em contrapartida, o setor de alojamento e alimentação continua a sentir os efeitos do isolamento social e fechou 24.949 vagas. O segmento de educação demitiu 19.010 trabalhadores a mais do que contratou. As estatísticas não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio.

Regiões

Todas as regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 34.157 postos a mais, seguido pelo Nordeste (+22.664) e pelo Sul (+ 20.128). O Centro-Oeste abriu 14.084 e o Norte criou 13.297. Na divisão por estados, as 24 unidades da Federação criaram e três extinguiram empregos. As maiores variações positivas foram em São Paulo (+22.967); Minas Gerais (+15.843) e Santa Catarina (+10.044). Os três estados que fecharam postos de trabalho foram Rio de Janeiro (- 6.658); Sergipe (-808 postos) e Amapá (-142).

Panorama do trabalho formal

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (julho/2020)

Créditos: Divulgação

RN abre 1.161 vagas com carteira assinada em julho, no segundo mês seguido de saldo positivo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Rio Grande do Norte teve o segundo mês seguido com saldo positivo no quantitativo de empregos formais em 2020. Depois de seguidos números negativos, de janeiro a maio, o Estado registrou, em junho e julho, a geração de mais de 2.700 postos de trabalho com carteira assinada. Somente, no mês passado, foram 9.701 admissões contra 8.540 demissões, o que resulta em um saldo de 1.161 vagas abertas.

O resultado de julho, no Estado, foi o melhor para o mês desde 2013, quando foram geradas 1.263 vagas formais. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (21) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Entre os estados do Nordeste, o RN não chegou a ser destaque, ficando entre os quatro com menor geração de empregos. Somente Sergipe teve saldo negativo (-804). O estado com melhor resultado foi o Ceará (5.727), seguido do Maranhão (4.919), Pernambuco (4.624) e Bahia (3.182). Em Alagoas, o saldo foi de

1.571 vagas; na Paraíba (1.211) e no Piauí (1.073). Em julho, houve aumento de 1,33% nas contratações e de 6,44% nas demissões ante junho, mês em que o RN tinha sido o terceiro maior saldo do Norte-Nordeste.

O País, depois de vários meses extinguindo postos de trabalho por causa da pandemia do novo coronavírus, voltou a criar empregos formais em julho. Segundo dados do Caged, 131.010 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Essa foi a primeira vez desde fevereiro em que o emprego formal cresceu. No acumulado do ano, no entanto, o mercado de trabalho continua sentindo o impacto da pandemia. De janeiro a julho, foram fechadas 1.092.578 vagas, o pior resultado para os sete primeiros meses do ano desde o início da série histórica, em 2010. No Estado, o saldo dos seis meses continua negativo, com 15.057 postos de trabalho formal fechados. No período, foram 67.182 contratações e 82.239 desligamentos.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pela indústria, com a abertura de 53.590 postos. O indicador inclui a indústria de transformação, de extração e de outros tipos.

Com 41.986 novos postos, a construção vem em segundo lugar, seguida pelo grupo comércio, reparação de serviços automotores e de motocicletas, com 28.383 novas vagas. Em quarto lugar, vem o grupo que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 23.027 postos. O único setor a registrar fechamento de vagas foi o de serviços, com a extinção de 15.948 postos.

No Rio Grande do Norte, o setor de Serviços foi na contramão do País e puxou o maior número de contratações (2.992), seguido do comércio (2.079), Construção (2.015); Agropecuária (1.522) e depois Indústria (1.093).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nacionalmente, na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 53.068 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 888 vagas.

Os serviços tiveram desempenhos opostos conforme o ramo de atividade. O segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas criou 22.208 postos. O setor de saúde humana e serviços sociais abriu 13.649 vagas.

Em contrapartida, o setor de alojamento e alimentação continua a sentir os efeitos do isolamento social e fechou 24.949 vagas. O segmento de educação demitiu 19.010 trabalhadores a mais do que contratou. As estatísticas não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio.

Regiões

Todas as regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 34.157 postos a mais, seguido pelo Nordeste (+22.664) e pelo Sul (+ 20.128). O Centro-Oeste abriu 14.084 e o Norte criou 13.297. Na divisão por estados, as 24 unidades da Federação criaram e três extinguiram empregos. As maiores variações positivas foram em São Paulo (+22.967); Minas Gerais (+15.843) e Santa Catarina (+10.044). Os três estados que fecharam postos de trabalho foram Rio de Janeiro (-6.658); Sergipe (-808 postos) e Amapá (-142).

Panorama do trabalho formal

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (julho/2020)

Créditos: Divulgação

'É o Brasil voltando à normalidade', diz Bolsonaro sobre o resultado do Caged em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, pelo Twitter, que o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na tarde desta sexta-feira (21) pelo Ministério da Economia, representa "o Brasil voltando à normalidade". Depois de quatro meses no vermelho, houve a abertura líquida de 131.010 empregos com carteira assinada em julho.

"Em julho 2020 o CAGED apresentou um saldo positivo de 131.010 novos postos de trabalho. O grande destaque foi a indústria de transformação, em especial a fabricação de produtos alimentícios e a construção civil. É o Brasil voltando à normalidade", escreveu Bolsonaro na rede social.

Há pouco, o secretário especial de Previdência e Trabalho da Economia, Bruno Bianco, avaliou que o mercado de trabalho formal deve continuar apresentando resultados positivos nos próximos meses. "O Caged positivo de julho certamente é o primeiro de muitos", garantiu.

Bianco lembrou que a pasta não faz projeções de emprego e desemprego de longo prazo, mas disse esperar a continuidade da criação líquida de vagas. "Vem ocorrendo uma melhora sucessiva e significativa no Caged e tudo indica que ele continuará positivo, e mais positivo ainda. Estamos vendo setores se aquecendo e se mantendo vivos, o que é importante para a retomada. Certamente a melhora só começou, vamos continuar surpreendendo", completou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes prepara pacote de renda, obras e 'desengessamento' do

Orçamento



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: REDAÇÃO

Num gesto político após as turbulências provocadas pelas incertezas com o futuro das contas públicas, o governo prepara para a próxima semana um pacote de medidas em diversas frentes para tentar sustentar a recuperação econômica e fazer a ponte de transição com o fim dos auxílios emergenciais concedidos durante a fase mais aguda da pandemia da covid-19.

O pacote 'big bang', como é chamado internamente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em referência à teoria de criação do Universo, vai antecipar o programa Renda Brasil para este ano e combinar medidas de corte de despesas, obras públicas, estímulo ao emprego, atração dos investimentos privados e privatizações. O pacote é visto como uma espécie de 'lego' que vai se encaixando ao 'ritmo político' do Congresso nos próximos meses.

O programa Pró-Brasil, depois da polêmica por causa do gigantismo do montante de recursos para investimentos públicos (inicialmente estavam previstos R\$ 150 bilhões), foi amplamente reformulado. A ideia

agora é focar em marcos regulatórios que já estão no Congresso - gás natural, lei da falência e navegação na costa brasileira - para ampliar a participação da iniciativa privada e liberar R\$ 4 bilhões do Orçamento neste ano para obras.

Para garantir a manutenção do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, o pacote vai propor uma série de medidas que podem abrir espaço entre R\$ 20 bilhões e R\$ 70 bilhões. Será enviada uma lista de programas considerados ineficientes que poderão ser cortados e sugestões para que os congressistas retirem 'carimbos' do Orçamento e removam a necessidade atual de conceder reajustes automaticamente.

As medidas serão inseridas numa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do pacto federativo no Senado conjuntamente com o Orçamento da União, os dois textos tendo como relator o senador Marcio Bittar (MDB-AC).

Com a projeção de inflação deste ano em torno de 1,67%, a equipe econômica avalia que essa é uma oportunidade histórica e urgente para enfrentar os três 'Ds' (desindexação, desvinculação e desobrigação) que existem hoje no Orçamento diante da encruzilhada fiscal.

Na prática, por exemplo, essa desindexação poderá valer para as despesas vinculadas ao salário mínimo (atrelado à variação da inflação do ano anterior). Hoje, cerca de 70% do Orçamento tem algum tipo de indexação. O argumento que está sendo usado é de que não se trata de deixar de ter a obrigação de corrigir, mas ter a flexibilidade de desobrigar essa correção após a decisão política. No primeiro ano, a desindexação poderia abrir um espaço de R\$ 16 bilhões no rol de despesas do Orçamento.

Veja mais sobre o "big bang"

Proposta retira os 'carimbos' e remove a necessidade

de conceder automaticamente reajustes, entre outros pontos. Economia vai de R\$ 20 bilhões a R\$ 70 bilhões

Substituto do Bolsa Família, o Renda Brasil deve ser criado com a extinção de programas considerados ineficientes (abono salarial e seguro-defeso, por exemplo). Benefício deve ficar entre R\$ 250 e R\$ 300

Mais enxuto, o Pró-Brasil deve focar em marcos regulatórios que já estão no Congresso (novo mercado de gás, nova lei de falências e o projeto de navegação na costa brasileira). Do Orçamento público, devem ser direcionados R\$ 4 bilhões este ano

Frente mais indefinida (e que deve seguir depois), a ideia do governo é reduzir os encargos que as empresas pagam sobre os salários, além de redução do IPI sobre eletrodomésticos e ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (para R\$ 3 mil). Para bancar as medidas, a ideia é criar um novo imposto sobre todas transações.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Socorro aos pobres



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Socorro aos pobres

O auxílio emergencial chegou a 30,2 milhões de domicílios em julho, diz o IBGE, ou cerca de 90 milhões de brasileiros (famílias com 3 pessoas). O auxílio na pandemia foi o equivalente a 44,1% do total de domicílios do País. Em junho, 43,0% dos lares estavam contemplados. No Nordeste, a renda ficou em R\$ 899, enquanto no Norte o rendimento foi de R\$ 903. A renda média domiciliar per capita dos domicílios onde nenhum dos moradores recebia auxílio do governo concedido em função da pandemia era de R\$ 1.760, mais de duas vezes superior ao rendimento médio de R\$ 797 das famílias contempladas pelo auxílio.

Manutenção

A retomada a economia é desigual e, ao mesmo tempo dependente do auxílio do governo. Para alguns especialistas, 'a manutenção do ritmo de recuperação vai depender da decisão sobre a prorrogação do benefício e de uma recuperação do mercado de trabalho.

Prorrogação

O governo vai prorrogar o auxílio emergencial até dezembro, para impulsionar o consumo. A proposta está definida e anunciada pelo presidente Bolsonaro no RN, sexta-feira. Entrou em estudo diante da pandemia do novo coronavírus que não está cedendo como o esperado. Mas, as parcelas serão menores que os R\$ 600. O auxílio emergencial e a abertura de crédito para pequenos negócios elevaram a popularidade de Bolsonaro, principalmente no Nordeste.

Dispositivo

O governo quer mudar o método de cálculo da meta fiscal para 2021, temendo mais gastos com a pandemia. Quer incluir na lei orçamentária um dispositivo para mudar o método de apuração da meta. Substituir a previsão de um resultado objetivo, como ocorre hoje, pela autorização da União em ajustar o valor em função de receitas e despesas realizadas ao longo do ano.

Benefícios

Os analistas reconhecem que é muito ampla a base de benefícios no Brasil. Um levantamento mostra que seis entre dez trabalhadores dizem ter FGTS emergencial e, entre aqueles que disseram ter direito ao benefício, 67% afirmam que utilizam o dinheiro para pagar contas ou fazer compras.

Pobreza no campo

Uma pesquisa da USP revela que o Auxílio Emergencial aumenta a renda e reduz pobreza na área rural do país. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, em maio, 64% da população rural do País teve acesso ao benefício governamental e, em junho, a cobertura aumentou, chegando a 68% dos moradores de domicílios rurais. Segundo essas análises, o tamanho do estímulo fiscal brasileiro em resposta à pandemia é destaque quando comparado ao de outros países. Trata-se de proporção superior à vista em

países emergentes, como Índia (9,7%), África do Sul (8%), Rússia (3,4%) e China (4,1%). Também é muito acima da média dos países da América Latina, de 3,3%. Supera, ainda, alguns países desenvolvidos. O Brasil fica à frente dos europeus Itália (10,8%) e França (10,4%).

Imposto

A dedução com educação no Imposto de Renda favorece os mais ricos, mostra um estudo do Ministério da Economia. A dedução da saúde privada também traz mais benefícios aos mais ricos e à classe média que não precisam do SUS, a não ser em emergências. Algumas mudanças vão ocorrer para 2021.

1 - A ausência de novos lançamentos e o baixo nível de estoque de empreendimentos imobiliários, somados a ausência de grandes obras de infraestrutura continuam sendo a preocupação do setor da construção. A indústria do cimento é responsável por mais de 70 mil empregos e gera uma renda de R\$26,4 bilhões e arrecada R\$3 bilhões/ano, em tributos.

2 - O climatologista Luiz Carlos Molion diz que entre outubro a novembro, a climatologia não indica grandes problemas para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. As frentes tendem a ficar estacionárias na região de Mato Grosso do Sul e São Paulo. As condições, segundo ele, deve acontecer em decorrência de um sistema denominado como "Aquecimento Solar".

3 - Ele destaca ainda que o monitoramento indica que o Pacífico deve ficar neutro, sem atuação efetiva do La Niña, ao perceber que está havendo uma troca. Às vezes a região fica com a água um pouco mais quente e logo depois as águas ficam mais frias. A meteorologia internacional indica chances de 55% de La Niña fraco de setembro a dezembro.

Energia

A empresa Echoenergia atinge 1 gigawatt (GW) e procura novos projetos. A geradora eólica concluiu, com meses de antecedência, o projeto Serra do Mel I no RN

e busca mais oportunidades. O projeto exigiu R\$ 1,5 bilhão em investimentos, para atingir a marca de emblemática de potência instalada, se tornando a 2ª maior geradora eólica do país, considerando ativos em operação.

Instalação

Já a Central Eólica Acauã II recebeu do Idema a Licença de instalação do empreendimento Parque Eólico Baixa do Sítio, com sete aerogeradores com potência nominal de 4,20 MW (29,40 MW) de potência a ser instalada em uma área de 55,26 ha, Zona Rural dos municípios de Santana do Matos, Tenente Laurentino Cruz e São Vicente.

Oportunidade

O BTG Pactual tem inscrições abertas para dois programas de estágio. As iniciativas oferecem a estudantes a experiência de trabalhar no maior banco de investimentos da América Latina. As inscrições podem ser feitas até 28 próximo, para início em janeiro de 2021. As etapas do processo seletivo serão conduzidas online. Para mais informações, acesse <http://www.btgpactual.com>

Franquia

A Água de Cheiro anuncia a retomada do seu plano de expansão, com mais 80 operações. A marca encerrou 2019 posicionando-se entre as três maiores redes de perfumaria e beleza do país. Os valores de investimento para uma franquia variam entre R\$ 84 mil a R\$ 197 mil. Está otimista em meio ao cenário delicado do Covid-19, após a compra da marca pelo Grupo Narsana.

Lançamentos

O Boticário destaca o orgulho das próprias conquistas em campanha de lançamento de Liz, nova marca de perfumaria. O comercial criado pela AlmapBBDO fala da riqueza das histórias e experiências pessoais de cada mulher para apresentar novo produto com fórmula secreta. Já a Natura é a primeira empresa a usar

tecnologia de cheiro digital. O primeiro produto com a tecnologia será um demonstrador digital de fragrâncias controlado por meio de um aplicativo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

País deve revisar o teto de gastos?



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Bruno Lupion

Agência DW Brasil

Após 24 anos de trajetória de alta nas despesas públicas em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil decidiu em 2016 reverter esse cenário de forma drástica: colocou na Constituição que os gastos da União seriam congelados por uma década, descontada a inflação. Agora, com o acirramento das disputas pelo orçamento e pressões políticas para aumentar despesas, o país discute modificar a regra.

Créditos: Marcello Casal Jr./Agência Brasil A partir de 2018, projeções começaram a apontar que seria impossível cumprir o teto até 2026, mesmo com aprovação de reformas

Um dos objetivos do teto de gastos, aprovado no início do governo do ex-presidente Michel Temer, era forçar a União a gastar menos e obrigar o Congresso e a sociedade a discutirem quais despesas são prioritárias e quais devem ser cortadas. Para se viabilizar, porém, ele dependeria de uma reforma da Previdência, aprovada

em 2019, e de outras reformas, como a administrativa, para reduzir o custo do serviço público.

Nem tudo saiu como planejado. A reforma administrativa, prometida pelo governo Jair Bolsonaro, ainda não chegou ao Congresso. E a disputa mais clara pelo orçamento se mostrou enviesada. Categorias organizadas têm alto poder de influência sobre deputados e senadores para proteger seus benefícios, enquanto estratos desorganizados e carentes, como os mais pobres e trabalhadores informais, têm dificuldade de se fazer representar em Brasília.

A partir de 2018, projeções começaram a apontar que seria impossível o país cumprir o teto até 2026. Mesmo com a reforma, despesas com a Previdência seguem crescendo acima da inflação, e há obstáculos jurídicos e políticos para reduzir as despesas com o funcionalismo público. Como o tamanho do bolo permanece o mesmo, a fatia que sobra, composta por investimentos e o custeio de serviços públicos, fica cada vez menor, até o ponto de inviabilizar o próprio funcionamento do governo.

Em 2020, o teto de gastos foi suspenso pelo estado de calamidade devido à pandemia do novo coronavírus, mas voltará a vigorar no próximo ano. A Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, aponta que já em 2021 há risco de o teto impedir que o governo execute seus serviços essenciais. Outra estimativa, feita por um grupo de economistas que defende o teto de gastos, prevê que isso ocorra até 2023.

A dúvida sobre a aplicação do teto chegou ao governo Bolsonaro, que cogitou fazer manobras orçamentárias para driblar o mecanismo, como usar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para pagar o programa que deve substituir a renda básica emergencial ou aproveitar créditos extraordinários abertos para combater a pandemia em obras de infraestrutura. Iniciativas classificadas pela IFI como 'contabilidade criativa', prática que afetou a

gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff e acabou servindo de motivo para seu impeachment.

No último dia 13 de agosto, Bolsonaro, que busca a reeleição e viu sua popularidade crescer com a renda básica emergencial, disse: 'A ideia de furar o teto existe, o pessoal debate, qual o problema?' O debate sobre o teto ganhou projeção neste mês pois até o final de agosto o governo deve enviar ao Congresso sua proposta orçamentária para 2021.

A avaliação do mecanismo divide opiniões

Economistas que defendem o teto de gastos dizem que ele é importante para obrigar o governo a limitar suas despesas nos próximos anos e controlar a trajetória da dívida pública, que está em alta. Dessa forma, quem empresta dinheiro ao país teria mais segurança de que o país será capaz de pagar a dívida, o que contribui para reduzir os juros e o gasto financeiro do governo.

Um grupo de mais de 90 economistas, como Ana Carla Abrão Costa, Otaviano Canuto e Elena Landau, publicou no domingo passado, dia 16 de agosto, um manifesto em defesa do teto. O texto critica propostas de flexibilizar o mecanismo e afirma que o importante, neste momento, seria o governo ter mais instrumentos para reduzir seus gastos, como proibir reajustes a servidores e reduzir em até 25% a jornada e o salário dos funcionários públicos, o que depende da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas e mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP), afirma que, à época de sua criação, o teto 'foi muito bem feito' e 'comprou o tempo necessário para se encaminhar reformas', mas acabou prejudicado pela não aprovação de reformas. 'Ele tinha uma flexibilidade no curto prazo e começaria a apertar em 2020 e 2021. Acontece que a reforma da Previdência atrasou muito, e as outras reformas não foram feitas. No curto prazo, esse estresse é bom porque força a discussão sobre ajuste de despesas obrigatórias. Mas é difícil pensar que ele vá durar até 2026. Vai ficar muito apertado daqui um ou dois anos', diz.

De outro lado, há economistas que afirmam que a regra foi mal desenhada desde o início, ao não estabelecer etapas claras para alcançar o seu objetivo, ser inexequível no longo prazo e na prática acabar com a capacidade de o governo fazer investimentos que poderiam ajudar a estimular a economia durante crises.

'O objetivo do governo era reverter o aumento dos gastos como proporção do PIB. Mas o teto de gastos parou no objetivo. Para cumpri-lo, o governo teria que ter um plano, metas intermediárias com estratégia para atingi-las e táticas de curto prazo para lidar com desvios. Não vimos nada disso, e agora estamos jogando no colo do Congresso e da sociedade decidir como a despesa pública irá caber nesse teto. Mas isso gera mudanças contraproducentes no gasto público, quem tem força no Congresso são as corporações, e quem sofre são os interesses difusos', diz Bráulio Borges, pesquisador do IBRE-FGV e economista da consultoria LCA.

Gatilhos são saídas para reduzir as despesas

Neste momento, uma saída apontada pelos defensores do teto para torná-lo viável seria aplicar gatilhos que autorizem o governo a tomar medidas mais drásticas para reduzir seus gastos.

A própria emenda constitucional que criou o teto de gastos estabeleceu alguns gatilhos, como proibir o governo de dar reajustes salariais a servidores, ampliar o quadro de funcionários públicos ou conceder aumento real do salário mínimo. Porém, por erro de redação, há dúvida sobre se esses gatilhos poderiam ser acionados.

O texto estabelece que eles só poderão ser aplicados se a despesa da União ultrapassar o limite do teto, o que nunca ocorrerá na prática, porque o Orçamento não poderia ser formulado desrespeitando a regra do teto. Há, na PEC Emergencial, uma alteração para autorizar o governo a acionar os gatilhos antes de a despesa atingir o limite.

Na quarta-feira, 19, a IFI divulgou um documento no

qual estima que esses gatilhos, se acionados, poderiam gerar uma economia de 0,5% do PIB em dois anos, ou cerca de 40 bilhões de reais. O órgão sugere que o governo poderia, em vez de aprovar uma PEC, pedir aval do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal para aplicar os gatilhos já a partir do próximo ano.

'O ideal seria que houvesse uma alteração do texto do teto, para deixar claras as condições que viabilizem o acionamento do gatilho. Mas outra possibilidade seria que houvesse um consenso de interpretação sobre o que a regra do teto quer dizer", diz Josué Pellegrini, diretor da IFI.

A PEC Emergencial também cria outros gatilhos, que seriam válidos por dois anos após sua aprovação. Entre eles, autorizar o governo a cortar em até 25% a jornada e os salários dos servidores e fazer uma redução progressiva de subsídios, que poderiam gerar uma economia de 15 bilhões de reais no período.

Borges, do IBRE-FGV, é cético sobre o uso desses mecanismos. 'Algumas pessoas dizem que, se acionar os gatilhos, o teto se sustentaria até 2021 ou 2022. Mas o teto tem que ser cumprido até 2026. Não adianta ficar defendendo acionar um gatilho aqui e acolá, não é assim que se cumpre um objetivo ousado para um período de dez anos e não será com esse tipo de estratégia que você conseguirá sustentar o teto", diz.

IFI diz que flexibilização ampliaria gastos

No documento divulgado na quarta-feira, a IFI afirma que 'não se deve interditar a discussão sobre o teto de gastos" com o objetivo de aprimorar as regras fiscais do país. Mas alerta que promover uma flexibilização para aumentar as despesas, 'por um governo incapaz de transmitir uma agenda coerente e sustentável para a política fiscal", seria um erro.

'É preciso tomar muito cuidado agora que o teto realmente se transformou em um limitador. Não quer dizer que seja 'imexível', mas alterar o teto sem ter nada no lugar, nessa situação de fragilidade fiscal, não é

adequado", diz Pellegrini.

Tinoco, que defendeu a criação do teto em 2016, hoje é favorável à sua flexibilização a partir de 2023. Junto com o economista Fabio Giambiagi, ele sugere permitir um pequeno aumento real do limite de gastos e criar um subteto para os investimentos, que garantiria um piso para o governo investir, por exemplo, em obras públicas.

'Até 2026, o teto é totalmente inviável. Sabendo que uma hora vai ter que ser mexido, vamos mexer. Mas não é bom flexibilizar o teto agora, justamente na hora de enviar o orçamento porque o presidente do momento quer gastar mais", diz.

Borges também é favorável a alterações na regra do teto e defende que a discussão seja feita agora, mas com mudanças que valeriam somente a partir do início do próximo governo. 'Mudar essa regra em período eleitoral é má ideia, e há no contexto atual pressão enorme para que o governo perenize boa parte do ajuste emergencial. A prudência recomenda que a mudança valha a partir de 2023, assim não estaremos mudando a regra no meio do jogo", diz ele, que elogiou a proposta de Tinoco e Gambiagi.

Ele defende que o país discuta também suas outras regras fiscais e a ampliação da tributação para ajudar a pagar a dívida contraída durante a pandemia, por meio, por exemplo, de uma taxa sobre o uso de carbono, que estimule uma economia mais ambientalmente sustentável. 'O pior dos mundos seria tirar o teto e não colocar nada no lugar. E sabemos que ajustes fiscais bem-sucedidos são aqueles que envolvem tanto o corte de despesas como o aumento de receita", diz.

Outra proposta de substituição do teto foi apresentada pela economista Laura Carvalho, em coluna publicada no jornal Nexo em 6 de agosto. Ela sugere que o país estabeleça uma meta para o tamanho da sua dívida em relação ao PIB, para um prazo de quatro ou cinco anos, ao lado de um limite para o crescimento real de gastos de 2% a 3% ao ano no mesmo período. Nesse esquema, o orçamento de cada ano deveria ser

elaborado de forma a alcançar essas duas variáveis.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O programa de suspensão de contratos de trabalho e de redução de jornada e de salário será prorrogado por dois meses, anunciou sexta (21) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a iniciativa foi a medida mais eficaz adotada pelo governo para preservar empregos durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19).

'[Conseguimos] preservar 16 milhões de empregos gastando pouco mais de R\$ 20 bilhões. O programa tem tanto sucesso que vamos estender por mais dois meses justamente para continuar preservando esses empregos enquanto a economia faz essa volta em V', declarou o ministro em entrevista coletiva para divulgar as estatísticas de empregos formais em julho.

Guedes também informou que o governo anunciará novas medidas na terça-feira (25), como o relançamento do programa de carteira de trabalho Verde Amarela, lançada no ano passado por meio de uma medida provisória que perdeu a validade, e do programa Renda Brasil, que pretende expandir o Bolsa Família.

Os programas integram um pacote de medidas que serão anunciadas pelo governo no início da próxima semana. Além de medidas para o mercado de trabalho, será lançado um programa habitacional, anunciado mais cedo pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Acordos

Inicialmente, o programa de suspensão de contratos duraria dois meses, e a suspensão de jornada valeria por até três meses. Em julho, o presidente Jair Bolsonaro publicou um decreto ampliando a validade dos acordos para 120 dias, período máximo atualmente em vigor. Caso saia a nova prorrogação, os acordos passarão a ser válidos por até 180 dias.

Pago aos trabalhadores que aderem aos acordos, o Benefício Emergencial (BEm) equivale a uma porcentagem do seguro-desemprego a que o empregado teria direito se fosse demitido. Como o dinheiro vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Ministério da Economia informou que a prorrogação não terá impacto no orçamento do programa, estimado em R\$ 51,3 bilhões.

Desde o início do programa, em abril, 16,3 milhões de trabalhadores fecharam acordo de suspensão de contratos de trabalho ou de redução de jornada e de salário em troca de complementação de renda e de manutenção do emprego. As estatísticas são atualizadas diariamente pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia num painel virtual.

Agência Brasil

O post Guedes confirma prorrogação de jornada reduzida por mais dois meses apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo quer reforma tributária mais enxuta e avalia tirar apoio de propostas do Congresso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

Depois de apoiar a acoplagem de sua proposta de reforma tributária aos textos que já tramitam no Congresso, o governo agora quer mudar de estratégia. A ideia é avançar com um pacote mais modesto.

A equipe econômica avalia abandonar as PECs (Propostas de Emenda Constitucional) 45 e 110, textos amplos debatidos há meses na Câmara e no Senado. As propostas têm o apoio de líderes partidários.

Nas palavras de um auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia), o governo vai buscar uma 'reforma realista'. A avaliação é que divergências entre prefeitos e governadores devem travar a aprovação de uma mudança abrangente.

Um eventual recuo do governo pode aumentar os atritos na relação com o Congresso. Deputados e senadores formaram uma comissão mista para discutir a reforma e estão em negociações com a equipe de Guedes.

Técnicos da Economia dizem acreditar que, diante da crise financeira nos governos regionais, a tendência é que haja pressão por aumento de impostos para ampliar os repasses federais.

Com isso, a ideia é não fazer alterações radicais em tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS).

Diante desse diagnóstico, a equipe de Guedes passou a estudar a acoplagem de seu projeto próprio, que unifica PIS e Cofins, a uma proposta mais enxuta, do grupo Simplifica Já, que reúne especialistas de entidades representativas dos setores público e privado.

Entre os membros estão a Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços), a Abat (Associação Brasileira de Advocacia Tributária) e a Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais).

Em relação aos tributos federais, o texto prevê a unificação de PIS e Cofins, assim como defende o governo. Na fatia dos impostos regionais, as mudanças são menos drásticas do que as avaliadas no Congresso.

Não há fusão ou extinção de ICMS e ISS, mas é feita uma simplificação. A medida propõe criar regras nacionais para os dois impostos.

Com essa medida, eliminam-se as centenas de legislações estaduais e municipais existentes hoje. Essa alternativa também reduz as possibilidades de alíquotas, o que tem impacto em guerras fiscais.

O texto unifica o sistema de notas fiscais de estados e municípios. O objetivo é facilitar a arrecadação e a distribuição dos recursos.

O projeto estabelece uma desoneração parcial da folha de salários de companhias que empregarem mais trabalhadores e tiverem maior massa salarial.

O governo ainda avalia esse ponto porque é contra benefícios pontuais. Guedes defende uma desoneração linear a todas as empresas, como forma de estimular a criação de empregos.

Com a estratégia estudada, portanto, seriam fundidos apenas PIS e Cofins, com simplificação dos impostos regionais. As propostas da Câmara e do Senado unificam, respectivamente, 5 e 9 tributos, incluindo ICMS e ISS.

Uma fusão mais ampla, com impostos estaduais e municipais, Cide e IOF, ficaria para um segundo momento. Essa, por ora, é a defesa dos membros do Ministério da Economia.

Nesse caso, auxiliares de Guedes afirmam que o governo também não centraria esforços, neste momento, na reforma do IPI e criação de um imposto seletivo sobre produtos como combustíveis e cigarros.

Isso porque a arrecadação do IPI é compartilhada entre União, estados e municípios, o que poderia criar mais atritos entre os entes.

Ao apresentar a primeira fase da reforma do governo, em julho, Guedes afirmou ter proposto apenas a fusão de tributos federais em respeito a estados e municípios. Ele ponderou que a reforma do governo é acoplável aos textos do Congresso, onde os parlamentares fariam esse debate federativo.

Dias depois, disse estar conversando com governadores e prefeitos para criar um regime único que incluía tributos regionais. 'Estamos muito confiantes nessa reforma ampla. Nós demos um passo em direção a esse acoplamento', disse.

No entanto, em reunião com prefeitos no início de agosto, o ministro afirmou, segundo relatos, que concorda com a exclusão de municípios da reforma tributária neste momento.

Ao sinalizar que deve deixar de apoiar os textos que

tramitam no Legislativo, o governo pode dificultar o andamento dessas propostas.

Em uma reforma complexa, como a tributária, o empenho dos negociadores do Executivo e a mobilização de congressistas aliados pode ser determinante para a aprovação das medidas.

O texto do grupo Simplifica Já foi entregue ao Senado por meio de uma emenda assinada pelo senador Major Olímpio (PSL-SP). Também foi cogitada a apresentação de uma emenda na Câmara.

De acordo com Alberto Macedo, professor do Insper e integrante do comitê de criação da proposta, a medida se concentra em eliminar mais de cem regimes especiais de PIS e Cofins e acabar com o emaranhado de regras de ICMS e ISS.

'O sistema é um caos e temos de atacar os pontos focais. É uma proposta pé no chão, a gente constrói a fundação da casa. Depois haverá outras reformas', disse.

Segundo membros do Ministério da Economia que participam da formulação da reforma, as outras fases da proposta do governo seguem de pé e serão apresentadas.

A prioridade de Guedes é promover um corte de encargos trabalhistas. Nesse ponto, no entanto, também houve mudança de estratégia.

Antes, a desoneração seria discutida no escopo da reforma tributária. Agora, será incluída na proposta do Pacto Federativo, que já tramita no Senado.

O texto deverá tratar de retirada de amarras do Orçamento, redistribuição de recursos entre União e governos regionais, extinção de fundos públicos, ampliação do programa Bolsa Família e desoneração da folha salarial.

Para custear o corte de encargos trabalhistas, será proposta a criação de um imposto sobre transações

financeiras aos moldes da extinta CPMF.

Guedes quer usar a arrecadação do tributo, estimada em R\$ 120 bilhões ao ano, para bancar ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 3.000. O ministro ainda defende a extinção das deduções do IR.

Em outro ponto da reforma, será apresentada uma proposta de tributação sobre dividendos. Hoje, a distribuição de lucros de uma empresa aos sócios e acionistas é isenta da cobrança de impostos.

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

IFI mantém previsão de recessão, mas há melhora



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apesar de continuar projetando uma queda de mais de 8% na atividade econômica no segundo trimestre de 2020, a Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que o mercado está se recuperando das expressivas baixas verificadas no início da crise da covid-19 e calcula que a redução no Produto Interno Bruto (PIB) no período será menor que a inicialmente prevista.

Créditos: Divulgação Recuperação se verifica de forma heterogênea entre os setores econômicos e os índices de atividade seguem notavelmente baixos

As expectativas do mercado para o PIB de 2020, porém, seguem estáveis em -6,5% segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) divulgado semana passada. O estudo destaca o efeito dos gastos com a pandemia no aumento da despesa primária total, que cresceu mais de 40% no primeiro semestre deste ano, e a expressiva queda no número de pessoas ocupadas.

Em relação ao RAF de julho, baseado em expectativas do mercado, a previsão de queda do PIB no segundo trimestre passou de -10,6% para -8,8%. A projeção mais favorável se baseia na recuperação dos índices de

crescimento da produção industrial (8,9% entre maio e junho) e de serviços (5% no período), mas a recuperação se verifica de forma heterogênea entre os setores econômicos e os índices de atividade seguem notavelmente abaixo dos níveis pré-pandemia.

Contribuem para a incerteza a piora nas condições do mercado de trabalho e as dúvidas sobre o comportamento da renda disponível diante da retirada de estímulos fiscais. No trimestre finalizado em junho, a população ocupada diminuiu 10,7% em relação ao mesmo período de 2019 - o número total baixou de 93,3 milhões para 83,3 milhões no período, atingindo todas as categorias de trabalhadores do setor privado e com efeitos mais graves sobre o emprego informal.

Equilíbrio fiscal

De acordo com a análise da IFI, o combate aos efeitos da covid-19 seguirá pressionando as contas públicas. A crise provocou um aumento real de 40,3% da despesa primária total no primeiro semestre de 2020: a rubrica 'enfrentamento da emergência de saúde pública' subiu de 32,9% para 50,6% desde o RAF de julho. E somente com o auxílio emergencial, a despesa já chega a R\$ 168 bilhões. No lado da receita, verificou-se uma perda líquida correspondente a 2,5 pontos percentuais do PIB.

'Para os próximos meses, o déficit primário do setor público deve continuar a piorar, embora a uma velocidade inferior à dos últimos meses. Isto porque, apesar das incertezas associadas à recuperação da economia, os números de atividade econômica evidenciam uma melhora no terceiro trimestre do ano, o que tende a favorecer a arrecadação de tributos. A continuidade dessa trajetória, de todo modo, vai depender de como a economia reagirá à retirada gradual dos estímulos governamentais concedidos durante a fase mais aguda da pandemia', aponta o relatório.

O RAF salienta que a piora fiscal não é um risco em si, mas há uma preocupação com a condução do cenário

posterior à crise e aumenta a cobrança por sinais claros do governo em relação às condições de sustentabilidade da dívida pública.

Taxa de juros

Os analistas reconhecem que o déficit nominal será amenizado pela redução dos juros básicos, que, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), foram reduzidos em 0,25%, atingindo 2,0% ao ano. O texto salienta que a Selic de fevereiro, antes da pandemia, estava em 4,25%.

'O contexto de juros historicamente reduzidos para os padrões brasileiros reduz os juros devidos. Por outro lado, em um cenário de incertezas como o atual, os agentes tendem a preferir ativos com maior liquidez. Por essa razão, tem ocorrido encurtamento do prazo de vencimento da dívida pública', ressalva a IFI.

Apesar das incertezas sobre a duração dos efeitos da pandemia, afetando a recuperação da atividade econômica, a taxa de juros deverá ser mantida em níveis relativamente baixos ao menos até 2021, segundo a previsão. No entanto, mantida a inflação baixa - em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 2,3% no acumulado de 12 meses - a taxa de juros real permanece um pouco mais alta que a do período pré-pandemia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil cria 131.010 empregos em julho e quebra série de 4 meses negativos. RN tem o segundo mês seguido de saldo positivo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O Brasil registrou em julho a contratação líquida de 131.010 trabalhadores com carteira assinada. Foram 1.043.650 admissões contra 912.640 desligamentos no período. Os dados constam do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e foram divulgados nesta 6ª feira (21.ago.2020) pelo Ministério da Economia.

Houve saldo positivo de contratações em 24 das 27 unidades da Federação. Julho interrompe uma sequência de 4 meses consecutivos de queda nos postos de trabalho com carteira assinada.

Os dados oficiais também apontam que esse foi o melhor resultado para o mês desde 2012, quando foi registrado a contratação de 142.496 trabalhadores com carteira assinada.

O resultado está acima das estimadas dos operadores de mercado consultados pelo Poder360.

Setores

A criação de novos empregos foi maior no setor industrial, seguido pelo de construção. Já a categoria de serviços foi a que apresentou menor saldo na comparação com o mês anterior. O saldo é calculado pela quantidade de contratações subtraídas do total de número de demissões.

Eis os saldos registrados em cada categoria:

Indústria: 53.590 empregos; Construção: 41.986 empregos; Comércio: 28.383 empregos; Agropecuário: 23.087 empregos; Serviços: -15.948. Em junho, esse número foi de -50.345.

A região Sudeste foi a que mais abriu vagas em julho, com 34.157 pessoas contratadas. Em seguida, as regiões Nordeste (22.664), Sul (20.128), Centro-Oeste (14.084) e Norte (13.297).

O ministro Paulo Guedes (Economia) comentou os resultados durante live realizada nesta 6ª feira. 'Temos uma notícia extraordinária. Criamos liquidamente 130 mil empregos', afirmou.

O RN teve o segundo mês seguido de saldo, em junho tivemos um saldo positivo de 1.550 contratações a mais e em julho de 1.161.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Resultados refletem o esforço anticíclico, diz Superintendente do Banco do Nordeste no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nem mesmo a pandemia do novo coronavírus foi incapaz de impedir o avanço da atuação do Banco do Nordeste no primeiro semestre deste ano. A instituição investiu, no primeiro semestre deste ano, R\$ 18,4 bilhões na economia regional, valor correspondente a mais de 2,3 milhões de operações. Esses novos créditos beneficiaram empreendimentos de todos os segmentos e portes dos nove estados da Região e do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

No Rio Grande do Norte, somente entre os dias 16 de março e 29 de maio deste ano, R\$ 451 milhões, correspondentes a 57,8 mil operações, beneficiando todos os setores da economia e empresas de todos os portes do Estado foram negociados em operações de crédito. Em termos de valores, as operações não rurais lideram as aplicações no Rio Grande do Norte, com total superior a R\$ 398 milhões, para quase 52 mil operações, enquanto os financiamentos rurais superam 5,9 mil operações, equivalentes a R\$ 52,4 milhões.

Na entrevista a seguir, o superintendente do Banco do

Nordeste no Rio Grande do Norte, Thiago Dantas e Silva, detalha os números do primeiro semestre e analisa o comportamento da economia no Estado para o resto do ano. Acompanhe.

O BNB divulgou, recentemente, o balanço relativo ao primeiro semestre de 2020. Temos, nesse período, o início de uma pandemia que devastou a economia mundial. Como o BNB avalia o resultado do 1S2020?

O cenário econômico mundial foi fortemente impactado pelos efeitos da pandemia. O Banco do Nordeste, na condição de agente financeiro voltado para o setor produtivo, teve sua responsabilidade aumentada nesse período. Os resultados alcançados pelo Banco no primeiro semestre de 2020 refletem o esforço anticíclico realizado, de modo a ajudar os agentes produtivos neste momento de travessia. Há um sentimento que o desafio foi intenso, mas que a missão, embora ainda não concluída em virtude da continuidade do cenário difícil, foi enfrentada com primor. O Banco investiu R\$ 18,36 bilhões na economia regional, nos seis primeiros meses deste ano, valor que corresponde a 2,4 milhões de operações de crédito. Desse total, R\$ 12,51 bilhões são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sendo que R\$ 9,7 bilhões destinaram-se aos setores Rural (Agricultura e Pecuária), Agronegócio, Industrial, Comércio e Serviços e Turismo, e R\$ 2,81 bilhões a projetos de infraestrutura. Quanto aos resultados financeiros que devem ser buscados como respaldo para a perenidade da Instituição, estes também foram alcançados mediante obtenção de lucro líquido acumulado de R\$ 332,5 milhões. No que tange ao lucro líquido recorrente, ou seja, aquele advindo da atividade da instituição financeira desconsiderando eventos extraordinário a exemplo de reversão de provisão, elevou-se de R\$ 484,6 milhões em 2019 para R\$ 538,7 milhões em 2020, representando incremento de R\$ 54,2 milhões. Os demais indicadores financeiros, principalmente os de rentabilidade e produtividade, também apresentaram

desempenho equilibrado.

Em relação ao Rio Grande do Norte, quais números foram alcançados e o que mudou em relação ao mesmo período do ano passado?

No Rio Grande do Norte, as contratações no primeiro semestre alcançaram o total de R\$ 1,38 bilhão, correspondentes a 129.132 operações, sendo R\$ 1,03 bilhão oriundo do FNE, equivalente a 15.519 operações. No Crediamigo, as 107.808 operações somaram R\$ 315 milhões, e no Agroamigo, 12 mil operações absorveram R\$ 63,6 milhões. O segmento de micro e pequenas empresas (MPE) contratou 2.458 operações que totalizaram R\$ 194,7 milhões. Quando consideradas apenas as operações contratadas com recursos do FNE, excluindo as contratações de infraestrutura, a exemplo de geração de energia, o primeiro semestre de 2020 observou um crescimento de 35% em comparação ao mesmo período de 2019. É importante considerar que o referido resultado foi obtido em condições extremamente desafiadoras também para a equipe potiguar do BNB, considerando os afastamentos para trabalho remoto dos funcionários pertencentes ao grupamento de risco, o próprio adoecimento de funcionários, o que exigia a aplicação de protocolos de desinfecção que, por vezes, obrigava ao fechamento da unidade e as limitações de atendimento recomendadas pelo Decreto Estadual. Por esse motivo, destaco o empenho de toda a equipe de funcionários do BNB neste momento de intenso aprendizado com a situação inédita vivenciada por toda a sociedade.

Quais setores demandaram mais recursos no Estado e qual a expectativa para o resto do ano?

O setor de Comércio e Serviços foi aquele que mais demandou recursos no RN. Apenas com a fonte FNE foram R\$ 342,8 milhões injetados na economia potiguar no primeiro semestre, representando 40,8% acima do que foi investido no mesmo período do ano passado para o setor. Acreditamos que a demanda por recursos continuará intensa, especialmente nesses setores, considerando as características econômicas do Estado. A redução brusca das atividades comerciais e/ou

mesmo sua interrupção em virtude das medidas de distanciamento elevaram a necessidade de crédito das empresas com o objetivo de proteger o seu caixa, mediante captação de capital de giro. Embora essa seja a modalidade de crédito mais buscada, houve demanda significativa de crédito para investimento por parte daqueles negócios que observaram crescimento no momento da pandemia, a exemplo daqueles relacionados a alimentação, higiene e limpeza, equipamentos de proteção individual (EPI's), saúde em geral, especialmente exames laboratoriais. Com a retomada gradual, também tem sido percebida a demanda por investimentos em itens que elevem a segurança dos negócios quanto à convivência com a covid-19, a exemplo de medidas de bioproteção. O Banco do Nordeste mantém-se disponível neste segundo semestre para atendimento das necessidades de giro e investimento do setor produtivo, sendo ciente de sua responsabilidade neste momento.

Como se comportam as contratações de micro e pequenas empresas no RN?

O segmento de micro e pequenas empresas (MPE) contratou 2.458 operações que totalizaram R\$ 194,7 milhões apenas com recursos do FNE. Quando somados os recursos próprios do Banco do Nordeste, empregados especialmente pelo programa Crediamigo, destinado ao atendimento dos Micro Empreendedores Individuais (MEI's) e setor informal, o valor total destinado à base da pirâmide empreendedora importou em R\$ 509,7 milhões, distribuídos em 110.266 contratos.

No tocante à inadimplência, ela cresceu em paralelo à pandemia? Qual o índice atual e quais linhas de crédito são mais atingidas?

O Banco, ainda no dia 17 de março, implementou um conjunto de medidas que dialogavam justamente com a sensibilidade para os novos dias que se iniciavam e já prenunciavam um enorme desafio para o setor produtivo. Diante desse cenário, como medida de proteção do caixa, concedemos seis meses de carência do capital e juros nos financiamentos contraídos com o

Banco, mediante solicitação do cliente, o que poderia ocorrer via homebanking. A próxima prestação seria apenas no sétimo mês a partir da renegociação. A Resolução 4.798/20, do Banco Central, ampliou esse benefício, permitindo a suspensão automática do pagamento de parcelas (carência) até dez/20, de modo que as empresas retornarão o pagamento apenas em 2021. É importante chamar a atenção dos empresários que, além da suspensão automática dos pagamentos, ainda pode ser solicitado prazo adicional de 12 meses ao esquema de reembolso do financiamento, o que pode ser realizado via homebanking ou mediante contato com seu gerente de negócios. A medida serve para diluir o saldo devedor em mais prestações, acomodando seu valor de forma mais adequada ao atual fluxo de caixa da empresa. Em que pese tudo isso, temos sido positivamente surpreendidos com manutenção dos pagamentos das operações de crédito, tendo alguns clientes, inclusive, solicitado a 'baixa' da suspensão automática das prestações de modo a manter o calendário atual de pagamentos. Considerando que a sustentabilidade financeira é imprescindível para a perenidade do papel da Instituição, o BNB tem dedicado especial atenção ao acompanhamento da qualidade do seu ativo, tendo adotado em linha com os demais agentes financeiros medidas preventivas de provisão de crédito. Inobstante os cuidados de governança, ainda seria imprecisa qualquer medição de inadimplência neste momento, uma vez que estão em curso no BNB medidas que visam assegurar conforto no fluxo de caixa das empresas mediante renegociação das prestações vincendas neste período.

Qual a importância do BNB para a retomada do crescimento econômico do Nordeste nesse momento de flexibilização das atividades industriais e comerciais?

A Instituição é muito consciente sobre seu papel de apoio ao desenvolvimento e sua importância na implementação de medidas anticíclicas. Em um momento de maior aversão ao risco, como o provocado pela pandemia, é comum verificar uma retração na concessão de crédito, especialmente aquele destinado aos agentes produtivos. Esse fenômeno é ainda mais

intenso para os negócios de menor porte. A experiência acumulada pelo BNB ao longo de sua atuação no Nordeste e o conhecimento sobre as peculiaridades do ecossistema empreendedor da região permitem ao Banco maior conforto na alocação efetiva de recursos e a adequada avaliação dos riscos de crédito de forma a não comprometer o seu equilíbrio financeiro. Desse modo, em cenário extremamente desafiador comemoramos a elevação da alocação de recursos. O trabalho continuará, especialmente nesse momento de retomada, fornecendo soluções de giro para reconstituição de estoque e custeio inicial da atividade, bem como investimento para adequações e/ou ampliações necessárias.

O Nordeste depende muito do Turismo para sobreviver economicamente. O BNB pretende ampliar os financiamentos para empresários do setor? Quanto deverá ser disponibilizado?

O Turismo sempre esteve e continuará incluído entre as atividades priorizadas pelo Banco do Nordeste por ocasião da definição do orçamento do FNE. Há orçamento disponível para as demandas do setor, com relativo conforto, e, diante de seu caráter prioritário, eventuais remanejamentos podem ser considerados. No primeiro semestre, na fase mais aguda dos efeitos da pandemia, a injeção de recursos no setor cresceu 60,8%.

Quem

Thiago Dantas e Silva, caicoense, 36 anos, superintendente do Banco do Nordeste no RN, bacharel em Direito (UFRN), pós-graduado em Direito Tributário, MBA em Gestão Financeira, MSc em Administração, membro do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN. Iniciou sua carreira no Banco do Nordeste, em 1999, ainda como estagiário, tendo sido também digitador terceirizado até passar em concurso público realizado em 2004. Foi gerente de negócios das carteiras de Agricultura Familiar, MPE, Empresarial e Corporate, e gerente geral nas três unidades do Banco do Nordeste em Natal, sendo a última a agência Prudente de Moraes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Futuro de terminais pesqueiro e marítimo depende de estudos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ícaro Carvalho

Repórter

O futuro de dois equipamentos importantes para a economia de Natal e do Rio Grande do Norte dependem de estudos de viabilidade técnica e econômica, autorizações ou processos de concessões à iniciativa privada para apresentarem perspectivas para seus setores. Este é o panorama do Terminal Pesqueiro de Natal e do Terminal Marítimo de Passageiros, ambos localizados no bairro da Ribeira e banhados pelo Rio Potengi. Ambos são equipamentos construídos para beneficiar duas atividades econômicas importantes no Estado: a pesca e o turismo.

Créditos: Alex Régis Expectativa é que até o final do ano saia o edital da concessão do terminal pesqueiro à iniciativa privada. Estrutura está 95% concluída

As administrações dos dois terminais, construídos ao longo da última década, estão tocando estudos que vão definir os destinos desses espaços. No caso do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), a ideia é

arrendar parte do espaço para um restaurante e até transferir parte da sede administrativa da Companhia Docas do Rio Grande do Norte para o local. Construído para a Copa de 2014, o Terminal Marítimo de Passageiros custou R\$ 74 milhões, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a ideia era promover o turismo de cruzeiros em Natal, além de movimentar o bairro da Ribeira, mais antigo da cidade e carente de atenção do poder público.

No caso do Terminal Pesqueiro de Natal, as conversas já estão adiantadas e a perspectiva mais próxima é de que o espaço seja concedido a iniciativa privada, conforme explica o secretário de Agricultura e Pesca do Rio Grande do Norte, Guilherme Saldanha. Em junho, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos opinou, de forma favorável, à qualificação do terminal pesqueiro de Natal no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

De acordo com Saldanha, algumas pendências foram resolvidas pelo Governo do Estado e já foram alinhadas junto ao Ministério da Agricultura, entre elas, a dívida existente com a empresa que construiu o terminal, o que gerou um entrave jurídico entre as partes, além da viabilização de um acesso ao terminal, feito junto à estrutura da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), localizada ao lado do Terminal Pesqueiro. O próximo passo, agora, é a conclusão de um estudo que vai definir os detalhes para a concessão à iniciativa privada.

'Estamos construindo esse estudo e acredito que leve mais 30 a 45 dias para que ele fique pronto, foi o prazo que acertamos com o Governo Federal. Não foi feito nenhum edital de concessão de terminal pesqueiro, apenas os decretos permitindo fazerem as concessões. Nossa pressa é entregar o estudo porque só tem um feito, que é o de Cabedelo, na Paraíba. Para se fazer a concessão, a legislação exige que tenha o estudo, até para saber quanto vai ser o preço e o tempo da concessão', disse. 'A expectativa é que até o final do ano saia o edital da concessão desse terminal

pesqueiro', completou.

O estudo está sendo tocado pela Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca (Sape) em parceria com a Federação das Indústrias do RN (Fiern) e a Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern). Na avaliação do secretário Guilherme Saldanha, o Terminal Pesqueiro de Natal é um dos 'melhores do Brasil', no tocante a construção e preservação da estrutura, além da posição geográfica, junto ao Rio Potengi.

O TPP Natal/RN foi viabilizado com um investimento de R\$ 30 milhões, recursos do Governo do Estado e do Governo Federal. O espaço, que pertence à União, começou a ser construído no segundo semestre de 2009, com a previsão de ser inaugurado em 2010. Em 2011, a obra foi paralisada (apesar de estar 95% concluída), por falta de pagamento à construtora responsável. Segundo Saldanha, o entrave com a empresa Constremac foi resolvido, em 2018, o que era uma das demandas do Governo Federal para que o espaço pudesse ser concedido a iniciativa privada. Ele aponta ainda que não haverá mais aporte de recursos por parte do Estado, ficando a cargo da empresa que assumir o Terminal de concluir as obras restantes.

'A dívida foi quitada e a ação judicial foi dada baixa pela Justiça Federal. A empresa cobrava R\$ 2,9 milhões, nós quitamos com R\$ 500 mil. Fizemos um acordo, a empresa deu um desconto grande. E resolvemos isso na justiça', disse. 'Nesse caso aqui do RN, o empreendedor que ganhar vai precisar aportar recursos para concluir o terminal, apesar de estar 97% concluído, mas tem 3% que não dá para funcionar. É a fábrica de gelo, as instalações, os equipamentos de frios também estão faltando, e pequenos reparos, como incêndio, parte elétrica. O Governo não vai aportar recursos, será a iniciativa privada', completou.

O Governo do Estado avalia ainda que o caminho deverá ser de fato a entrega a iniciativa privada. A expectativa é que empresas de caráter internacional se apresentem para tocar o Terminal e que a cadeia produtiva pesqueira do RN seja impulsionada com a abertura do espaço. Além do fato de ser o maior

exportador de atum do Brasil e um dos maiores produtores de camarão, a ideia é abrir outros caminhos na indústria pesqueira. A projeção é viabilizar, inicialmente, 2.000 empregos, diretos e indiretos, sendo outros 300 deles atuando somente no Terminal.

'O que a gente espera é que venha uma empresa, quem sabe uma grande empresa internacional operar esse terminal, e ela com certeza vai abrir um novo mercado para todos os peixes, não só para atum. De repente se abre um mercado para cobrar melhor os produtos da pesca artesanal, quem sabe a gente não monta um grande frigorífico para beneficiar camarão e aumentar nossas exportações. Essa é a nossa ideia', disse.

Estrutura

O Terminal Pesqueiro de Natal fica em um terreno de 13.503 m², com área construída de 4.819 m². O projeto inclui cais de atracação de embarcações com 8,74m de largura e comprimento aproximadamente de 305m; galpão para recepção, limpeza, processamento e frigorífico; prédio administrativo; posto de serviço e abastecimento; reservatório elevado; guarita (controle de acesso); instalações frigoríficas com fábrica de gelo em escama com capacidade de 60 toneladas/dia, silo para estocagem de gelo com capacidade de 180 toneladas.

Além disso, o Terminal também possui áreas para administração; central de comunicações via rádio com as embarcações; áreas para órgãos fiscalizadores federais e estaduais; auditório; e reservatórios elevados com capacidade suficiente para atender a demanda de processamento de pescado, abastecimento das embarcações e ao consumo humano.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

22 de agosto de 2020 Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias

Empreendedores de 11 cidades do Rio Grande do Norte foram beneficiados com um investimento próximo de R\$ 1 milhão através de crédito em condições diferenciadas. Os recursos liberados pela Agência de Fomento do RN (AGN-RN) serão aplicados em capital de giro, compra de mercadorias, equipamentos e até mesmo ampliação do seu empreendimento pelos proprietários de negócios e prestadores de serviços beneficiados pelo programa do Governo do Estado de apoio ao empreendedor.

A caravana do crédito começou a nova leva de assinatura de contratos e liberação dos financiamentos ainda na terça-feira (18), em Porto do Mangue, e encerrou a etapa nesta sexta-feira (21), com passagem por Mossoró e Lajes, dois últimos destinos desta semana, e que totalizaram o apoio a 255 empreendedores e um montante injetado na economia da região no valor de R\$ 948,1 mil.

Em Mossoró, a equipe do Microcrédito reencontrou o jovem Gleyre Bezerra, que buscou o financiamento para investir em seu empreendimento. Comerciante de perfumes e cosméticos na cidade, viu no crédito disponibilizado pela AGN uma oportunidade de retomada para seu negócio que tem sofrido em razão da pandemia provocada pelo Covid-19.

'Para gente, é uma iniciativa muito boa porque é um financiamento que vem sem juros para quem paga em dia. Uma ajuda muito boa para o comércio, para o empreendedor em meio à pandemia, um auxílio para trazer novos produtos, novos serviços e novas oportunidades para apresentar ao cliente', afirmou o jovem empreendedor.

Mas não foi apenas Gleyre, da cidade mossoroense, quem aproveitou as condições especiais de juros bonificados a partir do pagamento em dia das parcelas do financiamento. Empreendedores das cidades de Campo Grande, Upanema, Janduís, Alexandria, Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste, Severiano Melo e Rodolfo Fernandes também buscaram o apoio da Agência de Fomento para amparar seu negócio.

A diretora-presidente da Agência de Fomento, Márcia Maia, destacou o esforço realizado pelos colaboradores da instituição para intensificar ainda mais o trabalho para garantir neste momento em que os empreendedores precisam, alternativas de crédito adequadas às necessidades e de forma acessível para permitir que os impactos sobre os empreendimentos possam ser minimizados.

'Fizemos 11 cidades em apenas quatro dias, numa verdadeira maratona de defesa da economia através dos microempreendedores formais e informais do nosso estado. Estamos alinhados o esforço do Governo do Estado em proteger empregos, manter a renda e preservar as vidas do norte-riograndenses sob menor

impacto possível, mesmo diante dessa crise global criada pelo coronavírus. Por isso, todos temos nos desdobrado nesse propósito e as histórias que temos ouvido de como o crédito tem ajudado, comprovam e reforçam a importância do programa', concluiu a diretora presidente.

Parceria em Mossoró

Ainda nesta sexta-feira (21) foi dado o pontapé inicial na parceria entre a Agência de Fomento do RN (AGN-RN) e a Associação Comercial e Industrial de Mossoró (ACIM) com a assinatura dos primeiros contratos de financiamento fruto da ação conjunta entre as duas instituições. A expectativa é que a partir da parceria e o atendimento realizado diretamente na cidade, mais empreendedores poderão conhecer e ter acesso aos financiamentos.

A ACIM atuará como correspondente da AGN para tirar dúvidas, receber documentos e encaminhar para sede da Agência de Fomento, em Natal, as informações necessárias à solicitação de concessão de crédito. A entidade está localizada no Centro, na Rua Santos Dumont, 228, em Mossoró, com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h. Para informações junto a ACIM, o telefone é o 84 3316-1018.

Microcrédito

O programa Microcrédito do Empreendedor Potiguar é uma ferramenta de estímulo a implantação de novos negócios e para promoção do crescimento sustentável dos empreendimentos e empreendedores do estado. Os financiamentos realizados através do Microcrédito são direcionados a microempreendedores e pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, dos mais diversos segmentos da economia potiguar. Os prazos para pagamento variam de acordo com a atividade produtiva e a natureza física ou jurídica do contratante.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias



Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Programa Microcrédito do Empreendedor, da Agência de Fomento, concedeu apoio a 255 negócios na região Oeste do estado

Empreendedores de 11 cidades do Rio Grande do Norte foram beneficiados com um investimento próximo de R\$ 1 milhão através de crédito em condições diferenciadas. Os recursos liberados pela Agência de Fomento do RN (AGN-RN) serão aplicados em capital de giro, compra de mercadorias, equipamentos e até mesmo ampliação do seu empreendimento pelos proprietários de negócios e prestadores de serviços beneficiados pelo programa do Governo do Estado de apoio ao empreendedor.

A caravana do crédito começou a nova leva de assinatura de contratos e liberação dos financiamentos ainda na terça-feira (18), em Porto do Mangue, e encerrou a etapa nesta sexta-feira (21), com passagem por Mossoró e Lajes, dois últimos destinos desta semana, e que totalizaram o apoio a 255

empreendedores e um montante injetado na economia da região no valor de R\$ 948,1 mil.

Em Mossoró, a equipe do Microcrédito reencontrou o jovem Gleyre Bezerra, que buscou o financiamento para investir em seu empreendimento. Comerciante de perfumes e cosméticos na cidade, viu no crédito disponibilizado pela AGN uma oportunidade de retomada para seu negócio que tem sofrido em razão da pandemia provocada pelo Covid-19.

'Para gente, é uma iniciativa muito boa porque é um financiamento que vem sem juros para quem paga em dia. Uma ajuda muito boa para o comércio, para o empreendedor em meio à pandemia, um auxílio para trazer novos produtos, novos serviços e novas oportunidades para apresentar ao cliente', afirmou o jovem empreendedor.

Mas não foi apenas Gleyre, da cidade mossoroense, quem aproveitou as condições especiais de juros bonificados a partir do pagamento em dia das parcelas do financiamento. Empreendedores das cidades de Campo Grande, Upanema, Janduís, Alexandria, Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste, Severiano Melo e Rodolfo Fernandes também buscaram o apoio da Agência de Fomento para amparar seu negócio.

A diretora-presidente da Agência de Fomento, Márcia Maia, destacou o esforço realizado pelos colaboradores da instituição para intensificar ainda mais o trabalho para garantir neste momento em que os empreendedores precisam, alternativas de crédito adequadas às necessidades e de forma acessível para permitir que os impactos sobre os empreendimentos possam ser minimizados.

'Fizemos 11 cidades em apenas quatro dias, numa verdadeira maratona de defesa da economia através dos microempreendedores formais e informais do nosso estado. Estamos alinhados o esforço do Governo do

ECONOMIA

Estado em proteger empregos, manter a renda e preservar as vidas do norte-riograndenses sob menor impacto possível, mesmo diante dessa crise global criada pelo coronavírus. Por isso, todos temos nos desdobrado nesse propósito e as histórias que temos ouvido de como o crédito tem ajudado, comprovam e reforçam a importância do programa', concluiu a diretora presidente.

Parceria em Mossoró

Ainda nesta sexta-feira (21) foi dado o pontapé inicial na parceria entre a Agência de Fomento do RN (AGN-RN) e a Associação Comercial e Industrial de Mossoró (ACIM) com a assinatura dos primeiros contratos de financiamento fruto da ação conjunta entre as duas instituições. A expectativa é que a partir da parceria e o atendimento realizado diretamente na cidade, mais empreendedores poderão conhecer e ter acesso aos financiamentos.

A ACIM atuará como correspondente da AGN para tirar dúvidas, receber documentos e encaminhar para sede da Agência de Fomento, em Natal, as informações necessárias à solicitação de concessão de crédito. A entidade está localizada no Centro, na Rua Santos Dumont, 228, em Mossoró, com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h. Para informações junto a ACIM, o telefone é o 84 3316-1018.

Microcrédito

O programa Microcrédito do Empreendedor Potiguar é uma ferramenta de estímulo a implantação de novos negócios e para promoção do crescimento sustentável dos empreendimentos e empreendedores do estado. Os financiamentos realizados através do Microcrédito são direcionados a microempreendedores e pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, dos mais diversos segmentos da economia potiguar. Os prazos para pagamento variam de acordo com a atividade produtiva e a natureza física ou jurídica do contratante.

Prejuízo do Nubank tem primeira queda significativa desde a fundação da fintech



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Maior fintech do Brasil, o Nubank viu o seu prejuízo cair 32% no primeiro semestre deste ano, para R\$ 95 milhões, em relação ao resultado registrado ao fim da primeira metade do ano passado. É o que mostra balanço obtido em primeira mão pelo Broadcast. A redução se deve ao crescimento da receita e a uma menor despesa operacional por cliente, segundo explicou o CFO da empresa, Marcelo Kopel.

É a primeira vez que o Nubank anota uma queda significativa - R\$ 44 milhões - no prejuízo desde a sua fundação, em 2013. O único recuo verificado até então na sucessão de perdas da fintech havia sido em 2017, quando o prejuízo somou R\$ 116 mil, contra de R\$ 122 mil do ano anterior.

O Nubank gosta de ressaltar que operar no vermelho, por enquanto é uma decisão. Como a empresa tem aumentado o número de clientes de forma acelerada, isso demanda mais investimentos e mais recursos destinados a provisionamento (dinheiro destinado a cobrir possíveis calotes que, mesmo não sendo

utilizados, entram como despesas no balanço).

O Nubank terminou o primeiro semestre com 26 milhões de clientes mais que o dobro dos 11 milhões de 12 meses antes. Se o avanço do número de clientes costumava significar maior prejuízo para fintech, a dinâmica começa a mudar, com o aumento da proporção de clientes antigos em relação aos novos.

"Os clientes que já estavam vêm amadurecendo", disse Kopel. "Com o passar do tempo, eles passam a se engajar mais conosco, gerando mais volume de transações, que fazem nossas receitas crescerem, mesmo sem cobrarmos anuidade?, afirmou também. "Se olharmos os negócios por pedaço, o cartão de crédito já gera resultado positivo", ressaltou.

É possível, disse o executivo, que o Nubank já comece a fechar a conta no ano que vem, como consequência dessa nova dinâmica. "Mas isso está muito relacionado à quantidade de clientes. Se tivermos que postergar esse equilíbrio, significa que o negócio está crescendo mais", afirmou.

A fintech comemora também que houve aumento de 60% nos depósitos feitos pelos clientes, com um saldo de R\$ 17,3 bilhões ao fim do primeiro semestre. O resultado levou a empresa a terminar a primeira metade do ano com R\$ 19,9 bilhões em caixa, crescimento de 48% em relação ao que tinha no fim do ano passado e um recorde na história de sete anos da instituição.

Inadimplência na pandemia

Apesar dos melhores resultados no primeiro semestre, o Nubank não ficou imune à crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus, que começou a atingir o Brasil em março. No período mais duro para a economia, a inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) entre clientes da fintech chegou a atingir 5,8%, taxa registrada em junho. Em dezembro de 2019, era de

4,3%. Em julho, teve uma ligeira queda para 5,7%.

Kopel, contudo, ponderou que a taxa do Nubank, mesmo mais alta, ainda está abaixo da média do mercado, de 7,5% em junho, segundo dados do Banco Central (BC), "talvez devido às funcionalidades de educação financeira do aplicativo e à relação transparente que criamos com nossos clientes".

Ainda segundo o executivo, a pandemia chegou a gerar um impacto no volume de compras com o cartão de crédito no período inicial da quarentena no Brasil. No fim do semestre, no entanto, ele disse, o fluxo de transações retornou ao patamar anterior e o volume transacionado em compras do cartão de crédito foi 54% maior que o registrado nos seis primeiros meses de 2019.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 mi em 4 dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Empreendedores de 11 cidades do Rio Grande do Norte foram beneficiados com um investimento próximo de R\$ 1 milhão através de crédito em condições diferenciadas. Os recursos liberados pela Agência de Fomento do RN (AGN-RN) serão aplicados em capital de giro, compra de mercadorias, equipamentos e até mesmo ampliação do seu empreendimento pelos proprietários de negócios e prestadores de serviços beneficiados pelo programa do Governo do Estado de apoio ao empreendedor.

A caravana do crédito começou a nova leva de assinatura de contratos e liberação dos financiamentos ainda na terça-feira (18), em Porto do Mangue, e encerrou a etapa nesta sexta-feira (21), com passagem por Mossoró e Lajes, dois últimos destinos desta semana, e que totalizaram o apoio a 255 empreendedores e um montante injetado na economia da região no valor de R\$ 948,1 mil.

Em Mossoró, a equipe do Microcrédito reencontrou o

jovem Gleyre Bezerra, que buscou o financiamento para investir em seu empreendimento. Comerciante de perfumes e cosméticos na cidade, viu no crédito disponibilizado pela AGN uma oportunidade de retomada para seu negócio que tem sofrido em razão da pandemia provocada pelo Covid-19.

'Para gente, é uma iniciativa muito boa porque é um financiamento que vem sem juros para quem paga em dia. Uma ajuda muito boa para o comércio, para o empreendedor em meio à pandemia, um auxílio para trazer novos produtos, novos serviços e novas oportunidades para apresentar ao cliente', afirmou o jovem empreendedor.

Mas não foi apenas Gleyre, da cidade mossoroense, quem aproveitou as condições especiais de juros bonificados a partir do pagamento em dia das parcelas do financiamento. Empreendedores das cidades de Campo Grande, Upanema, Janduí, Alexandria, Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste, Severiano Melo e Rodolfo Fernandes também buscaram o apoio da Agência de Fomento para amparar seu negócio.

A diretora-presidente da Agência de Fomento, Márcia Maia, destacou o esforço realizado pelos colaboradores da instituição para intensificar ainda mais o trabalho para garantir neste momento em que os empreendedores precisam, alternativas de crédito adequadas às necessidades e de forma acessível para permitir que os impactos sobre os empreendimentos possam ser minimizados.

'Fizemos 11 cidades em apenas quatro dias, numa verdadeira maratona de defesa da economia através dos microempreendedores formais e informais do nosso estado. Estamos alinhados o esforço do Governo do Estado em proteger empregos, manter a renda e preservar as vidas do norte-riograndenses sob menor impacto possível, mesmo diante dessa crise global criada pelo coronavírus. Por isso, todos temos nos

desdobrado nesse propósito e as histórias que temos ouvido de como o crédito tem ajudado, comprovam e reforçam a importância do programa', concluiu a diretora presidente.

Parceria em Mossoró

Ainda nesta sexta-feira (21) foi dado o pontapé inicial na parceria entre a Agência de Fomento do RN (AGN-RN) e a Associação Comercial e Industrial de Mossoró (ACIM) com a assinatura dos primeiros contratos de financiamento fruto da ação conjunta entre as duas instituições. A expectativa é que a partir da parceria e o atendimento realizado diretamente na cidade, mais empreendedores poderão conhecer e ter acesso aos financiamentos.

A ACIM atuará como correspondente da AGN para tirar dúvidas, receber documentos e encaminhar para sede da Agência de Fomento, em Natal, as informações necessárias à solicitação de concessão de crédito. A entidade está localizada no Centro, na Rua Santos Dumont, 228, em Mossoró, com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h. Para informações junto a ACIM, o telefone é o 84 3316-1018.

Microcrédito

O programa Microcrédito do Empreendedor Potiguar é uma ferramenta de estímulo a implantação de novos negócios e para promoção do crescimento sustentável dos empreendimentos e empreendedores do estado. Os financiamentos realizados através do Microcrédito são direcionados a microempreendedores e pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, dos mais diversos segmentos da economia potiguar. Os prazos para pagamento variam de acordo com a atividade produtiva e a natureza física ou jurídica do contratante.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN volta a gerar empregos e fecha julho com saldo positivo de 1 mil vagas com carteira assinada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Apesar de ainda sentir na economia os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o Rio Grande do Norte abriu em julho mais de 1 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados divulgados nesta sexta-feira 21 pelo Ministério da Economia.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), é a segunda vez neste ano que o Estado termina um mês com saldo positivo na geração de empregos. O primeiro foi junho, quando foram criadas 1.746 vagas no mercado formal.

No mês passado, segundo o Caged, foram 9.701 contratações e 8.540 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.161 vagas de emprego.

O resultado do Rio Grande do Norte seguiu a tendência da região Nordeste e do País. Em todo o Brasil, aponta o Caged, foram abertos no mês passado 131.010

postos de trabalho com carteira assinada. Foi a primeira vez no ano que o País registrou um resultado positivo decorrente da diferença entre contratações e demissões. O resultado surpreendeu, já que o mercado esperava um saldo positivo de aproximadamente 25 mil vagas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o primeiro resultado positivo no mercado de trabalho formal desde o início da pandemia de Covid-19.

'A criação de vagas de empregos em julho é notícia extraordinária e mostra que retomamos o ritmo de criação de empregos. O resultado do Caged confirma a nossa hipótese de trabalho de que Brasil iria cair menos do que era previsto pelo mercado. As revisões das projeções estão confirmando que PIB brasileiro deve cair cerca de 4% neste ano', afirmou.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, ainda segundo informações do Ministério da Economia, as demissões superaram as contratações em 1,092 milhão de empregos formais.

No Nordeste, foi registrado um saldo positivo de 22,6 mil vagas, decorrente de 134,7 mil contratações e 112 mil demissões. Apenas um estado registrou saldo negativo: Sergipe, que fechou 804 vagas no mercado formal.

Voltando ao Rio Grande do Norte, o resultado positivo foi puxado principalmente pelo setor da agricultura, pecuária e pesca. Segundo o Caged, foram 1.168 vagas abertas no segmento, resultado melhor que os da construção (+ 518), comércio (+ 59) e serviços (+ 40). A indústria teve saldo negativo, de - 624 vagas.

Mesmo com os resultados de junho e julho, o Estado ainda segue com saldo negativo no acumulado do ano. Somando todos os sete meses do ano, o RN fechou 15.057 empregos com carteira assinada, resultantes de 82.239 demissões e 67.182 contratações.

Emprego no RN - 2020

Janeiro: - 1.734

Fevereiro: - 2.639

Março: - 1.874

Abril: - 8.303

Maior: - 3.027

Junho: + 1.746

Julho: + 1.161

Saldo no ano: - 14.670

Saldo no ano com ajuste: - 15.057

AgoraRN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Crédito para empreendedores de 11 cidades do RN chega a quase R\$ 1 milhão em quatro dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

Programa Microcrédito do Empreendedor, da Agência de Fomento, concedeu apoio a 255 negócios na região Oeste do estado

Empreendedores de 11 cidades do Rio Grande do Norte foram beneficiados com um investimento próximo de R\$ 1 milhão através de crédito em condições diferenciadas. Os recursos liberados pela Agência de Fomento do RN (AGN-RN) serão aplicados em capital de giro, compra de mercadorias, equipamentos e até mesmo ampliação do seu empreendimento pelos proprietários de negócios e prestadores de serviços beneficiados pelo programa do Governo do Estado de apoio ao empreendedor.

A caravana do crédito começou a nova leva de assinatura de contratos e liberação dos financiamentos ainda na terça-feira (18), em Porto do Mangue, e encerrou a etapa nesta sexta-feira (21), com passagem por Mossoró e Lajes, dois últimos destinos desta semana, e que totalizaram o apoio a 255

empreendedores e um montante injetado na economia da região no valor de R\$ 948,1 mil.

Em Mossoró, a equipe do Microcrédito reencontrou o jovem Gleyre Bezerra, que buscou o financiamento para investir em seu empreendimento. Comerciante de perfumes e cosméticos na cidade, viu no crédito disponibilizado pela AGN uma oportunidade de retomada para seu negócio que tem sofrido em razão da pandemia provocada pelo Covid-19.

'Para gente, é uma iniciativa muito boa porque é um financiamento que vem sem juros para quem paga em dia. Uma ajuda muito boa para o comércio, para o empreendedor em meio à pandemia, um auxílio para trazer novos produtos, novos serviços e novas oportunidades para apresentar ao cliente', afirmou o jovem empreendedor.

Mas não foi apenas Gleyre, da cidade mossoroense, quem aproveitou as condições especiais de juros bonificados a partir do pagamento em dia das parcelas do financiamento. Empreendedores das cidades de Campo Grande, Upanema, Janduís, Alexandria, Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste, Severiano Melo e Rodolfo Fernandes também buscaram o apoio da Agência de Fomento para amparar seu negócio.

A diretora-presidente da Agência de Fomento, Márcia Maia, destacou o esforço realizado pelos colaboradores da instituição para intensificar ainda mais o trabalho para garantir neste momento em que os empreendedores precisam, alternativas de crédito adequadas às necessidades e de forma acessível para permitir que os impactos sobre os empreendimentos possam ser minimizados.

'Fizemos 11 cidades em apenas quatro dias, numa verdadeira maratona de defesa da economia através dos microempreendedores formais e informais do nosso estado. Estamos alinhados o esforço do Governo do

Estado em proteger empregos, manter a renda e preservar as vidas do norte-riograndenses sob menor impacto possível, mesmo diante dessa crise global criada pelo coronavírus. Por isso, todos temos nos desdobrado nesse propósito e as histórias que temos ouvido de como o crédito tem ajudado, comprovam e reforçam a importância do programa', concluiu a diretora presidente.

ECONOMIA

Parceria em Mossoró

Ainda nesta sexta-feira (21) foi dado o pontapé inicial na parceria entre a Agência de Fomento do RN (AGN-RN) e a Associação Comercial e Industrial de Mossoró (ACIM) com a assinatura dos primeiros contratos de financiamento fruto da ação conjunta entre as duas instituições. A expectativa é que a partir da parceria e o atendimento realizado diretamente na cidade, mais empreendedores poderão conhecer e ter acesso aos financiamentos.

A ACIM atuará como correspondente da AGN para tirar dúvidas, receber documentos e encaminhar para sede da Agência de Fomento, em Natal, as informações necessárias à solicitação de concessão de crédito. A entidade está localizada no Centro, na Rua Santos Dumont, 228, em Mossoró, com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h. Para informações junto a ACIM, o telefone é o 84 3316-1018.

Microcrédito

O programa Microcrédito do Empreendedor Potiguar é uma ferramenta de estímulo a implantação de novos negócios e para promoção do crescimento sustentável dos empreendimentos e empreendedores do estado. Os financiamentos realizados através do Microcrédito são direcionados a microempreendedores e pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, dos mais diversos segmentos da economia potiguar. Os prazos para pagamento variam de acordo com a atividade produtiva e a natureza física ou jurídica do contratante.

[RN volta a gerar empregos e fecha julho com saldo positivo de 1 mil vagas com carteira assinada](#)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apesar de ainda sentir na economia os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o Rio Grande do Norte abriu em julho mais de 1 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados divulgados nesta sexta-feira 21 pelo Ministério da Economia. As informações são do Agora RN.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), é a segunda vez neste ano que o Estado termina um mês com saldo positivo na geração de empregos. O primeiro foi junho, quando foram criadas 1.746 vagas no mercado formal.

No mês passado, segundo o Caged, foram 9.701 contratações e 8.540 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.161 vagas de emprego.

O resultado do Rio Grande do Norte seguiu a tendência da região Nordeste e do País. Em todo o Brasil, aponta o Caged, foram abertos no mês passado 131.010 postos de trabalho com carteira assinada. Foi a primeira vez no ano que o País registrou um resultado positivo

decorrente da diferença entre contratações e demissões. O resultado surpreendeu, já que o mercado esperava um saldo positivo de aproximadamente 25 mil vagas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o primeiro resultado positivo no mercado de trabalho formal desde o início da pandemia de Covid-19.

'A criação de vagas de empregos em julho é notícia extraordinária e mostra que retomamos o ritmo de criação de empregos. O resultado do Caged confirma a nossa hipótese de trabalho de que Brasil iria cair menos do que era previsto pelo mercado. As revisões das projeções estão confirmando que PIB brasileiro deve cair cerca de 4% neste ano', afirmou.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, ainda segundo informações do Ministério da Economia, as demissões superaram as contratações em 1,092 milhão de empregos formais.

No Nordeste, foi registrado um saldo positivo de 22,6 mil vagas, decorrente de 134,7 mil contratações e 112 mil demissões. Apenas um estado registrou saldo negativo: Sergipe, que fechou 804 vagas no mercado formal.

Voltando ao Rio Grande do Norte, o resultado positivo foi puxado principalmente pelo setor da agricultura, pecuária e pesca. Segundo o Caged, foram 1.168 vagas abertas no segmento, resultado melhor que os da construção (+ 518), comércio (+ 59) e serviços (+ 40). A indústria teve saldo negativo, de - 624 vagas.

Mesmo com os resultados de junho e julho, o Estado ainda segue com saldo negativo no acumulado do ano. Somando todos os sete meses do ano, o RN fechou 15.057 empregos com carteira assinada, resultantes de 82.239 demissões e 67.182 contratações.

Emprego no RN - 2020

Janeiro: - 1.734

Fevereiro: - 2.639

Março: - 1.874

Abril: - 8.303

Maior: - 3.027

Junho: + 1.746

Julho: + 1.161

Saldo no ano: - 14.670

Saldo no ano com ajuste: - 15.057

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Rogério Marinho: Recursos para obras neste ano estão garantidos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirma que a discussão no governo federal sobre as limitações financeiras e orçamentárias que poderiam atrapalhar investimentos em sua pasta - diante da defesa do ministro da Economia, Paulo Guedes, para restringir as despesas - está superada pelo menos neste ano.

Na próxima terça-feira, o Palácio do Planalto enviará um Projeto de Lei ao Congresso Nacional (PLN) que modifica 'as dotações orçamentárias' e garante as verbas para a continuidade dos projetos do Ministério do Desenvolvimento Regional até o fim de dezembro.

'Os recursos necessários para que as obras continuem sem interrupção até o final do ano foram obtidos com uma solução dada pelo próprio Ministério da Economia, através de um PLN, que é um projeto de lei ao Congresso Nacional para modificar dotações orçamentárias e deverá ser apresentada na terça-feira da próxima semana. A necessidade de aporte do Ministério do Desenvolvimento Regional para o próximo ano vai ser discutida por ocasião da votação e discussão do orçamento a partir do mês de setembro

deste ano', afirma Rogério Marinho nesta entrevista ao repórter Luiz Henrique Gomes.

Rogério Marinho destaca também que, na próxima semana, o Ministério do Desenvolvimento Regional vai lançar um programa para ampliar financiamento de unidades habitacionais e geração de empregos.

Ao ser perguntado sobre os planos para 2022 e uma possível candidatura ao governo, ele afirma que este não é o momento de pensar, e principalmente falar, sobre planos para uma eleição que só vai ocorrer daqui a dois anos: 'Sou candidato a ser um bom ministro. Acho que este é o momento de nos preocuparmos com a administração', diz.

Qual a importância que o desenvolvimento regional tem hoje dentro do Governo?

O Ministério foi criado a partir do início do governo Bolsonaro. Ele é composto do antigo Ministério das Cidades e da Integração Regional. Esses dois juntos tratam de saneamento básico, de mobilidade urbana, de defesa civil, recursos hídricos, de ataque a processos de desigualdades regionais e problemas de habitação. Então, é um Ministério que tem um raio de atuação bastante extenso. Praticamente, toda política social do governo na área de desenvolvimento está no Ministério. Nós estamos hoje em 5.200 dos 5.570 municípios com atividades. Praticamente, todo território nacional é coberto pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Agora, a nossa espinha dorsal é a segurança hídrica. Foi a orientação que recebemos do presidente para priorizarmos essa questão de propiciar ao Nordeste do Brasil uma condição diferenciada que permita a emancipação da região. Na hora em que você tem o fornecimento da água, com a intensidade e a quantidade adequada, permite que a população possa matar sua sede, como também ficam permitidas as atividades econômicas e sociais decorrentes, como o tratamento de esgoto, a mineração, a indústria e a própria agricultura irrigada. Esse é o nosso objetivo: propiciar ao Nordeste segurança hídrica e, ao mesmo

tempo, não deixar que as obras espalhadas pelo Brasil sejam paralisadas. E também retomar obras que foram paralisadas ao longo do tempo.

O senhor vê essa continuidade e retomada de obras como uma alternativa para gerar emprego e renda nesse período pós pandemia?

A manutenção do nível de investimento que é feito pelo governo federal no Ministério é uma segurança de que não teremos, por exemplo, problemas na área de habitação, da construção civil. O programa que estaremos lançando próxima semana vai permitir inclusive o financiamento de um número maior de unidades habitacionais e isso gera emprego, renda e oportunidades. Ao mesmo tempo em que mantemos o cronograma físico e financeiro para que as obras que estão na nossa carteira não sejam paralisadas. Este ano nós entregamos 600 mil unidades habitacionais até o final do mês de julho. Esperamos chegar à 750 mil até o final do ano. Então, é um número bastante substancial. E isso significa ocupação, renda e trabalho para a população.

Isso representa quanto do que já foi investido?

O orçamento do Ministério tem algumas variações. Por exemplo, nós temos este ano orçamento de mais de R\$ 12 bilhões, mas temos restos a pagar de quase R\$ 20 bilhões. Então, estamos falando aí em investimentos de R\$ 30 bilhões. Mas nós trabalhamos na nossa carteira de investimentos com recursos do Fundo de Garantia e de empréstimos, dos mais variados. Temos essa carteira de quase R\$ 300 bilhões em saneamento, habitação, mobilidade, que ao longo dos anos vai aumentando ou diminuindo. Isso fora do OGU (Orçamento Geral da União). Por exemplo, nós subsidiamos R\$ 9 bilhões todo ano ao sistema habitacional que é o subsídio propiciado pelo Fundo de Garantia. Isso está fora dos R\$ 30 bilhões. Esses R\$ 9 bilhões alavancam mais R\$ 90 bilhões todo ano. Estamos falando de R\$ 90 bilhões a R\$ 100 bilhões por ano só na área de habitação. Só que na hora em que você aporta esses recursos, o prazo de maturação de uma obra de infraestrutura é de 24 a 36 meses, então

vai acumulando ano a ano, uma parte vai sendo concluída outra vai chegando - só em habitação. Aí nós temos a nossa carteira de saneamento, tanto no tratamento de esgoto quanto no tratamento de água, adutoras, macrodrenagem, todas financiadas pelo Fundo de Garantia e são obras que passam pelo nosso crivo. Aí é mais de uma centena de bilhão de reais, um pouco mais. E por aí vai. O nosso orçamento, a nossa capilaridade e a nossa atuação não se resume apenas ao Orçamento Geral da União.

Quais os próximos investimentos planejados para o Nordeste?

Estamos trabalhando com a orientação de não deixarmos as obras paralisadas e ao mesmo tempo buscar alternativas para dar segurança hídrica. Então essa malha hídrica ainda não está consolidada. Porque nós temos que concluir a transposição e, além disso, uma série de obras acessórias e temos que trabalhar a revitalização da bacia, para permitir que haja uma intensidade e uma oferta maior de água; e que isso não se exaure ao longo do tempo. Nós temos que trabalhar nessa revitalização a questão do esgotamento sanitário. No perímetro do Rio São Francisco, são em torno de 600, 700 cidades e, com os canais que foram construídos, chegamos a quase mil cidades. Talvez 10% delas tenham tratamento de esgoto. Foi aprovado o marco do saneamento. Só no marco do saneamento nós estimamos a possibilidade de investir algo em torno de R\$ 700 bilhões nos próximos 10 anos. A nossa ação é macro com relação ao país e mista. Porque trabalhamos com investimento público nós buscamos um aporte do privado. Por isso que trabalhamos o tempo todo com segurança jurídica, com previsibilidade, com modernização de marcos regulatórios, com conversas e rodadas com outros países. Nós conversamos com embaixadas de 12 países nos últimos 50 dias. Temos conversas agendadas com investidores locais e internacionais. Para atrair a iniciativa privada, você precisa ter um projeto consistente. Agora estamos revisitando nossos fundos de desenvolvimento regionais para readequá-los a essa necessidade: ampliação da nossa carteira. Para que eles também sejam fundos que vão bancar a estruturação de projetos para atração de

capital privado.

O senhor falou da orientação de manter os investimentos de capital privado e público. Tem uma orientação do presidente de alavancar o desenvolvimento da região Nordeste por este caminho?

O Brasil é muito rico, mas muito desigual. Quem mora no Leblon, mora ou trabalha na Avenida Paulista, não conhece a realidade do país, exceto aquelas pessoas que conseguem viajar. É importante que o Brasil tenha disciplina fiscal, austeridade, faça as mudanças e reformas estruturais que estavam sendo procrastinadas. Não é por acaso que agora estamos com a menor taxa de juros da nossa história. Uma taxa de juros de 2% espanta o capital especulativo e obriga o investimento em produção. Mas com uma preocupação considero essencial: tratar os desiguais de forma desigual. Então, há regiões nas quais há necessidade da presença do Estado mais forte do que em outras. É o caso do Nordeste. Para se fazer, por exemplo, uma obra de transposição, dificilmente teríamos capacidade de atrair um agente privado. Para fazermos algumas adutoras, inicialmente, iríamos ter dificuldades. Agora, no futuro, essas cidades que estão no perímetro do São Francisco podem e vão ser organizadas em consórcios, em função das bacias dos rios ou da proximidade geográfica para que possamos atrair o capital privado e resolver o problema do tratamento de esgoto. Se trata o esgoto, evita que seja jogado in natura no rio. Com isso, estaremos revitalizando o rio. Revitalizar não é apenas plantar árvores, desassorear, preservar as barrancas, as nascentes, cercar as nascentes para evitar o pisoteio do gado. É também fazer o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a ocupação deste perímetro com a população ribeirinha, levando em consideração a sustentabilidade, com essa pegada verde. Na próxima semana, inclusive, estaremos assinando com a CBI, que é uma das maiores certificadoras do mundo na área de meio ambiente, certificando toda nossa carteira de investimento. Com isso, quem adquirir uma concessão de tratamento de esgoto poderá emitir títulos verdes certificado pela CBI. Hoje, mais do que nunca, essa liquidez que existe no mundo, tem um viés e uma pegada verde. Então, estamos tratando uma

infraestrutura verde, a sustentabilidade, a governança e a preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento, porque não adianta preservar e não levar em consideração as pessoas, que precisam ter condições de produzir e gerar renda sem degradar o meio ambiente.

A dificuldades de captar o investimento privado é o que leva a defesa de flexibilizar o teto de gasto? Existe essa discussão com o ministro da Economia, Paulo Guedes?

A necessidade é que mantenhamos a mesma pegada que estamos tendo. Essa discussão está superada. Os recursos necessários para que as obras continuem sem interrupção até o final do ano foram obtidos com uma solução dada pelo próprio Ministério da Economia, através de um PLN, que é um projeto de lei ao Congresso Nacional que modifica dotações orçamentárias e deverá ser apresentada na terça-feira da próxima semana. A necessidade de aporte do Ministério do Desenvolvimento Regional para o próximo ano vai ser discutida por ocasião da votação e discussão do orçamento a partir do mês de setembro deste ano. Então, não é uma discussão que exista no seio do governo. Ultrapassamos esse processo, até porque é um ano de excepcionalidade. A calamidade pública foi detectada pelo Congresso Nacional até 31 de dezembro e o governo emitiu uma série de medidas provisórias que ultrapassaram o que havia sido convencionado no orçamento do ano passado como limite para nosso endividamento, que seria de R\$ 120 bilhões e vai chegar a R\$ 800 bilhões. Então, o teto foi ultrapassado dentro do que prevê a própria Constituição no artigo 67, parágrafo 3º, que dá a exceção da calamidade. Mas, para fins de investimento e infraestrutura, a solução obtida consensualmente pelo governo foi o PLN para mudança de rubricas orçamentárias.

Para o presidente, esses investimentos são uma forma de reverter, no Nordeste, o resultado que ele teve na eleição? As pesquisas até já mostram que a popularidade dele já tem melhorado. É o momento de reverter a imagem que ele tinha na região?

Vivemos no mundo da pós verdade. Isso é um fato. Então, se o presidente não faz uma ação no Nordeste, ele é cobrado por omissão. Se faz, é cobrado, porque estaria dando um viés eleitoral. Diante destas duas opções, é melhor fazer. Nós temos uma orientação do presidente, desde que entramos no Ministério, e esta é uma ação do nosso Ministério, que afinal é de Desenvolvimento Regional, para tratarmos as regiões mais deprimidas do ponto de vista econômico de uma forma diferente. Não apenas o Nordeste, mas também a Norte e, em menor proporção, o Centro-Oeste. São regiões que tem IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] em menor proporção do que as demais. O Nordeste, por exemplo, tem quase 30% da população e pouco menos de 14% do Produto Interno Bruto do país. Essa é uma realidade. Então, é evidente que qualquer governante que, minimamente, tenha uma responsabilidade com o cargo que ocupa terá que, necessariamente, empreender políticas públicas nessas regiões para diminuir essa desigualdade. Agora, essas políticas públicas podem ser episódicas, mitigadoras, ou estruturantes para permitir uma mudança real. É isto que estamos fazendo. Estamos propondo mudanças estruturantes. Quero lembrar que quando falamos em segurança hídrica não significa que vamos dar condição à população apenas de matar sua sede. Mas sim condições para o que chamo de desenvolvimento humano. Isso passa, inicialmente, pela agricultura, mas vai para a inovação tecnológica, para a mineração, para a indústria, para a transformação, para o setor de serviço. Os grandes exemplos não são esses tradicionais, mas a Califórnia. Onde está a indústria mais inovadora do mundo? No Vale do Silício, na Califórnia. Onde estão as universidades mais importantes do mundo? Lá na Califórnia. Onde está a mais importante indústria de entretenimento do mundo? Em Hollywood, lá na Califórnia. E onde está a maior produção de alimentos de forma intensiva dos Estados Unidos? Lá na Califórnia. Fruto de uma transposição do Rio Colorado, no princípio do século passado. A região onde há essa produção tem um índice pluviométrico que é um terço do Nordeste. E veja a riqueza que é aquela região. E isso não apenas com irrigação. Então, a civilização se estabelece com a segurança hídrica. E não é uma questão visionária. Trata-se de uma questão

objetiva. Primeiro, garantir segurança hídrica. A segurança hídrica é a oferta da água através da transposição, das adutoras, das barragens, dos perímetros, também a revitalização da bacia para ter a continuidade desta oferta e essa relação de sustentabilidade. Depois, a relação das macro bacias. No futuro - e isso passa por uma decisão do país, do Estado brasileiro - integrar as bacias do Parnaíba com o São Francisco. E teríamos segurança hídrica em uma região do Brasil com 80 milhões de habitantes. Então, vejo isto como política de Estado e sociedade. Se o presidente se reeleger e, claro, vamos trabalhar para isso... Mas caso ele não se reeleja, quem vier, quem deixar de vir... Qualquer governante, com mínimo de amor ao país, tem que continuar este processo, porque não depende de bandeira política. Agora, temos hoje a sorte de ter na Presidência da República alguém que tem a sensibilidade de entender e apoiar essa ação. Eu tenho aproveitado muito isso.

No cenário do Rio Grande do Norte, com vê a relação da governadora Fátima Bezerra com o governo Jair Bolsonaro? Um estado que precisa de investimentos?

O Rio Grande do Norte passa por um momento singular. Temos três ministros que têm relação com o Estado, porque não somos apenas eu e Fábio Faria, o pai do ministro Ramos é de Timbaúba dos Batistas, da região do Seridó. Temos que aproveitar essa relação com o governo. Veja, independente da postura política partidária da governadora, este governo tem investido fortemente no Estado e vai continuar fazendo isso. O ministro Fábio [Faria] vai lançar um programa na área de conectividade. Estamos fazendo uma série de ações na área hídrica, de habitação, de mobilidade urbana. Recentemente, estive em Natal. Depois de quinze anos há investimento no metrô de superfície de Natal. São duas novas linhas da CBTU. Estamos trazendo composição de trens que vão permitir uma modernização e diminuição do tempo de 1h10 para 15min entre um trem e outro em um ano e meio. Garantimos recursos para engorda de Ponta Negra que é o principal cartão postal da cidade. Asseguramos recursos para todo o saneamento de Nossa Senhora da Conceição e do Planalto. Garantimos recursos para

terminar a obra do túnel da Mor Gouveia. Quer dizer, não está faltando recurso, vontade, disposição do governo federal para trabalhar com o governo do Rio Grande do Norte. com o Estado, independente do qual for o governante. Agora, na hora em que não tiver condições de trabalhar, vamos atuar diretamente. Isso é absolutamente natural. A população do Rio Grande do Norte não será prejudicada se houver dificuldade de relacionamento, que espero não acontecer.

O senhor tem tido visibilidade como ministro do Desenvolvimento Regional. Vai ser candidato ao governo em 2022?

Sou candidato a ser um bom ministro. Acho que este é o momento de nos preocuparmos com administração. No meu caso, com minha atividade como ministro, com ações objetivas que podem ajudar o Estado, o Nordeste, o Brasil. Temos eleição para prefeito agora. Tratar de eleição para governo é desserviço. Esse é o momento de nos dedicarmos ao Brasil e ao Estado. Estamos vivendo uma grave pandemia. Não é apenas no país, mas no mundo inteiro. Vai haver um novo normal. Precisamos nos reinventar e entender de que forma vamos conviver no pós pandemia. Haverá uma série de mudanças de hábitos, de cultura, de ações de trabalho. Acho que este momento é para todos estarmos buscando a melhor alternativa do Brasil sair mais forte ainda. Pensar em eleição para o governo não combina com essas necessidades mais urgentes do país e do Estado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Programa para corte de jornada e salários ganha mais dois meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou na sexta-feira (21), que o governo vai prorrogar, por mais dois meses, o programa que permite suspender contratos ou reduzir a jornada de trabalho e o salário de trabalhadores.

O programa foi anunciado em abril como medida para evitar um aumento ainda maior do desemprego, diante da pandemia do novo coronavírus, que provocou restrições no funcionamento ou mesmo o fechamento de parte do comércio e da indústria.

A medida provisória inicial, que foi sancionada no início de julho e transformada em lei, previa a suspensão dos contratos de trabalho por até dois meses e a redução da jornada e de salários em até 70% por até três meses.

Em 14 de julho, o governo publicou a primeira prorrogação do programa, elevando para até quatro meses o período em que as empresas poderiam reduzir jornada e salário dos funcionários, e também fazer a suspensão dos contratos.

Ontem, Guedes anunciou que as medidas serão

prorrogadas por mais dois meses. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse que a nova prorrogação não exigirá acréscimos no orçamento original da medida.

Durante a vigência dos acordos, a União entra com uma contrapartida para ajudar a complementar a renda dos trabalhadores até o limite do seguro-desemprego (R\$ 1.813). O gasto estimado com o pagamento dos benefícios é de R\$ 51,6 bilhões. Até agora, no entanto, foram desembolsados R\$ 20,7 bilhões, o que permitiu a nova prorrogação.

Até agora, o programa registra 16 milhões de acordos celebrados para suspensão de contratos ou a redução de salários e jornada de trabalho, com impacto para 9,6 milhões de trabalhadores.

"Nem todos os setores precisam da prorrogação do BEm (benefício) agora, apenas aqueles que continuam com problemas para retomar as atividades. Com isso, vamos prorrogar o BEm mantendo o mesmo orçamento original da medida", completou.

'[Conseguimos] preservar 16 milhões de empregos gastando pouco mais de R\$ 20 bilhões. O programa tem tanto sucesso que vamos estender por mais dois meses justamente para continuar preservando esses empregos enquanto a economia faz essa volta em V', declarou o ministro em entrevista coletiva para divulgar as estatísticas de empregos formais em julho.

Guedes também informou que o governo anunciará um pacote de novas medidas na terça-feira (25), como o relançamento do programa de carteira de trabalho Verde Amarela, lançada no ano passado por meio de uma medida provisória que perdeu a validade, e do programa Renda Brasil, que pretende expandir o Bolsa Família.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Pressão por novos gastos do governo reacende debate sobre teto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o prazo para o envio do Orçamento de 2021 ao Congresso se aproximando, no dia 31 deste mês, e em meio às demandas econômicas que surgiram por causa da pandemia, a disputa por recursos públicos se acentuou e ressuscitou o debate sobre o teto dos gastos, que já havia sido extenso em 2016. A emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação foi aprovada pelos parlamentares naquele ano, mas, agora, está ameaçada e provocando discussões entre economistas, ministros, políticos e o presidente Jair Bolsonaro, que tem flertado com medidas que ampliam as despesas e alavancam sua popularidade.

Na semana passada, um grupo de 96 economistas divulgou um documento para defender não só o teto, mas também a redução dos gastos públicos para que o limite imposto em 2016 não seja rompido. O manifesto apoia medidas defendidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e foi organizado por Pedro Jobim, sócio-fundador da gestora de recursos Legacy Capital e doutor em economia pela Universidade de Chicago, berço do liberalismo pelo qual também passou Guedes.

Jobim não quis falar com a reportagem, mas o documento defende a criação de gatilhos que, ao serem disparados em uma situação de emergência fiscal, impõem a contenção de despesas obrigatórias do Orçamento - algo já defendido pelo governo através da Proposta de Emenda à Constituição 186. Uma das medidas de contenção seria a redução de até 25% da jornada e da remuneração dos servidores durante um estado de emergência fiscal. 'Focar o debate no teto é um enorme erro. É preciso focar no gasto público, que é excessivo', diz Luiz Fernando Figueiredo, sócio da Mauá Capital e um dos economistas que assinou o documento.

Outra signatária, a economista Ana Carla Abrão afirma que este é o momento ideal para iniciar uma discussão sobre as escolhas do País. 'Do Orçamento, quanto vai para pagamento de servidor? Quanto vai para o Judiciário? Está na hora de a discussão ser uma ferramenta de transparência e diálogo com a sociedade. É mostrar para o povo o desastre das nossas escolhas.' Na avaliação dela, romper o teto criará uma situação descontrolada na área fiscal, prejudicando a capacidade de recuperação econômica do País.

Na sexta-feira (21), foi a vez de um grupo contrário ao teto se posicionar. Em artigo assinado por 381 economistas - a maioria ligada à academia -, eles defenderam a extinção da ferramenta e afirmaram que o 'aumento do endividamento público é um fenômeno global, não restrito ao Brasil'. O documento foi uma iniciativa da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia e teve como um de seus autores José Luis Oreiro, da Universidade de Brasília.

'(O fim do teto é) fundamental para manter o Estado funcionando e para o País ter condição de sair de uma depressão. O único país do mundo discutindo retorno de ajuste fiscal em 2021 é o Brasil', diz o economista. Ainda segundo ele, o argumento de que o limite para despesas públicas daria credibilidade e atrairia investimentos não se confirmou na prática. 'Isso nunca aconteceu.'

Investimento

Também na semana passada, o economista-chefe da consultoria LCA, Bráulio Borges, publicou um artigo em que afirma que o documento dos 96 economistas é omissivo ao não mencionar os problemas do teto. Borges diz que o teto de gastos não se sustenta até 2026. 'Para ser cumprido, ele fará o investimento público ir a zero mesmo se forem feitas reformas agressivas que reduzam a despesa obrigatória', diz ele, que destaca ainda não ser contra o limite de despesas, mas a favor de uma reformulação.

Borges defende a proposta dos economistas Fábio Giambiagi e Guilherme Tinoco, que também apontam insustentabilidade no teto. Apresentada há um ano, a proposta sugere a criação de um subteto para investimentos. A alteração, porém, só deveria ser feita em 2023.

'Até lá, teríamos seis anos de cumprimento do teto e a retomada da trajetória declinante da relação entre déficit público e PIB. Aí, acho que dá para rediscutir o assunto. Nas atuais circunstâncias, acho que seria suicídio', diz Giambiagi.

O economista afirma que a mudança precisa estar associada a um grande pacto político, como ocorreu em 2016. 'Não vejo um comprometimento entre Executivo e Legislativo que permita dar segurança de que, no processo de tramitação, não será aprovada alguma maluquice.'

O economista Nelson Marconi, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também está no grupo dos que defendem um controle de gastos, mas não conforme as regras atuais do teto. 'Desde que foi criado, estava claro que era inviável e agora isso ficou evidente com a dificuldade para investir. Entendo que os investimentos, por exemplo, têm de ficar fora desse teto.'

Até agora, diz ele, o governo permitiu o aumento de despesas, como a de pessoal, e só cortou investimentos. 'Não fez nada para evitar que o gasto

chegasse ao patamar atual e só ficou esperando bater no teto.'

O debate sobre a flexibilização do teto mostra que discussões mais profundas precisam ser feitas para resolver a escalada das despesas obrigatórias, que alcançam cerca de 90% do Orçamento, diz o economista Marcos Lisboa, presidente do Insuper. 'O teto é um sinal amarelo de que temos um problema. Esse problema é o gasto obrigatório, que inclui Previdência e despesa com pessoal, que não para de crescer', afirmou o economista.

O que é o teto dos gastos?

É uma regra que estabelece limite para gastos públicos. Imposta por emenda constitucional em 2016, no governo Temer, e com duração de 20 anos, ela limita despesas e investimentos públicos aos valores gastos no ano anterior corrigidos pela inflação.

Para que serve?

A regra foi criada após o País registrar dois anos consecutivos de déficit público (quando as despesas são superiores às receitas), em uma tentativa de segurar o crescimento da relação entre dívida pública e PIB. Ainda assim, o Brasil continuou tendo déficits nos anos seguintes. Para 2020, a previsão era que o déficit fosse de R\$ 124,1 bilhões. Com o crescimento das despesas por causa da pandemia e a queda na arrecadação com impostos, o déficit deverá ficar em R\$ 787,5 bilhões, segundo o Ministério da Economia. Esse aumento deverá fazer a dívida pública saltar dos 75,8% do PIB, registrados no fim de 2019, para 98% em 2020.

O que dizem os que defendem o teto?

Segundo eles, a ferramenta garante o equilíbrio das contas públicas e, portanto, mantém a taxa básica de juros, a Selic, em um patamar mais baixo. Isso porque, se a dívida aumenta, os investidores podem desconfiar da capacidade de pagamento do País e exigir maiores taxas de juros para emprestar. Essa taxa de juros mais baixa é responsável por atrair capital e incentivar

investimentos privados.

O que dizem os que são contra?

Eles afirmam que a ferramenta limita o investimento público, dificultando o crescimento econômico e prejudicando a oferta de serviços como saúde e educação. Como as despesas não podem crescer e o Estado tem uma obrigação com salários de servidores públicos e aposentadorias - que continuam crescendo, apesar da reforma previdenciária -, sobra cada vez menos para investimentos. Muitos defendem retirar os investimentos públicos da conta do teto, dado a importância deles para impulsionar a economia em momentos de crise. Outros dizem que seria necessário que o teto fosse reajustado acompanhando a inflação e, também, o crescimento populacional.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Só cinco Estados vão ter força para sair da crise econômica até 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apenas cinco Estados brasileiros devem encerrar o ano de 2021 com Produto Interno Bruto (PIB) acima do nível pré-pandemia (2019). São eles: Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Goiás - puxados, sobretudo, por commodities agrícolas e minerais. O restante precisará de um impulso maior para recuperar os estragos provocados pela covid-19 na sua economia, segundo levantamento feito pela Tendências Consultoria Integrada

A pandemia pegou os Estados brasileiros num movimento de lenta recuperação, especialmente por causa da grave crise fiscal enfrentada pela maioria, com despesas de pessoal elevadas e arrecadação fiscal ainda baixa. No começo deste ano, a expectativa era de que, apesar do crescimento previsto para 2020, apenas metade deles retomaria o nível pré-crise de 2013 e 2014.

A situação, que já era ruim, ficou pior com a pandemia. A recuperação deve continuar em ritmo lento, já que 2020 está praticamente perdido. "A atividade econômica do ano que vem dependerá de uma série de condicionantes, como a própria evolução da pandemia e

o reflexo de questões políticas na agenda econômica, com destaque para a questão fiscal", diz o economista da Tendências Lucas Assis.

Nesse cenário, os poucos que vão se sobressair têm motivos de sobra para comemorar. Mato Grosso do Sul deve ser o Estado mais resiliente no biênio 2020-2021 e deverá exceder em 2,7% o PIB de 2019. O desempenho será reflexo do avanço da produção agropecuária e da produção industrial. "Com localização privilegiada, próxima de São Paulo, a indústria de celulose do Estado deve ser favorecida pela expectativa de ampliação da demanda asiática por papel tissue, pela tendência estrutural de substituição do plástico por produtos de papel e pelo câmbio brasileiro desvalorizado", explica Assis.

Segundo ele, Mato Grosso e Goiás também serão beneficiados pela estrutura produtiva da região, pouco sensível à dinâmica nacional. O que deve puxar para baixo o resultado do Centro-Oeste é o desempenho do Distrito Federal, muito dependente dos serviços públicos. De acordo com o relatório, a capital federal (e adjacências) pode ser prejudicada pelo fato de a população local ser, notadamente, formada por migrantes de todas as regiões brasileiras. Com a transformação digital do trabalho, promovida pela pandemia, muitos puderam retornar aos seus Estados de origem.

No Pará, outro Estado que deve superar o PIB de 2019, o desempenho será influenciado sobretudo pela normalização da produção de alumínio e pela expansão da produção de minério de ferro no Sistema Norte da Vale, composto pelas minas de Carajás e S11D. O quinto Estado a recuperar as perdas deste ano será o Rio de Janeiro, com o avanço esperado da produção de petróleo e gás natural. A atividade será impulsionada pelo crescimento das operação das plataformas inauguradas na Bacia de Campos, em 2019, e pela previsão de entrada em operação da nova unidade P-70.

Auxílio

Segundo Assis, apesar da perspectiva de expansão da atividade econômica no ano que vem, o País continuará 4,2% abaixo do PIB registrado em 2019. Neste ano, a previsão da consultoria é de uma queda de 7,3% e, em 2021, um avanço de 3,4%. Mas esses números podem ter alguma alteração dependendo da prorrogação do auxílio emergencial e do valor a ser pago, diz ele.

Esse efeito poderá aliviar um pouco a situação crítica do Nordeste, por exemplo, cujo PIB continuará 5% abaixo do verificado em 2019. O economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa diz que tem sido claro que os locais com maior repasse tem tido consumo maior. E isso está ocorrendo no Nordeste.

Para Assis, no entanto, as condições do mercado de trabalho nordestino são bastante frágeis, com elevada informalidade, alta proporção de domicílios em extrema pobreza e grande participação de empresas de pequeno porte. "Além disso, a região é extremamente dependente das transferências federais, que podem diminuir com a arrecadação menor", afirmou o economista.

No Sudeste, apesar do bom desempenho do Rio de Janeiro, os demais Estados terão dificuldade para retomar o nível de 2019. Com alta participação de setores sensíveis à dinâmica econômica, São Paulo deve ser afetado pelos choques negativos na demanda e oferta em segmentos como o de veículos automotores.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Segundo Ministério da Economia, RN fecha julho com saldo positivo de 1 mil vagas com carteira assinada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Ney Douglas /Agora RN

Apesar de ainda sentir na economia os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o Rio Grande do Norte abriu em julho mais de 1 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados divulgados nesta sexta-feira 21 pelo Ministério da Economia.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), é a segunda vez neste ano que o Estado termina um mês com saldo positivo na geração de empregos. O primeiro foi junho, quando foram criadas 1.746 vagas no mercado formal.

No mês passado, segundo o Caged, foram 9.701 contratações e 8.540 demissões. Com isso, o RN teve um saldo positivo de 1.161 vagas de emprego.

O resultado do Rio Grande do Norte seguiu a tendência

da região Nordeste e do País. Em todo o Brasil, aponta o Caged, foram abertos no mês passado 131.010 postos de trabalho com carteira assinada. Foi a primeira vez no ano que o País registrou um resultado positivo decorrente da diferença entre contratações e demissões. O resultado surpreendeu, já que o mercado esperava um saldo positivo de aproximadamente 25 mil vagas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o primeiro resultado positivo no mercado de trabalho formal desde o início da pandemia de Covid-19.

'A criação de vagas de empregos em julho é notícia extraordinária e mostra que retomamos o ritmo de criação de empregos. O resultado do Caged confirma a nossa hipótese de trabalho de que Brasil iria cair menos do que era previsto pelo mercado. As revisões das projeções estão confirmando que PIB brasileiro deve cair cerca de 4% neste ano', afirmou.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, ainda segundo informações do Ministério da Economia, as demissões superaram as contratações em 1,092 milhão de empregos formais.

No Nordeste, foi registrado um saldo positivo de 22,6 mil vagas, decorrente de 134,7 mil contratações e 112 mil demissões. Apenas um estado registrou saldo negativo: Sergipe, que fechou 804 vagas no mercado formal.

Voltando ao Rio Grande do Norte, o resultado positivo foi puxado principalmente pelo setor da agricultura, pecuária e pesca. Segundo o Caged, foram 1.168 vagas abertas no segmento, resultado melhor que os da construção (+ 518), comércio (+ 59) e serviços (+ 40). A indústria teve saldo negativo, de - 624 vagas.

Mesmo com os resultados de junho e julho, o Estado ainda segue com saldo negativo no acumulado do ano. Somando todos os sete meses do ano, o RN fechou

15.057 empregos com carteira assinada, resultantes de 82.239 demissões e 67.182 contratações.

Emprego no RN - 2020

Janeiro: - 1.734 Fevereiro: - 2.639 Março: - 1.874 Abril: - 8.303 Maio: - 3.027 Junho: + 1.746 Julho: + 1.161

Saldo no ano: - 14.670 Saldo no ano com ajuste: - 15.057

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Opinião: Governo Federal não tem condições de suspender auxílio emergencial imediatamente



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

Via Folha

Todos os estados brasileiros mais o Distrito Federal registraram aumento no número de domicílios que pediram auxílio emergencial ao governo em julho por causa da pandemia, de acordo com Maria Lúcia Vieira, coordenadora da pesquisa Pnad Covid-19 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo especialistas ouvidos pela Folha, esse dado mostra que o programa continua beneficiando a população mais pobre, a mais afetada pela crise causada pela pandemia, e que sua interrupção ou diminuição traria impacto especialmente aos mais vulneráveis. Os economistas ainda apontam que o benefício vem ajudando a aquecer a economia e incentivando o consumo, mesmo em um momento ainda delicado, com piora constante no mercado de trabalho.

QUEDA NA RENDA - O desemprego chegou a 13,1%

em julho. Para Daniel Duque, pesquisador do FGV-Ibre, não seria possível impedir uma queda grande na renda dos mais pobres com eventuais mudanças no benefício. Segundo ele, o terço mais pobre da população seria especialmente afetado. 'Estamos longe da situação pré-pandemia e, mesmo se saísse uma vacina [para a Covid-19] amanhã, não teríamos essa recuperação', analisou o pesquisador. Ele definiu o auxílio como 'um programa relevante' para a população mais pobre e um sustentáculo, ainda que provisório, para a recuperação do comércio.

Segundo o IBGE, em todo o país, o valor médio do benefício chegou a R\$ 896 por domicílio. Em alguns locais, a proporção de domicílios beneficiados pelo auxílio emergencial supera a marca dos 60%. Isso acontece no Amapá (68,8%), Maranhão (65,8%), Pará (64,5%), Alagoas (62,8%), Amazonas (62,8%) e Piauí (61,7%).

Já em outros, é menos da metade desses estados, como em Santa Catarina (24,5%) e Rio Grande do Sul (29,6%). Na última terça (18), a Folha mostrou que o governo estuda usar uma MP (Medida Provisória) para prorrogar o auxílio emergencial com valor abaixo dos atuais R\$ 600.

PARCELAS - O ministro Paulo Guedes (Economia) sempre defendeu um valor de R\$ 200 porque essa é a média aproximada do pagamento do Bolsa Família, mas auxiliares do governo contam com parcelas de R\$ 300 e a possibilidade dos pagamentos até dezembro. Já nesta quarta-feira, dia 19, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) indicou que o governo deve ampliar o auxílio emergencial até o final do ano em pagamentos inferiores aos atuais R\$ 600, mas adiantou que considera baixo o valor de R\$ 200 mensais.

Diante do cenário de incerteza, o professor da UFRJ João Luiz Maurity Saboia acredita que o Brasil atualmente não tem como realizar um corte abrupto no

benefício. 'O governo não tem a menor condição de acabar com esse auxílio de uma vez. E é importante que o benefício não seja eliminado rapidamente, que continue por alguns meses', apontou o professor.

TAXA DE DESEMPREGO - Para Ricardo Macedo, professor do Ibmec, a situação vem obrigando as pessoas a procurarem emprego novamente, pressionando a taxa de desemprego - a Pnad Covid-19 apontou alta de 2,1 milhões de pessoas na fila por trabalho, entre maio e junho, em meio à pandemia.

'É possível que lá na frente com relaxamento cada vez maior a gente verifique maior pressão sobre a taxa de desemprego', analisou Macedo. Em julho, segundo dados da Pnad Covid, a taxa de desocupação subiu de 12,4% para 13,1%, atingindo 12,3 milhões de pessoas, o que representa um acréscimo de 438 mil pessoas a mais desempregadas desde junho. Em maio, eram 10,1 milhões procurando trabalho. 'O cenário é muito ruim e se não tiver prorrogação do auxílio piora', emendou o professor do Ibmec.

Ele chamou a atenção para o dado de 44% dos domicílios do país utilizando o benefício em meio à pandemia, número que vem crescendo a cada mês. 'Isso é espantoso, indica que a disseminação do auxílio é fantástica no país e mostra a importância para as pessoas sem renda ou com queda muito grande na renda', analisou Maurity Saboia.

'MEIO-TERMO' - O presidente Jair Bolsonaro defende um 'meio-termo' para o benefício e uma redução gradual dos valores, uma medida que técnicos chamam de 'desmame' do programa. Eles ressaltam, no entanto, que ainda não há definição sobre o valor. Para Otto Nogami, economista do Insper, o auxílio está sendo importante em um processo de sinalização de retomada econômica do Brasil, porque muita gente não precisaria do auxílio, mas está recebendo e gastando em supérfluos, reformando a casa e trocando imobiliária, entre outros fatores.

'Com uma eventual redução do auxílio emergencial e mesmo a parada do oferecimento do benefício, aí sim

sentiríamos o que efetivamente está acontecendo na economia', apontou Nogami. Ele também alertou que o prolongamento do benefício por muito tempo pode afetar o mercado de trabalho de maneira negativa, incentivando as pessoas a desistirem de procurar emprego para viver da renda do benefício.

'Tem que tomar cuidado com esse tipo de programa, não é só conceder o benefício e sim ter medidas de política econômica capazes de incrementar o potencial de renda em todas as regiões do país', definiu. A lei que rege o auxílio emergencial define que o benefício pode ser prorrogado atualmente por ato do Executivo sem a necessidade de validação do Congresso, desde que seja mantido o valor de R\$ 600 (já que esse é o valor previsto no texto).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro repete que governo não consegue manter auxílio de R\$ 600



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apesar do comércio já ter voltado a funcionar em praticamente todo o País, o presidente Jair Bolsonaro publicou um vídeo na manhã deste domingo defendendo novamente a reabertura dos estabelecimentos. Ele voltou a dizer que o governo não tem como manter o auxílio emergencial de R\$ 600 por mês.

"Em março deste ano eu disse que tínhamos dois problemas graves pela frente - o vírus e o desemprego - e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade", afirmou o presidente. "Cinco meses depois do meu pronunciamento, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, afirma que saúde e economia são inseparáveis", completou, citando discurso de Adhanom feito na última sexta-feira (21).

Bolsonaro voltou a atacar autoridades que, segundo ele, "destruíram empregos nos últimos cinco meses". Governadores e prefeitos de todo o País determinaram o fechamento de parte do comércio desde meados de março para aumentar os níveis de distanciamento social e reduzirem a pressão da pandemia de covid-19 sobre

os sistemas de Saúde. Com a estabilização da curva de infectados pelo novo coronavírus, essas normas já começaram a ser flexibilizadas em todos os Estados.

O presidente citou as medidas tomadas pelo governo federal durante a pandemia no crédito e a possibilidade de suspensão de contratos e redução de salários e jornadas, com complemento dos rendimentos dos trabalhadores por parte da União - que preservou cerca de 10 milhões de contratos de trabalho. Bolsonaro lembrou ainda os cinco pagamentos mensais de R\$ 600 do auxílio emergencial voltado aos trabalhadores informais, desempregados e beneficiários de programas sociais.

"Esse valor pode não ser muito para quem o recebe, mas é muito para o Brasil, que gasta por mês R\$ 50 bilhões. O momento é de abrir o comércio com responsabilidade, voltar à normalidade e resgatar os empregos", concluiu.

Com a flexibilização das medidas de restrição ao funcionamento de diversas atividades, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou a criação de 131.010 vagas com carteira assinada em julho, após quatro meses de resultados negativos no mercado de trabalho formal. De janeiro a julho deste ano, a perda de empregos ainda é de 1,092 milhão de vagas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil cria 131 mil postos formais de trabalho em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Essa foi a primeira vez em cinco meses que houve criação de empregos

Marcello Casal Jr

Depois de vários meses extinguindo postos de trabalho por causa da pandemia do novo coronavírus, o país voltou a criar empregos formais em julho. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 131.010 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Essa foi a primeira vez desde fevereiro em que o emprego formal cresceu. No acumulado do ano, no entanto, o mercado de trabalho continua sentindo o impacto da pandemia. De janeiro a julho, foram fechadas 1.092.578 vagas, o pior resultado para os sete primeiros meses do ano desde o início da série histórica, em 2010.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pela indústria, com a abertura de 53.590 postos. O indicador inclui a indústria de transformação, de extração e de outros tipos.

Com 41.986 novos postos, a construção vem em segundo lugar, seguida pelo grupo comércio, reparação de serviços automotores e de motocicletas, com 28.383 novas vagas. Em quarto lugar, vem o grupo que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 23.027 postos.

O único setor a registrar fechamento de postos de trabalho foi o de serviços, com a extinção de 15.948 postos.

Destaques

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 53.068 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 888 vagas.

Os serviços tiveram desempenhos opostos conforme o ramo de atividade. O segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas criou 22.208 postos. O setor de saúde humana e serviços sociais abriu 13.649 vagas.

Em contrapartida, o setor de alojamento e alimentação continua a sentir os efeitos do isolamento social e fechou 24.949 vagas. O segmento de educação demitiu 19.010 trabalhadores a mais do que contratou.

Desde abril, as estatísticas do Caged não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Regiões

Todas as regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 34.157 postos a mais, seguido pelo Nordeste com 22.664 postos criados e pelo Sul com mais 20.128 postos. O Centro-Oeste abriu 14.084 postos de trabalho e o Norte criou 13.297 postos formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 24 unidades criaram e três extinguiram empregos com carteira assinada. As maiores variações positivas ocorreram em São Paulo, com a abertura de 22.967 postos; Minas Gerais, 15.843 postos, e Santa Catarina, 10.044 postos. Os três estados que fecharam postos de trabalho foram Rio de Janeiro, -6.658 postos; Sergipe, -808 postos, e Amapá, -142 postos.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Loterias Esportivas podem virar serviço do mercado privado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O presidente Jair Bolsonaro publicou no Diário Oficial da União, um decreto de concordância com a qualificação das loterias esportivas no PPI, o Programa de Parcerias e Investimentos e com a inclusão dela também no Plano Nacional de Desestatização.

A deliberação inicial para isto ocorrer começou no último mês de junho e a meta é que as loterias esportivas deixem de ser um serviço público exclusivo da união e passe a ser explorada pela iniciativa privada.

A qualificação das 'Apostas de Quota Fixa' no PPI e sua inclusão no Plano Nacional de Desestatização visam a exploração do serviço pelo mercado privado, sob regulação e fiscalização do Ministério da Economia, trazendo retornos ao Estado e propiciando a geração de emprego e renda no Brasil.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Baseadas em ativos da floresta, startups da Amazônia impulsionam a bioeconomia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O universo de startups que está nascendo na Amazônia com foco em atividades sustentáveis pode ser exemplo para fomentar a bioeconomia que governos, grupos empresariais, investidores e ambientalistas buscam para desenvolver a região e gerar renda para a população sem derrubar ou queimar a floresta. Baseados em produtos e projetos locais, que vão de açaí a cosméticos, pequenos negócios inovadores começam a transformar o cenário regional (veja mais nesta página).

A economia verde, ou de baixo carbono, deve ajudar a Região Amazônica - que representa cerca de 60% do território brasileiro - a dar um salto em sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), hoje de apenas 8%, segundo avaliação de especialistas no tema.

O caminho trilhado por um número crescente de startups amazônicas para essa nova economia envolve comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e agricultores familiares. A lógica está em aplicar ciência e tecnologia a dezenas de ativos da região, desde o início

da cadeia de produção, para aumentar o valor dos produtos e beneficiar as populações locais.

Fabricante de cosméticos com óleos extraídos de plantas da região, a startup Biozer se prepara para exportar seus produtos aos EUA, Emirados Árabes e Europa. Já o Café Agroflorestal de Apuí usa grãos de plantações em áreas sombreadas pela floresta e será enviado para a Alemanha. Os chocolates da De Mendes são feitos com cacau nativo colhido por ribeirinhos e índios e chegam a consumidores de vários Estados e também do exterior.

'Não tem como manter a floresta de pé sem gerar renda para a população local', afirma Mariano Cenamo, engenheiro florestal e diretor de Novos Negócios do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), que promove programas de aceleração de negócios de impacto.

Potencial

Dono da maior biodiversidade vegetal do mundo, o Brasil possui cerca de 50 mil espécies de plantas, das quais pelo menos 20 mil endêmicas - que ocorrem somente no País. Embora todos os biomas nacionais tenham capacidade de desenvolver uma economia baseada na biodiversidade, é a região da Amazônia que oferece as condições para investimentos imediatos.

Estudo feito pelo WRI Brasil, lançado na semana passada, com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE, mostra que 74% das atividades extrativistas não exaustivas (com sementes, folhas, frutos, óleos, sem levar à derrubada da árvore) estão na Amazônia.

Idealizador do projeto Amazônia 4.0, o pesquisador Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da USP, diz que o conceito de bioeconomia visa a promover sistemas de produção baseados no uso e na conservação dos recursos biológicos da floresta em pé.

Segundo ele, atividades extrativistas realizadas na região, apesar da pequena escala, já são mais lucrativas do que desmatar. O valor anual da produção de carne e soja, por exemplo é de R\$ 604 por hectare; no caso do açaí, cacau e castanha, chega a R\$ 12,3 mil.

Especialista do WRI no tema, o economista e biólogo Rafael Feltran-Barbieri vai na mesma linha e calcula que o extrativismo não exaustivo é particularmente rentável para os pequenos proprietários. 'Para as pequenas propriedades, os produtos nativos cultivados trazem renda média de R\$ 3.100 por hectare ao ano. Quem faz rotação de soja e milho, tira cerca de R\$ 1.762/ha/ano. Já a pecuária de corte, rende apenas R\$ 1.250/ha/ano', afirma.

'Mas a exploração de produtos in natura é só a ponta do iceberg para a bioeconomia. Há uma grande diversidade de substâncias que podem ser produzidas em escala', diz.

Para Carlos Nobre, para isso vingar como uma alternativa econômica é preciso investir em uma bioindustrialização local, que possa beneficiar os produtos, gerando mais renda e empregos.

Para o economista José Roberto Mendonça de Barros, há aí uma enorme oportunidade. 'Com pesquisa, que foi justamente o que transformou o agronegócio brasileiro, é sim possível desenvolver esses projetos e ganhar escala', afirma. O caminho, segundo ele, passa pela transformação de matérias-primas em novos materiais e pelo pagamento por serviços ambientais, como dar a proprietários de terra uma renda para preservar uma nascente.

Mendonça de Barros ressalta que a pandemia acentuou a tendência de que a sustentabilidade é indispensável. 'Ganha força a ideia de que é possível transformar partes do sistema de produção em direção à sustentabilidade. E isso vai entrar na experiência das grandes empresas.'

'Queremos ter itens premium'

Cosméticos 100% naturais produzidos em Manaus (AM) começam a ser exportados para EUA, Dubai e Europa ainda este ano. Os embarques só não ocorreram ainda porque a pandemia atrapalhou os planos da startup Biozer, que usa óleos extraídos de árvores e plantas da Amazônia na produção de óleos fitoterápicos, cremes e, em breve, gel, espuma para limpeza facial e suplemento alimentar de frutas da região - todos com a marca Simbioze Amazônica, criada pela empresa.

Após passar por um processo de aceleração, a startup foi criada há três anos por Danniell Pinheiro, de 26 anos, formado em biotecnologia, em parceria com o administrador gaúcho Domingos Amaral, de 53 anos, que buscava um projeto para investir. 'Queremos levar produtos premium para o Brasil e o mundo com o mesmo óleo que o caboclo e o índio usam há centenas de anos, sem nenhum aditivo', diz Amaral. São produtos com andiroba, breu branco, castanha, copaíba, patauá, pracaxi, priprioica, argila branca, cupuaçu, açaí, guaraná e tucumã.

Os extrativistas que fornecem os produtos passam por capacitação para garantir o padrão do óleo para a produção. 'O preço é o mesmo que pagaríamos se o óleo viesse de São Paulo, ou seja, agregamos valor na extração, pois não há atravessadores', diz Amaral.

Hoje, a Biozer funciona no Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial. Pinheiro informa ter planos para uma fábrica maior, que deve multiplicar por dez a capacidade atual, de 4 mil unidades diárias. O projeto está orçado em R\$ 8 milhões e já há fundos interessados no negócio.

'Mantemos uma relação justa'

Formado em química e com cinco especializações e dois mestrados, César de Mendes desistiu da vida de professor, pesquisador e consultor e foi se dedicar ao cacau e ao chocolate. Acabou se tornando especialista no tema e se deu conta de que, na época, não havia nenhuma fábrica de chocolates de cacau nativo no Pará.

Após uma experiência de produção de chocolates em Belém, na empresa que batizou de Amazonas Cacau, mudou-se em 2012 para Colônia Chicano, comunidade de Santa Bárbara onde vivem 500 pessoas. Lá, instalou sua fábrica e, dois anos depois, mudou a razão social para De Mendes e passou por processo de incubação e tornou-se uma startup.

Fez parcerias com vários povos tradicionais da floresta - quilombolas, ribeirinhos e indígenas -, aos quais ensinou a fermentar a polpa com sementes, secar e macerar para obter o pó usado para fazer chocolate. 'Mantemos uma relação justa de preço e pago em torno de quatro vezes mais que o mercado', conta o chocolatier. Com isso, os povos locais conseguem obter renda sem precisar destruir a floresta. 'Quem preserva a Amazônia são os povos originários, que conseguem manejar a floresta sem derrubar usam de forma sensata, sábia e equilibrada', diz o produtor, que teve seu chocolate premiado em festivais de Paris.

Hoje, a De Mendes recebe cacau de 3,5 mil colhedores da região. A empresa produz nove tipos de chocolate que são vendidos pela internet. Aos 57 anos, Mendes busca parceria e financiamento para ampliar a capacidade de produção, hoje de 600 quilos por mês.

'Melhorou muita coisa na produção'

Nascido em família de mineiros que cultivava café, Ronaldo Carlos de Moraes migrou há 12 anos para Apuí, cidade com alto índice de desmatamento na Amazônia. Lá, também plantou o grão no modelo convencional, a pleno sol, mas a produtividade era baixa.

A situação mudou quando adotou o sistema sombreado, com café conilon, mais rústico que o arábica. Para esse cultivo, ele teve de plantar árvores como as de copaíba e açaí que, além da sombra para o café, geram renda extra com extração de óleo e venda de frutos. 'Após a mudança, melhorou tanta coisa que nem sei por onde começar', diz Moraes, de 41 anos. Ele relata alta de até 40% na renda e melhora na saúde após parar de usar

agrotóxico.

Moraes é um dos 45 produtores de Apuí que participam de projeto do Instituto de Conservação e Desenvolvimento da Amazônia (Idesam), que introduziu o cultivo de café sombreado na região. Por se tratar de área degradada, foi adotado o sistema agroflorestal, que combina plantio de floresta com agricultura, ajudando a recuperar a parte desmatada.

Hoje, a área tem mais de 40 hectares de café agroflorestal, com certificação orgânica e à venda em vários Estados e prestes a ser exportado com o nome de Café Agroflorestal de Apuí. 'Antes a produção era de seis a sete sacas por hectare; após a introdução de técnicas de agricultura sustentável, a média é de 15 sacas', diz Pedro Soares, do Idesam. Em 2019 os produtores criaram a startup Amazônia Agroflorestal para captar investimentos e ampliar o negócio. A primeira chamada de captação ocorrerá no fim do ano ou início de 2021.

'Potencial do produto da Amazônia'

Joanna Martins sempre esteve envolvida com os sabores amazônicos em especial com a culinária paraense, pois passou boa parte da vida vendo a avó, e depois os pais, divulgar pratos típicos da região em um pequeno restaurante da família inaugurado em 1972 em Belém (PA), o Lá em Casa.

Seu pai, Paulo Martins, foi o criador, em 2000, do Festival 'Ver o Peso da Cozinha Paraense', que foi realizado anualmente até 2019. 'Com o evento, cresceu a procura por ingredientes da cozinha local por chefs de várias partes do Brasil', conta Joanna.

Após se formar em Publicidade em São Paulo, ela retornou a Belém e passou a 'enxergar potencial no produto amazônico'. Abriu uma loja virtual com produtos da região que não se sustentou. Em 2014, com o sócio Paulo Reis, criou a Manioca.

Hoje, a startup tem linha de produtos naturais (tucupi, farinhas e feijão manteiguinha), geleias de pimenta de

cheiro, priprioica e taperebá, e de temperos (molho de tucupi preto e tucupi temperado), além de doce de cupuaçu, licor de flor de jambu e granola de tapioca, castanha-do-pará, cumaru e cupuaçu. Em breve vai lançar uma linha de temperos secos e, em 2021, uma de snacks de produtos como mandioca e castanhas, sem aditivos.

A startup se abastece de 45 famílias de pequenos agricultores e fornece produtos para grandes restaurantes de comida brasileira de São Paulo e do Rio, e tem entre seus clientes o chef Alex Atala. Seus produtos estão em redes como Pão de Açúcar e San Marché. Para um cliente nos EUA envia 30 quilos de tucupi a cada três meses. Tem oito funcionários e faturou R\$ 900 mil no ano passado. A Manioca captou R\$ 250 mil em recursos de investimentos de impacto em 2019 e neste ano.

'Geração de renda produz autoestima'

Criada em 2012 por Amanda Santana, de 38 anos, a Tucum vende artesanatos de 30 povos indígenas do Brasil. Em 2019, a startup passou por processo de aceleração e captou R\$ 360 mil, recurso que está sendo usado na mudança do negócio para uma plataforma de marketplace. Hoje, boa parte dos produtos são trazidos por seu parceiro, Fernando Niemeyer, cientista social e antropólogo, que atua como indigenista desde 2004, e por ela, em viagens que faz às regiões da Amazônia. Com o marketplace, as vendas serão feitas diretamente pelos artesãos.

Em 2019 a Tucum - nome de uma palmeira cujas folhas são usadas em artesanatos - vendeu R\$ 330 mil em cestarias, adornos, cerâmicas, redes, instrumentos musicais e telas. Desse valor, 40% voltaram para os artesãos em pagamento pelos produtos.

Além de vender os artesanatos, a Tucum presta consultoria às comunidades indígenas em gestão comercial, melhoria de produtos e precificação. 'A geração de renda com seus próprios produtos gera autoestima e autonomia desses povos e mostra ao consumidor que é possível viver da floresta mantendo

ela em pé', diz Amanda.

A ideia com o marketplace é promover a autonomia dos cerca de 3 mil artesãos que são seus fornecedores. Lideranças dos grupos vão receber aulas sobre como prover esse tipo de venda e terão ajuda de associações locais com infraestrutura, computadores e internet.

'Criamos feiras digitais'

Democratizar o acesso e fornecimento de produtos naturais regionais é a proposta da startup Onisafra, idealizada por Macauly Souza de Abreu, de 25 anos, morador de Manaus (AM). Ele se juntou a três sócios - entre eles, Daniel Bandeira - e, no ano passado, a plataforma foi inaugurada. Ela atua com rastreabilidade, comercialização e distribuição de alimentos produzidos por agricultores da região.

'Nós criamos feiras digitais online', diz Abreu. Como os agricultores só vão ao centro para a feira uma vez por semana, os consumidores fazem a encomenda online, repassada pela startup aos produtores. 'A vantagem é que eles já vêm com uma garantia mínima de produtos vendidos e podem colher e trazer só o que foi encomendado, sem risco de desperdício', afirma.

Os produtos são entregues na casa do consumidor pela equipe da Onisafra, que tem 10 pessoas. Neste ano, a startup transacionou cerca de R\$ 100 mil para as dez famílias de pequenos agricultores que fazem parte da plataforma de produtos como açaí tucumã, goma de tapioca e hortifrúteis. A startup recebe 15% sobre a venda.

Para o mercado de São Paulo, a Onisafra criou o Clube Amazônia, em que o interessado faz uma assinatura e todo mês recebe uma 'caixa surpresa' com produtos regionais. 'Teremos uma página específica para os pedidos, em parceria com a empresa Amazônia Hub, que deve entrar no ar até outubro', diz Bandeira.

'Bioeconomia precisa se industrializar'

Referência em estudos sobre o aquecimento global no

Brasil, o cientista Carlos Nobre, hoje ligado ao Instituto de Estudos Avançados da USP, de uns anos para cá começou a iniciar suas apresentações afirmando que na maior parte de sua carreira ele 'foi portador de más notícias sobre a Amazônia'. É dele o primeiro estudo que mostrou os riscos de a floresta tropical passar por um processo de savanização em decorrência do aquecimento global e do desmatamento.

'Já fiz muitos alertas, mas não estava resolvendo. Comecei, então, a procurar soluções', diz. Nobre é o idealizador de um projeto chamado Amazônia 4.0, em que ele lança mão de conceitos da chamada Quarta Revolução Industrial para propor saídas para desenvolver economicamente a região e, ao mesmo tempo, proteger a floresta.

Para ele, a bioeconomia, quando se refere à Amazônia, é um conceito que prevê a promoção de sistemas de produção baseados no uso e na conservação de recursos biológicos da floresta em pé. Em entrevista ao Estadão, ele explica como a industrialização pode ajudar nisso. Leia a seguir:

Sua ideia de bioeconomia na Amazônia não é só explorar os recursos naturais, mas levar a industrialização para lá?

A indústria 4.0 no mundo moderno tem, logicamente, um caminho que é o da bioindústria fazendo um produto que chega ao consumidor. Mas esse não é o maior mercado possível, mas sim o chamado 'business to business', em que os produtos de uma indústria fluem para outra empresa normalmente maior, mais próxima dos centros consumidores ou centros exportadores, que faz o produto final. Esse potencial tem de ser desenvolvido, porque ele é bem grande.

Como isso pode ser feito?

Estamos desenvolvendo um conceito de Laboratórios Criativos da Amazônia para capacitar população, universidades, estudantes universitários, para criar novas biofábricas. Um dos que desenhamos agora, e estou atrás de recursos para construir, é para

desenvolver óleos comestíveis de alta qualidade com produtos da floresta. Lógico que se pode fazer um óleo, colocar uma marca e vender no mercado, mas o maior potencial desse tipo de industrialização é processar o produto da floresta, fazer o óleo e depois ele entrar na cadeia de produção de uma empresa grande, que vai usar aquele óleo em seus produtos. É a bioindustrialização.

Por essa proposta, a bioeconomia não se atém apenas a incentivos ao extrativismo, então?

A ideia é que não seja só para comunidades pequenas, não, mas um modelo para a Amazônia: para as comunidades, para as cidades e também para as cidades grandes. E que seja descentralizado. Tem coisas produzidas em comunidades, em pequenas cidades, mas também em cidades como Manaus e Belém, em várias escalas diferentes. A Tatiana Schor, secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, está liderando um esforço para criar o que está sendo chamado Zona Franca Verde, que vai exatamente nessa linha. É uma industrialização dos recursos da floresta em pé. Usamos essa definição de bioeconomia exatamente para contrapor a uma ideia mais antiga que tem como foco a expansão da área cultivável da agricultura.

Desde que começou a defender o projeto de bioeconomia na Amazônia, o sr. cita como exemplo o que ocorreu com o açaí. Qual é o pulo do gato?

O açaí hoje já traz mais de US\$ 1 bilhão por ano para a economia da Amazônia. São produzidas mais de 250 mil toneladas de polpa de açaí, beneficiando mais de 300 mil pessoas, principalmente no Pará. Já é um fator econômico do tamanho da exploração da madeira, sendo que 80% da madeira é ilegal hoje. O açaí é legal. E beneficia muito mais gente. A madeira, que é em boa parte roubada, beneficia talvez 10 mil, 15 mil madeireiros, quase todos ilegais. Mas a industrialização do açaí na Amazônia é mínima. Hoje se pega o fruto, tira a polpa, liofiliza e exporta. E isso já melhorou muito a vida das pessoas. A ideia é começar a desenvolver uma indústria de processamento do açaí e fazer

produtos que atendam a outras indústrias. Isso gera empregos industriais e uma economia mais local muito mais vibrante. Sem empregos industriais, a economia extrativista acaba ficando mais limitada e gera menos bem-estar social.

CNI vê biodiversidade como nova 'revolução industrial'

Na busca por retomar o crescimento da economia e fazer isso de um modo a atender às preocupações com o meio ambiente, um caminho defendido por cientistas e ambientalistas, e também visto com bons olhos pela indústria e pelo governo, é investir na bioeconomia. O conceito é amplo e depende de quem está defendendo - mas, em geral, vai de estratégias focadas em aprimorar o extrativismo na Amazônia (mais informações nesta página) a planos para aumentar o potencial de usos de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar.

Na sexta-feira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o estudo Bioeconomia e a Indústria Brasileira, em que defendeu que a 'biodiversidade pode subsidiar a Quarta Revolução Industrial' no País.

O trabalho defende o desenvolvimento de uma nova indústria que 'se apropria de soluções desenvolvidas pela natureza para a produção de combustíveis, commodities químicas e moléculas de alto valor agregado'. E aponta que isso poderia ajudar o Brasil a reduzir a dependência externa de insumos e ainda aumentar a conservação da biodiversidade.

'A biodiversidade pode subsidiar a Quarta Revolução Industrial, ao fornecer materiais a serem transformados em fonte de riqueza. Se conseguir se apropriar de forma sustentável dessa biodiversidade, o Brasil pode se reinventar como superpotência tropical da biodiversidade, o que, forçosamente, se dará a partir da conexão entre conhecimento e empreendedorismo, como bases para a inovação', aponta o documento.

'A Quarta Revolução Industrial pode vir a ser uma Revolução da Biodiversidade, na qual o Brasil se fortaleça, valorize e usufrua de sua rica biodiversidade, centrada no desenvolvimento, na capacidade de criação

e no empreendedorismo', completa.

Velha economia. Apesar de apontar as possibilidades da biodiversidade, o estudo trabalha com um conceito um pouco mais elástico de geração de renda a partir de recursos biológicos, explica Davi Bomtempo, gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI. Assim, cadeias já consolidadas, como o setor sucroalcooleiro e de papel e celulose, são os destaques.

Segundo a publicação, da cana-de-açúcar o Brasil tira sete produtos (açúcar, etanol, rum, cachaça, pellets, eletricidade e biogás), mas poderia tirar outros 11: bioplásticos, corantes, ácidos orgânicos, aminoácidos, lubrificantes, fármacos, enzimas, fragrâncias, cosméticos, detergentes e solventes.

O mesmo poderia ocorrer com o setor de base florestal, composto principalmente por plantações de eucalipto e pinus. 'Atualmente, o setor gera principalmente celulose, papel, pisos, painéis, carvão vegetal, pellets e eletricidade. Em 2018, foram gerados R\$ 86,6 bilhões, equivalentes a 1,3% do PIB e 6,9% do PIB industrial. Entretanto, é possível ampliar a escala e/ou desenvolver outros produtos como lignina, etanol celulósico, bioplásticos, nanofibras, 'tall oil' e bio-óleo, além de tornar viável alternativas a materiais metálicos, plásticos, telas de LCD e outros', aponta o documento.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Só 5 Estados vão ter força para sair da crise até 2021, diz estudo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Daniel Teixeira / Estadão Conteúdo

Apenas cinco Estados brasileiros devem encerrar o ano de 2021 com Produto Interno Bruto (PIB) acima do nível pré-pandemia (2019). São eles: Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Goiás - puxados, sobretudo, por commodities agrícolas e minerais. O restante precisará de um impulso maior para recuperar os estragos provocados pela covid-19 na sua economia, segundo levantamento feito pela Tendências Consultoria Integrada.

A pandemia pegou os Estados brasileiros num movimento de lenta recuperação, especialmente por causa da grave crise fiscal enfrentada pela maioria, com despesas de pessoal elevadas e arrecadação fiscal ainda baixa. No começo deste ano, a expectativa era de que, apesar do crescimento previsto para 2020, apenas metade deles retomaria o nível pré-crise de 2013 e 2014.

A situação, que já era ruim, ficou pior com a pandemia.

A recuperação deve continuar em ritmo lento, já que 2020 está praticamente perdido. 'A atividade econômica do ano que vem dependerá de uma série de condicionantes, como a própria evolução da pandemia e o reflexo de questões políticas na agenda econômica, com destaque para a questão fiscal', diz o economista da Tendências Lucas Assis.

Nesse cenário, os poucos que vão se sobressair têm motivos de sobra para comemorar. Mato Grosso do Sul deve ser o Estado mais resiliente no biênio 2020-2021 e deverá exceder em 2,7% o PIB de 2019. O desempenho será reflexo do avanço da produção agropecuária e da produção industrial.

'Com localização privilegiada, próxima de São Paulo, a indústria de celulose do Estado deve ser favorecida pela expectativa de ampliação da demanda asiática por papel tissue, pela tendência estrutural de substituição do plástico por produtos de papel e pelo câmbio brasileiro desvalorizado', explica Assis.

Segundo ele, Mato Grosso e Goiás também serão beneficiados pela estrutura produtiva da região, pouco sensível à dinâmica nacional. O que deve puxar para baixo o resultado do Centro-Oeste é o desempenho do Distrito Federal, muito dependente dos serviços públicos. De acordo com o relatório, a capital federal (e adjacências) pode ser prejudicada pelo fato de a população local ser, notadamente, formada por migrantes de todas as regiões brasileiras. Com a transformação digital do trabalho, promovida pela pandemia, muitos puderam retornar aos seus Estados de origem.

Rio de Janeiro deve avançar com produção de petróleo e gás | Foto: Petrobras/divulgação

No Pará, outro Estado que deve superar o PIB de 2019, o desempenho será influenciado sobretudo pela normalização da produção de alumínio e pela expansão da produção de minério de ferro no Sistema Norte da Vale, composto pelas minas de Carajás e S11D. O

quinto Estado a recuperar as perdas deste ano será o Rio de Janeiro, com o avanço esperado da produção de petróleo e gás natural. A atividade será impulsionada pelo crescimento das operações das plataformas inauguradas na Bacia de Campos, em 2019, e pela previsão de entrada em operação da nova unidade P-70.

Auxílio

Segundo Assis, apesar da perspectiva de expansão da atividade econômica no ano que vem, o País continuará 4,2% abaixo do PIB registrado em 2019. Neste ano, a previsão da consultoria é de uma queda de 7,3% e, em 2021, um avanço de 3,4%. Mas esses números podem ter alguma alteração dependendo da prorrogação do auxílio emergencial e do valor a ser pago, diz ele.

Esse efeito poderá aliviar um pouco a situação crítica do Nordeste, por exemplo, cujo PIB continuará 5% abaixo do verificado em 2019. O economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa diz que tem sido claro que os locais com maior repasse tem tido consumo maior. E isso está ocorrendo no Nordeste.

Para Assis, no entanto, as condições do mercado de trabalho nordestino são bastante frágeis, com elevada informalidade, alta proporção de domicílios em extrema pobreza e grande participação de empresas de pequeno porte. 'Além disso, a região é extremamente dependente das transferências federais, que podem diminuir com a arrecadação menor', afirmou o economista.

No Sudeste, apesar do bom desempenho do Rio de Janeiro, os demais Estados terão dificuldade para retomar o nível de 2019. Com alta participação de setores sensíveis à dinâmica econômica, São Paulo deve ser afetado pelos choques negativos na demanda e oferta em segmentos como o de veículos automotores.

Terra

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sebrae abre inscrições para mapeamento da economia criativa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Traçar um raio-x dos empreendedores que atuam na área da cultura e das manifestações artísticas e populares do Nordeste. Isso é o que pretende o Sebrae com lançamento do Mapeamento Sebrae de Economia Criativa do Nordeste, um levantamento inédito desse segmento para estimular a economia criativa região e apoiar soluções inovadoras para o setor. O projeto vai mapear e impulsionar o potencial de negócios de inovação que utilizam a criatividade como ferramenta, meio, produto ou matéria-prima para soluções. A iniciativa é realizada pelo Sebrae, em parceria com o Impacta Nordeste, com busca e seleção da Pipe.Social. As inscrições são gratuitas e estão abertas até o dia 8 de outubro no site <http://www.impactanordeste.com.br/economiacriativa>.

A ideia é estruturar um perfil dos negócios criativos nordestinos e elaborar ações de fomento ao desenvolvimento do setor, que movimenta cerca de R\$ 171 bilhões por ano no Brasil. Os participantes do estudo concorrem a premiação em dinheiro, capacitações e passam a integrar a rede de economia criativa do Sebrae.

A chamada é voltada para Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte. Podem participar do projeto empreendedores que atuam em quatro eixos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais. Isso engloba setores como Expressões Culturais Tradicionais (artesanatos, festivais e celebrações), Sítios Culturais (sítios arqueológicos, museus, bibliotecas), Artes Visuais (pinturas, esculturas, fotografias), Artes Dramáticas (música, teatro, dança, ópera, circo, marionetes), Publicidade e Mídia Impressa (livros, imprensa e publicações), Audiovisual (cinema, televisão, rádios), Design (de interiores, de gráfico, moda, joias e brinquedos), Novas Mídias (softwares, jogos e conteúdo digital) e Serviços Criativos (arquitetura, propaganda, P&D, cultura e recreação).

Além de participar da radiografia do setor, os participantes vão concorrer à premiação em dinheiro, capacitação de 20h e conexão na rede de economia criativa do Sebrae. Serão até 8 negócios para a etapa final, mas somente 4 deles serão os grandes vencedores a receber o prêmio de 2 mil reais, por negócio, em cada uma das categorias da economia criativa: Consumo, Cultura, Mídias e Tecnologia.

"Esse levantamento vai permitir conhecer mais a realidade dos negócios criativos do Rio Grande do Norte, assim como de toda a região, gerando uma aproximação maior entre o Sebrae e o setor. Com esse mapeamento, poderemos oferecer soluções mais personalizadas e também estruturar projetos que atendam às necessidades do segmento", explica a gestora do projeto de Economia Criativa do Sebrae-RN, Ana Ubarana.

Já Marcello Santo, CEO do Impacta Nordeste, acredita que a chamada vai apoiar projetos de inovação em empreendimentos de economia criativa nos estados da região. 'O mapeamento é um importante passo para entendermos melhor o panorama da economia criativa na região. Com esses dados, será possível desenvolver outras iniciativas para fomentar os criativos e ajudar a

fomentar esse ecossistema'.

Impacta Nordeste é uma plataforma que une quem faz e ajuda quem quer fazer na área de empreendedorismo social no Nordeste, criando um espaço para conectar, capacitar, divulgar e fomentar o ecossistema de iniciativas sociais do Nordeste. Já a Pipe.Social é considerado o maior banco de dados e estudos de negócios de impacto socioambiental do país. A empresa mapeia negócios alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) e com uma base de mais de 4 mil negócios, a Pipe.Social estuda o setor, expõe oportunidades e benchmarks, promove matchings no ecossistema e experiências de inovação com marcas e empresas que desejam se aproximar deste mercado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

SENAC REALIZA LIVE SOBRE HARMONIZAÇÃO DE QUEIJOS E CERVEJAS ARTESANAIS DO RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

Dando continuidade na série de ações desenvolvidas dentro do Observatório do Patrimônio Gastronômico do Nordeste e Espírito Santo - OPANES, o Senac RN, em parceria com a Cervejaria Raffé, promove neste sábado (22), a partir das 11h, a live Harmonização de queijos e cervejas artesanais do RN.

A transmissão ao vivo será no perfil da instituição no Instagram (@senac_rn), com mediação da instrutora de gastronomia do Senac, Elizabeth Assunção e participação da sommelière de cervejas, Renata Lopes e o produtor de queijos artesanais, Marinho Neto.

Entre os assuntos a serem abordados, os convidados falarão sobre tendências nos processos de fabricação e harmonização dos produtos artesanais, com destaque para os procedimentos implantados por Marinho Neto em sua empresa, a Fazenda Caju.

OPANES

Com coordenação e execução do Senac, o OPANES busca realizar ações de pesquisa e de documentação sobre as cadeias produtivas, os sistemas alimentares, e demais temas referentes à comida, aos ingredientes e às cozinhas locais, nos cenários da biodiversidade, da história e dos patrimônios culturais. O observatório reúne acervos que possam orientar projetos, interpretações e experiências pedagógicas no campo da comida e da cultura. Acesse: observatoriogastronomico.senac.br

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN